

MARIA DIONÍSIA DO AMARAL DIAS

**A SAÚDE DE TRABALHADORES JOVENS COMO
INDICADOR PSICOSSOCIAL DA DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO.
Estudo de Caso com Jovens Operárias em Indústrias de Confeção.**

Doutorado em Psicologia Social

**PUC-SP
São Paulo
2007**

MARIA DIONÍSIA DO AMARAL DIAS

**A SAÚDE DE TRABALHADORES JOVENS COMO
INDICADOR PSICOSSOCIAL DA DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO.
Estudo de Caso com Jovens Operárias em Indústrias de Confecção.**

*Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção
do título de DOUTOR EM PSICOLOGIA
SOCIAL, sob a orientação da Profa. Dra.
Bader Burihan Sawaia.*

**PUC - SP
São Paulo
2007**

BANCA EXAMINADORA**Data: 14 / 07 / 2007**

Dra. Bader Burihan Sawaia - orientadora

Dr. Odair Furtado

Dr. Sérgio Ozella

Dra. Leny Sato

Dra. Sueli Terezinha Ferreira Martins

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____
março de 2007.

São Paulo, 29 de

Agradeço...

À minha mãe, ao meu pai e aos meus irmãos, pela forte presença afetiva em toda a minha vida e particularmente porque me ensinaram a ser crítica e solidária.

À Profa. Bader Burihan Sawaia, orientadora, amiga e companheira, que no seu permanente movimento nos afeta em muitos bons encontros.

Às trabalhadoras que me concederam entrevistas e lutam cotidianamente por uma vida melhor.

Aos profissionais de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Amparo, cujas inquietações e questionamentos sobre trabalhadores da cidade me afetaram e influenciaram na definição do problema de pesquisa. Particularmente às médicas de saúde da família que me concederam as entrevistas.

Ao prefeito de Amparo e ao empresário que me concederam entrevistas.

Aos colegas do NEXIN, pelos bons encontros carregados de afeto e de riquíssimas discussões e reflexões que muito me ajudaram no percurso de produção da tese.

À minha irmã e amiga, Terêzia, por todo o seu carinho e estímulo de toda a vida e, particularmente, nesse processo do doutoramento. Também pela sua zelosa revisão da tese.

À minha sobrinha e amiga, Valéria, por seu companheirismo e valiosas contribuições.

À amiga Cidinha, que sempre me estimulou para o trabalho na saúde pública e de pesquisa, por todo o seu apoio.

Às amigas e amigos (impossível nomear todos!), que acompanharam o meu processo de doutoramento e elaboração da tese com muito carinho e torcida.

À equipe do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador de Amparo, por compartilharem comigo suas inquietações geradas pelo contato diário com o sofrimento dos trabalhadores, pelas colaborações com a pesquisa de campo e por me aturarem nessa fase de elaboração da tese.

À Secretaria Municipal de Saúde de Amparo, pelo apoio e permissão de acesso a documentos para realização da pesquisa de campo.

Ao CNPq pela bolsa que viabilizou a realização do doutoramento e da pesquisa.

*À minha mãe e ao meu pai (em memória)
que, com muito afeto, me ensinaram a amar a vida,
com a consciência de que a fazemos coletivamente.*

Aos jovens trabalhadores, que iniciam cedo sua vida de lutas.

... Esperando o sol
Esperando o trem
Esperando o aumento para o mês que vem
Esperando um filho pra esperar também,
Esperando a festa
Esperando a sorte
Esperando a morte
Esperando o norte
Esperando o dia de esperar ninguém
Esperando enfim nada mais além
Da esperança aflita, bendita, infinita
Do apito do trem ...

[Pedro Pedreiro, de *Chico Buarque*]

Todavia prossigamos!
Seja de que maneira for!
Saíamos a campo para a luta, lutemos, então!
Não vimos já como a crença removeu montanhas?
Não basta então termos descoberto que alguma coisa está sendo ocultada?
Essa cortina que nos oculta isto e aquilo, é preciso arrancá-la!

[Prossigamos, de *Bertolt Brecht*]

DIAS, Maria Dionísia do Amaral. *A Saúde de Trabalhadores Jovens como Indicador Psicossocial da Dialética Exclusão/Inclusão*. Estudo de Caso com Jovens Operárias em Indústrias de Confecção. São Paulo, 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

A presente pesquisa, orientada pela Psicologia Sócio-Histórica desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão/Inclusão (NEXIN), buscou analisar o entrelaçamento entre trabalho, exclusão/inclusão e saúde por meio de estudo de caso com jovens trabalhadoras de indústrias de confecção em uma cidade do interior paulista. Para tanto, mapearam-se as condições objetivas de trabalho a que as jovens estão submetidas e traçou-se um perfil de adoecimento da população jovem trabalhadora na cidade e, focando a singularidade, buscou-se compreender a história do processo saúde/doença dos sujeitos, bem como seus sofrimentos, sonhos, desejos, concepção de si, inserção social e sentido que o trabalho e a saúde adquirem para eles.

A saúde é entendida como potência de ação, numa concepção ampliada que incorpora as dimensões ética e afetiva. Para orientar tal concepção baseia-se nas reflexões de Espinosa sobre felicidade, alegria e potência e de Vigotski sobre a saúde do adolescente. A saúde é indicador da qualidade de inserção social que o trabalho possibilita, o que significa que o processo saúde/doença é expressão concreta no corpo humano do processo de exclusão/inclusão no qual o indivíduo está inserido. A saúde torna-se um indicador da qualidade ético-política da sociedade e não só do estado de saúde de indivíduos.

O emprego do jovem tornou-se hoje questão social mundial, particularmente em função da redução global de postos de trabalho, o que dificulta a inserção dos jovens no mundo do trabalho. Essa situação vem se configurando como um problema social da atualidade e preocupa a população e governos de todo o mundo, pois é uma questão que pode comprometer o futuro não só de indivíduos, mas das sociedades. Por isso, buscam-se formas de garantir oportunidades de acesso dos jovens ao trabalho. Neste cenário, considerou-se relevante conhecer a realidade dos jovens que já estão inseridos no mercado de trabalho, relacionando esta experiência às questões de saúde e de formação para seu futuro, considerando-se a importância dessa fase do desenvolvimento humano, em que o indivíduo forma suas concepções do mundo, da sociedade, das pessoas e de si mesmo.

A análise dos dados demonstrou que o trabalho, num sistema taylorista, configura-se como uma inclusão perversa, pois no momento em que o jovem necessita condições para a abertura de horizontes, de novas conquistas, para exercer sua criatividade e assim viver e apreender o mundo, tem esse processo de transição bloqueado por diversas instituições da sociedade, entre as quais se destaca o trabalho e os nexos que ele estabelece com as demais.

Palavras chave: jovem e trabalho; jovem e saúde; saúde e trabalho; exclusão/inclusão

DIAS, Maria Dionísia do Amaral. The Health of Young Workers as a Psychosocial Indicator of the Exclusion/Inclusion Dialectics. Case Study with Young Workers from the Garment Industry. São Paulo, 2007. Doctoral Thesis presented to the Program of Graduate Studies in Social Psychology of the Pontifícia Universidade Católica of São Paulo.

ABSTRACT

The present research, guided by the Social-historical Psychology developed by the Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão/Inclusão (NEXIN – Nucleus of Psychosocial Studies of the Exclusion/Inclusion Dialectics), aimed to analyze the interlacement among work, exclusion/inclusion and health through a case study with young workers from the garment industry in a city in the interior of São Paulo state. In order to do so, the objective conditions of work to which youths are submitted were mapped and a profile of common diseases of the city's working young population was drawn and, focusing the singularity, the study aimed at understanding the subjects' history of the process health/disease, as well as their sufferings, dreams, desires, conception of themselves, social insertion and the sense that work and health acquire to them.

Health is understood as potency to action, in an enlarged conception which incorporates the ethical and affective dimensions. In order to guide such conception, the study was based on Espinosa's reflections on happiness, joy and power and on Vygotsky's reflections about the adolescent's health. Health is an indicative of the quality of social insertion made possible by work, which means that the health/disease process is a concrete expression on the human body of the exclusion/inclusion process in which the individual is inserted. Health becomes an indicator of the ethical-political quality of the society and not only of the individuals' health condition.

The youth's job became today a world-wide social subject, particularly due to the global reduction of workstations, which hinders the youths' insertion in the work world. This situation constitutes a present social problem and worries population and governments everywhere, since it is a matter that can commit not only the future of individuals, but the future of societies. Therefore, forms of guaranteeing opportunities of access for youths to work are looked for. In this scenery, it was considered relevant to know the youths' reality for those who are already inserted in the job market, relating this experience to the question of health and formation for their future, considering the importance of that phase of human development, in which the individual forms his conceptions about the world, about the society, about the people and about himself.

The analysis of the data demonstrated that work, in a tayloristic system, is configured as a perverse inclusion, for when the youth needs conditions for the opening of horizons, of new conquests, to exercise his creativity and so live and apprehend the world, he has this transition process blocked by several social institutions, among which work and the connections it establishes with other institutions stand out.

Keywords: youth and work; youth and health; health and work; exclusion/inclusion.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1 O JOVEM: NUMA FASE DE TRANSIÇÃO	13
1.1 - A ADOLESCÊNCIA NA CONCEPÇÃO DE VIGOTSKI	15
CAPÍTULO 2 O TRABALHO NO CONTEXTO DA DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO	23
2.1 - O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	27
2.2 - O TRABALHO E A DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO	32
2.3 - A POLÍTICA DE AFETIVIDADE E O TRABALHO	34
2.4 - O TRABALHO DO JOVEM	42
2.5 - O TRABALHO NA PERSPECTIVA DO JOVEM: O QUE DIZ A LITERATURA	52
CAPÍTULO 3 A SAÚDE NO CONTEXTO DA DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO	59
3.1 - SAÚDE COMO FENÔMENO ÉTICO-POLÍTICO	61
3.2 – A SAÚDE DO JOVEM TRABALHADOR: O QUE DIZ A LITERATURA	69
CAPÍTULO 4 O METODO DA PESQUISA	74
4.1 – PROCEDIMENTOS	78
CAPÍTULO 5 CONTEXTOS: OS LUGARES DOS SUJEITOS NO COTIDIANO	85
5.1 - A CIDADE DE AMPARO	86
5.2 - PERFIL DE SAÚDE DO JOVEM TRABALHADOR NA CIDADE DE AMPARO	91
5.3 - O LOCAL DE TRABALHO	95
CAPÍTULO 6 A EXPERIÊNCIA DAS JOVENS TRABALHADORAS: SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO	103
6.1 - AS JOVENS TRABALHADORAS	104
6.2 – ANÁLISE DAS UNIDADES TEMÁTICAS	112
6.3 – ANÁLISE DO SUBTEXTO: O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO PRESENTE NA EXPERIÊNCIA DAS JOVENS	154
CAPÍTULO 7 REFLEXÕES FINAIS	161
BIBLIOGRAFIA	168
ANEXOS	177
1 - Modelo do Termo de Consentimento de Participação em Pesquisa	
2 - Modelo da Carta Convite para Participação na Pesquisa	

APRESENTAÇÃO

Nos caminhos e voltas da vida, nem sempre são imediatamente sentidas as gêneses das escolhas e opções. Assim, após algum tempo de dedicação ao tema desta tese, tomei consciência de que ele me afeta não somente porque me dedico às questões de saúde do trabalhador há quase vinte anos, mas também porque ele tem relação com a minha própria história, embora essa possa ser o contra-exemplo de minha “hipótese” neste trabalho.

O trabalho foi minha redenção, porque iniciando minha atividade laboral aos 17 anos eu me abri ao mundo externo, conheci pessoas, fiz amigos, vivi muitas coisas que me ajudaram a crescer. Mas o trabalho poderia ter sido a minha maldição, se eu não tivesse tido certas oportunidades, se o cenário e contexto da minha vida fossem outros. Esse tipo de oportunidade que tive não é a regra para todos os jovens. Eu era uma jovem estudante que trabalhava e não uma trabalhadora que estudava.

O trabalho continua sendo, de certa forma, uma redenção em minha vida. Nele, coloco meu afeto, conheço pessoas, faço amigos, participo da vida social, colaboro para uma transformação social. Mas já não sou mais jovem; defendo, agora, uma tese de doutorado, adulta já há muitos anos. E vejo-me escrevendo uma tese sobre a saúde de trabalhadores jovens e com ela revivo um pouco de minha própria história. É como uma forma de contar ao mundo que a minha potência de ação não se deve a algum DNA, mas sim a uma exceção de contexto familiar e comunitário, aos bons encontros. Não é simplesmente uma característica de personalidade individual, aparecida do nada; é, sim, resultado de um contexto propiciador de desenvolvimento e crescimento. Um contexto que me permitiu ser socialmente crítica e participativa, ter sonhos e as ações

necessárias para construir um futuro, não sendo simplesmente levada pela sociedade.

Ninguém é ou se faz sozinho!

O tema da pesquisa que agora apresento une dois interesses presentes em minha trajetória profissional: a saúde do trabalhador e o jovem. Este último interesse foi despertado pela relação vivida com alunos de graduação e, posteriormente, reforçado pela realidade encontrada nos serviços de saúde na cidade de Amparo (SP) – onde presto assessoria técnica na área de Saúde do Trabalhador para a Secretaria Municipal de Saúde – quando constatei que o “rejuvenescimento” das doenças relacionadas ao trabalho está acelerado; esta mudança de característica das doenças profissionais – atingir pessoas jovens –, eu já havia constatado na dissertação de mestrado, realizada num momento de início do aumento de casos de lesões por esforços repetitivos no país. Retomo, então, o tema nessa tese de doutorado, a fim de aprofundá-lo.

Introdução



INTRODUÇÃO

Minha experiência e inquietação profissional na área de Saúde do Trabalhador levam-me a buscar um aprofundamento do conhecimento nessa área, com o foco na compreensão de aspectos psicossociais da saúde dos trabalhadores, inserindo tal questão no processo de exclusão/inclusão que o trabalho promove.

Minha pesquisa de mestrado (DIAS, 1995) foi nesta direção, visando a colaborar com o aprofundamento das reflexões sobre o trabalho como determinante no processo saúde/doença. Mas ela foi além. A pesquisa, realizada com portadores de LER¹, possibilitou a compreensão da saúde como uma questão que se inscreve na ordem da ética e da cidadania – no sentido de que a saúde do trabalhador só pode ser preservada se houver mudanças nas relações sociais que permitam aos trabalhadores a apropriação de suas vidas e ações de mudanças nas relações de trabalho que garantam condições dignas e saudáveis. Também constatou que saúde não é só ausência de dor, mas que a humilhação, o tolhimento da cidadania estão também na gênese da não saúde.

Dessa forma, ela deixou algumas questões a serem aprofundadas em relação à ampliação da concepção da relação saúde-trabalho, particularmente quanto à mediação da dialética exclusão/inclusão e da afetividade.

¹ Lesões por Esforços Repetitivos, posteriormente também denominadas de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho.

Discute-se hoje a necessidade de crescimento e desenvolvimento do país e as mudanças do mundo do trabalho. Há diferentes posições de especialistas da área econômica quanto aos meios para alcançar-se esse desenvolvimento e o papel do trabalho e há aí uma questão fundamental: qual o crescimento/desenvolvimento que queremos para o país? Ele deverá incluir indicadores de saúde e felicidade para os jovens trabalhadores.

Indicador é algo que revela, demonstra, um fenômeno. Os indicadores sociais são quantificações da realidade que devem orientar o planejamento das intervenções nessa realidade. Contudo, a concepção ampliada de saúde como fenômeno ético-político, utilizada nessa tese, exige outro tipo de demonstração, que incorpore aspectos qualitativos, ampliando a concepção de indicador, razão pela qual utiliza-se nessa pesquisa a denominação de indicador psicossocial.

Há necessidade, cada vez mais premente, de pensar-se um futuro não só imediato, mas de longo prazo, considerando qual a sociedade que queremos construir. Nesse contexto, a Psicologia Social tem sua parcela de responsabilidade na contribuição ao debate e à construção dessa sociedade. A Psicologia Social oferece análises e reflexões sobre o homem afetado pelas condições de trabalho e de desenvolvimento. Ela indica a necessidade de outros indicadores do trabalho que não sejam só técnicos ou econômicos, mas que incluam a forma como ele afeta a subjetividade; ela possibilita a análise da dialética subjetividade/objetividade ampliando a concepção dos fenômenos sociais e psicológicos relacionados à saúde e ao trabalho. Para tanto, é importante considerar como vivem as pessoas no contexto social e como são afetadas por ele na sua forma de pensar, sentir e agir.

Na presente pesquisa, pretende-se participar dessa contribuição ao discutir a saúde de trabalhadores jovens e como ele é um indicador psicossocial da dialética exclusão/inclusão social mediada pelo trabalho.

A sociedade tem responsabilidade consigo mesma e com seus membros; é preciso garantir o futuro saudável daqueles que estão sendo (des)preparados para conduzir a sociedade; estar atento aos sofrimentos daqueles que iniciam

sua inclusão no mundo do trabalho. Sofrimentos esses de diferentes ordens – da saúde física e mental, das relações interpessoais, da felicidade –, mas todos com a mesma gênese, a forma perversa de trabalho.

É nessa perspectiva que se considera a saúde como um indicador da qualidade inclusiva de políticas públicas e de organizações sociais centradas na empregabilidade, neste momento histórico de crise da estrutura de emprego.

A análise do processo saúde/doença permite compreender como as Vivianes, Patrícias, Denises, Vanessas e Danielas vivem a política neoliberal e a globalização da produção, com seus sub-produtos: desemprego, precarização e intensificação do trabalho, perda de direitos trabalhistas etc. É essa, em síntese, a questão da presente tese, o que não se resume a demonstrar a relação entre trabalho e saúde. Isso já vem sendo feito com rigor científico tanto na perspectiva das ciências humanas quanto das da saúde.

O desafio, com o qual se pretende colaborar na perspectiva da Psicologia Social, está na ampliação da concepção de saúde para além do seu aspecto biológico e sócio-cultural, incorporando a dimensão ética e afetiva, o que pode oferecer melhores orientações às políticas públicas de saúde e de trabalho do jovem.

O trabalho é dimensão fundamental do processo saúde/doença, mas essa relação não é causal e cada uma dessas categorias não é uma entidade com suas características materiais e físicas naturais. Esta relação é afetada por processos sociais, especialmente pelo processo exclusão/inclusão. A relação entre o trabalho e o processo de inclusão social foi bem analisada por Marx, ao apontar a dimensão da exploração e alienação no trabalho.

O trabalho é atividade humana que determina a qualidade de inserção social dos sujeitos. Atividade que permite ao homem expandir sua potência, transformar, criar novas necessidades (Espinosa) ou, ao contrário, bloqueá-las e impossibilitá-las, como ocorre no sistema capitalista (Marx). O trabalho contém uma tensão entre a redenção e a maldição.

Em nossa sociedade capitalista, o trabalho contém uma dialética fundamental. Ele é tido no discurso social, ideológico, como um fator de inclusão das pessoas na sociedade, tendo inclusive um caráter de formação; mas o trabalho, como Marx já demonstrou, constitui-se como elemento de “inclusão perversa” no capitalismo - uma integração adaptativa que gera sofrimento. Como portador da ideologia e valores sociais dominantes, o trabalho serve como instrumento de domesticação do corpo/mente, isto é, do homem, uma face sombria da inclusão que poderia ser considerada como exclusão da possibilidade de crescimento, de reflexão, de criação, de autonomia, de emancipação, enfim da saúde ético-política. Tal bloqueio é especialmente danoso à saúde em se tratando de pessoas no início de suas vidas profissionais e sociais, os jovens.

A saúde é indicador da qualidade de inserção social que o trabalho possibilita, o que significa que o processo saúde/doença é expressão concreta no corpo humano do processo de exclusão/inclusão vivenciado pelos indivíduos. No caso dos jovens, a saúde como potência de ação pressupõe a liberdade da imaginação, o que possibilita o pleno desenvolvimento, segundo a concepção de adolescência em Vigotski. Os estudos desse autor demonstram que esse período de vida requer atenção e cuidados, pois a adolescência não é uma fase de simples espera da vida adulta. Ocorrem nessa fase muitas transformações, não só biológicas, fundamentais para o desenvolvimento do ser como humano. “A influência do meio sobre o desenvolvimento do pensamento nunca tem tanto significado como na idade de transição” (Vigotski, 1996, p.105).

A inserção do jovem no mercado de trabalho traz comprometimento e custo social em longo prazo, pois essa situação perpetua a pobreza e a desigualdade. Do ponto de vista individual, prejudica o futuro do jovem, seja pela interferência negativa em seus estudos, seja pelo trabalho exercido em condições precárias, com poucas oportunidades de aprendizado, em atividades auxiliares, sem qualificação específica, que não ajuda ou prejudica o seu desenvolvimento. Nessas condições, o trabalho pode inibir seus projetos futuros e sua potência de ação no mundo.

O jovem brasileiro está vivendo seu processo de transição para a vida adulta inserido numa sociedade em que o trabalho é considerado o bem maior, única possibilidade de felicidade e melhoria de qualidade de vida, mesmo sendo um trabalho alienado – instrumentalizado, rotineiro, com fragmentação das tarefas, no qual não há espaço para a criação. A realidade vivida por esse jovem em seu trabalho pode comprometer seu desenvolvimento, sua saúde. A atividade criativa e o pensamento por conceitos - traços da idade de transição, segundo Vigotski – poderão ser bloqueados, não permitindo ao jovem alcançar a “liberdade interna do pensamento, da ação e do conhecimento” (1996, p.105), gerando sofrimento que poderá se transformar em doenças.

Dessa forma, no momento em que o jovem necessita condições para a abertura de horizontes, de novas conquistas, para exercer sua criatividade e assim viver e apreender o mundo, tem esse processo de transição bloqueado por diversas estruturas da sociedade, como a escola, as concepções de sexualidade e ainda mais pelo trabalho alienado. Isso representa para o sujeito um grande sofrimento. Esse sofrimento pode ser considerado “ético-político” termo cunhado por Sawaia para designar um sofrimento individual que revela sofrimento social, “a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social” (Sawaia, 1999a, p. 104).

O sofrimento no trabalho não tem relação apenas com as ações e condições de trabalho, portanto, não se restringe às questões de salubridade, periculosidade e penosidade, à exposição a agentes de risco à saúde. Essa tese quer explorar as condições da exclusão/inclusão que o trabalho possibilita como uma de suas dimensões iatrogênicas, considerando qual a qualidade de vida que o trabalho permite.

O trabalho afeta material e simbolicamente a saúde do jovem, mesmo os que não trabalham são afetados, pelo medo da exclusão social, pelo sofrimento gerado pela inclusão perversa, bem como, pelo desgaste imposto pelo trabalho.

O trabalho não está só nas mãos, no corpo, no salário, nos ambientes e condições de trabalho, mas está na memória, nos projetos de vida, no sentido,

nos afetos, na qualidade de vida que ele permite ou deixa de permitir. Portanto, a saúde em sua concepção ampliada é indicador da qualidade ético-política que a inserção no trabalho oferece.

Enfim, nessa pesquisa, pretende-se aprofundar a compreensão das sutilezas de como o mundo do trabalho configura a saúde do jovem, pela qualidade de inserção social que ele oferece. Para essa tarefa, introduz-se na análise da relação trabalho e saúde o processo de exclusão/inclusão que os sujeitos experienciam mediados pelo trabalho, na forma de ação, projetos, sofrimentos e relações. Parte-se da hipótese de que o trabalho pode se constituir em fator de inclusão perversa que afeta a saúde, tanto pela sua dimensão objetiva (condições de vida e de trabalho) como subjetiva (sofrimento, humilhação, bloqueio da imaginação e criatividade).

O jovem foco da presente pesquisa é o trabalhador inserido em atividades de baixa qualificação, pertencentes a classe social de menor poder econômico, que são os que se inserem mais precocemente na atividade laboral e com menores perspectivas de mobilidade profissional.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o entrelaçamento entre trabalho, exclusão/inclusão e saúde na experiência cotidiana de jovens trabalhadoras de indústrias de confecção em uma cidade do interior paulista, na perspectiva da Psicologia Social.

Para tanto, tem como objetivos específicos: conhecer a história de trabalho na vida dessas jovens, a partir das condições objetivas de trabalho a que estão submetidas e das doenças mais comuns entre os trabalhadores jovens; e compreender a história do processo saúde/doença dos sujeitos, bem como seus sofrimentos, sonhos, desejos, concepção de si, legitimidade e inserção social.

O emprego do jovem tornou-se hoje questão social mundial, particularmente em função da redução global de postos de trabalho, o que dificulta a inserção dos jovens no mundo do trabalho. Essa situação vem se

configurando como um problema social da atualidade e preocupa a população e governos de todo o mundo, pois é uma questão que pode comprometer o futuro não só de indivíduos, mas das sociedades. Por isso, busca-se formas de garantir oportunidades de acesso dos jovens ao trabalho.

Deve-se considerar também que a vivência da exclusão/inclusão social adquire fundamental importância na juventude, por se constituir numa fase do desenvolvimento humano em que o indivíduo forma suas concepções do mundo, da sociedade, das pessoas e de si mesmo. A questão da inclusão é fundamental neste momento em que o jovem necessita condições para abrir seus horizontes, realizar conquistas, exercer sua criatividade, ampliar suas relações, ter momentos de alegria e, assim, viver e apreender o mundo.

Essa reflexão é feita no primeiro capítulo, no qual se apresenta o jovem na perspectiva do marco teórico da Psicologia Sócio-Histórica.

No capítulo dois, o Trabalho é discutido em sua dupla dimensão, expansão e conservação, redenção e maldição. Para tanto, ele é analisado em sua dimensão concreta e de significados. Para ressaltar a dimensão objetiva, apresenta-se um panorama do trabalho do jovem na sociedade atual; e, para ressaltar a dimensão subjetiva, analisa-se a política de afetividade que constitui a ideologia dominante e os modos de inserção social dos jovens.

No terceiro capítulo, discute-se uma concepção mais abrangente de saúde como questão ético-política e a relação saúde-trabalho dentro desse marco teórico.

No capítulo quarto, trata-se das questões de método da pesquisa, discutindo-se os procedimentos e eixos de análise.

No quinto capítulo, apresenta-se o contexto de vida das trabalhadoras sujeitos da pesquisa, em relação à cidade, ao perfil de adoecimento no trabalho e ao local de trabalho.

A análise dos dados é apresentada no capítulo seis, no qual se demonstra que a principal questão de saúde na experiência das jovens entrevistadas é o sofrimento ético-político, derivado especialmente das condições e relações de trabalho.

Finalmente, no capítulo sete, faz-se as reflexões finais, buscando o entrelaçamento das questões teóricas com a experiência das jovens, para refletir a inclusão perversa.

Capítulo 1



CAPÍTULO 1

O JOVEM: NUMA FASE DE TRANSIÇÃO

O conceito de jovem e o de adolescente são bastante controversos, não havendo um parâmetro único para demarcar as diversas fases da vida humana. Infância, adolescência e juventude são conceitos construídos histórica e culturalmente.

Alguns autores e documentos oficiais (como da OIT, UNICEF, OMS)² utilizam, por vezes, “criança” para se referir a todos com idade menor que 18 anos e, outras vezes, “crianças e adolescentes” para a mesma faixa etária. Geralmente a palavra jovem é utilizada para uma faixa etária de 15 a 24 anos, sendo esse o período definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como sendo da juventude.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)³, considera-se adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade, sendo aplicado o Estatuto a pessoas entre 18 e 21 anos de idade, excepcionalmente, em casos expressos em lei.

² OIT – Organização Internacional do Trabalho; UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância; OMS – Organização Mundial da Saúde.

³ Lei Federal 8069/1990

Discute-se atualmente o prolongamento da juventude ou da adolescência, particularmente em função do contexto sócio-econômico e cultural, que estaria prolongando a dependência dos filhos em relação aos pais, tanto financeiramente como afetivamente; fenômeno que pode ser melhor verificado nas classes média e alta.

Nessa tese optou-se por considerar-se a faixa etária de 16 a 24 anos, para a denominação de jovem que é utilizada, pois a idade mínima da faixa escolhida é a permitida legalmente para o trabalho. Essa faixa etária coincide com a utilizada pelo programa de governo “Primeiro Emprego”⁴.

No referencial teórico utilizado para a discussão da adolescência, que se faz a seguir, Vigotski aponta ser a adolescência um fenômeno de ordem biológica, mas também de ordem sócio-histórica, portanto afetada por todas as determinações sociais, sendo uma das mais importantes o trabalho.

⁴ Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), que é apresentado na discussão do segundo capítulo dessa tese.

1.1 – A ADOLESCÊNCIA NA CONCEPÇÃO DE VIGOTSKI

Vigotski, autor que dá a base teórica da Psicologia nessa tese, ajuda a compreender a adolescência, como uma fase de transição, fundamental no desenvolvimento humano. Ressalte-se que para esse autor o desenvolvimento humano consiste em um processo dialético contínuo, sem finalização ou linearidade.

Para Vigotski (1931/1996)⁵, a adolescência é uma fase de transição, porém não num sentido de espera pela fase posterior, a vida adulta. É um período em que ocorrem mudanças que levam a um “salto” de qualidade em termos biológicos e psicológicos, uma superação. Apesar de o autor ressaltar as raízes biológicas da transição, ela não é natural, mas sim um processo sócio-histórico, em que o indivíduo vai adquirindo diferentes qualidades, desenvolvendo novos processos biológicos e psicológicos, com destaque para a capacidade de sinalização.

A adolescência não é um período de conclusão, mas de crise e amadurecimento do pensamento. No que tange à forma superior de pensamento, acessível à mente humana, essa idade é também transitória, e o é em todos os outros sentidos. (Vigotski, 1934/2001, p. 229).

Esse processo é sempre mediado pelos significados, de acordo com o momento histórico e social, que configura o sentido dessa transição, a idade em que ela vai ocorrer, as formas como será tratada, as atividades que lhe são atribuídas e os fatores que irão aumentar ou diminuir a potência.

Vigotski concorda com outros pesquisadores da Psicologia de sua época (como Ach e Rimat) ao considerarem que a formação de conceitos e pensamento abstrato só têm início na puberdade, contrastando com a opinião de outros autores que negavam o aparecimento de qualquer função intelectual na adolescência e consideravam que a criança de três anos já teria pleno domínio de todas as operações intelectuais. Partindo, então, dessa

⁵ (ano produção do autor/ano edição utilizada)

concordância, Vigotski irá buscar compreender o processo de formação de conceitos, considerado como fundamental no pensamento humano, trilhando caminhos investigativos e chegando a conclusões diferentes de outros autores (1934/2001).

Nessa fase da vida humana, ocorre, segundo o autor, o amadurecimento da capacidade de sinalização, caracterizada principalmente pela capacidade de abstração em conceitos, abrindo-se a possibilidade de criação, imaginação e fantasia, que permite ao indivíduo pensar em si mesmo, questionando a própria identidade, e desvincular-se da fisicidade das coisas; ao libertar-se do visual-concreto o indivíduo amplia seu entendimento dos significados existentes no mundo. Todo esse processo de desenvolvimento abre os horizontes do adolescente na sua relação com o mundo e com os outros.

O desenvolvimento da sinalização afeta os nexos entre as funções psicológicas superiores⁶ (memória, atenção, percepção, pensamento e emoção), levando a transformações subjetivas, porque passam a ser mediados pelos significados sociais. Este conjunto de modificações possibilita o desenvolvimento da atividade intelectual do adolescente, a partir da qual ele estruturará sua concepção de mundo, personalidade, autoconsciência, pensamentos e afetos.

A capacidade de sinalização, segundo Vigotski, é a base da liberdade e da singularidade, porque é ela que permite ao homem a ação liberta das circunstâncias concretas e do meio exterior que as condiciona, podendo, então, criar e mudar uma situação.

(...) a imaginação e a criatividade, relacionadas com a livre elaboração dos elementos da experiência, sua livre combinação, exige, como premissa indispensável, a liberdade interna do pensamento, da ação, do conhecimento que têm alcançado somente os que dominam a formação de conceitos. (1931/1996, p. 207).

⁶ Segundo Vigotski, no processo de desenvolvimento não se criam novas funções psicológicas, mas mudam os nexos entre elas (*op.cit.*).

A adolescência é um período de aprofundamento do pensamento por conceito, base da liberdade, conforme a frase de Vigotski acima. Essa capacidade cognitiva permite a ampliação de interesses e a transição da fantasia para a imaginação.

Para Vigotski, a questão do interesse⁷ é a chave para entender todo o desenvolvimento psicológico do adolescente. “As funções psicológicas do ser humano, em cada etapa de seu desenvolvimento, [...] estão regidas, dentro de um certo sistema, por determinadas aspirações, atrações e interesses sedimentados na personalidade” (1931/1996, p. 11). Na idade de transição, ocorre um processo complexo de transformação das atrações em necessidades e interesses humanos, uma síntese complexa e real de ambos (1931/1996, p.42). É um período de “ruptura e extinção dos velhos interesses e de maturação de uma nova base biológica que permite mais tarde o desenvolvimento de novos interesses” (1931/1996, p.28).

Na adolescência desenvolve-se, segundo Vigotski, o pensamento em conceitos, uma nova e superior forma de atividade intelectual; um processo que representa mudanças revolucionárias de conteúdo e forma do pensamento. O desenvolvimento do pensamento é a base principal para todas as outras transformações psicológicas ocorridas nessa fase da vida; todas as funções psicológicas se reestruturam com base na aquisição do pensamento em conceitos.

O processo de formação de conceitos é bastante complexo e inicia-se na criança de tenra idade. Esse processo é composto por diversos estágios que, embora com essa denominação, não devem ser entendidos como encadeamento temporal e lógico do desenvolvimento: iniciando-se por um momento no qual a criança estabelece vínculos sincréticos de objetos que em suas representações concatenam-se em uma imagem mista; passando pelo pensamento por complexos (fundamentado no estabelecimento de vínculos e relações de elementos concretos da experiência imediata) e dos

⁷ “Necessidades culturais superiores” (Vigotski, 1931/1996, p. 24)

“pseudoconceitos” ou “conceitos potenciais”; chegando ao pensamento por conceitos (1934/2001).

Todo esse processo implica em transformações de “caráter interno, estrutural e íntimo, não possíveis de exteriorização” (1931/1996, p.58), o qual envolve todas as funções intelectuais básicas que dele participam numa combinação original, levando a uma nova síntese, em que cada processo básico adquire o “seu verdadeiro sentido funcional” (1934/2001, p. 170). Todas as funções são importantes no processo, no entanto são insuficientes sem o uso do signo.

As funções psíquicas superiores são processos mediados pelo signo e, no caso da formação de conceitos, esse signo é a palavra, a qual inicia “como meio na formação de um conceito e, posteriormente, torna-se o seu símbolo” (1934/2001, p. 161). “Na realidade existem zonas, nexos e fenômenos que só podem ser adequadamente representados em conceitos” (1931/1996, p.27).

O conceito surge quando uma série de atributos abstraídos torna a sintetizar-se e quando a síntese abstrata assim obtida se torna forma basilar de pensamento com o qual a criança percebe e toma conhecimento da realidade que a cerca. [...] o papel decisivo na formação do verdadeiro conceito cabe à palavra. É precisamente com ela que a criança orienta arbitrariamente a sua atenção para determinados atributos, com a palavra ela os sintetiza, simboliza o conceito abstrato e opera com ele como lei suprema entre todas aquelas criadas pelo pensamento humano. (1934/2001, p. 226).

O emprego funcional do signo é a questão principal do processo de formação de conceitos. É através dele que o adolescente “domina o fluxo dos próprios processos psicológicos e lhes orienta a atividade no sentido de resolver os problemas que tem pela frente” (1934/2001, p. 169).

O processo de desenvolvimento do pensamento necessita de força motivadora externa, a do meio social, a qual irá desencadeá-lo. É através dos problemas propostos e dos objetivos colocados diante do adolescente que o meio social o motiva ao desenvolvimento do seu pensamento (1934/2001).

Ao mesmo tempo, é o desenvolvimento do pensamento que permite uma maior abertura do adolescente ao mundo externo. O pensamento abstrato é que permite ao indivíduo apreender a realidade, externa e interna, com maior profundidade e verdade, de modo mais completo e diversificado.

O pensamento em conceitos abre ao adolescente “o mundo da consciência social objetiva, o mundo da ideologia social” (1931/1996, p.64). O adolescente não só assimila o conteúdo cultural – o que já ocorre na criança -, mas participa ativa e criativamente na produção social.

Graças ao aprofundamento e ampliação do conteúdo do pensamento, ante o adolescente se abre todo o mundo em seu passado e presente, a natureza, a história e a vida do ser humano. (1931/1996, p.64)

A adolescência é, portanto, um período no qual o jovem forma suas concepções do mundo, da sociedade, das pessoas e de si mesmo. “Para o adolescente a passagem ao pensamento em conceitos lhe permite formar um quadro sistematizado do mundo que o rodeia” (1931/1996, p.193).

Do ponto de vista dialético, o conceito é “a imagem de uma coisa objetiva em sua complexidade”; ele só se forma “quando se conhece o objeto em todos os seus nexos e relações, quando se sintetiza verbalmente sua diversidade em uma imagem total mediante múltiplas definições”; o conceito inclui o genérico, o particular e o singular. O conceito é o “conhecimento mediado do objeto” (1931/1996, p.78).

O conceito é o reflexo objetivo das coisas em seus aspectos essenciais e diversos; se forma como resultado da elaboração racional das representações, como resultado de haver descoberto os nexos e as relações de dito objeto com outros, inclui em si, portanto, um extenso processo de pensamento e conhecimento que, dir-se-ia, está concentrado nele. Por esse motivo, diz-se certamente que o conceito, em sua faceta psicológica, é uma atividade prolongada que contém toda uma série de atos do pensamento (1931/1996, p.81).

A formação de conceitos significa a possibilidade de sair da situação concreta, elaborando e modificando criativamente os elementos que a integram (1931/1996, p.220). Daí Vigotski dizer que o pensamento em conceitos relaciona-se com a liberdade e intencionalidade da ação (1931/1996, p.207), visto que permite a ação livre do influxo direto de estímulos internos ou externos.

Vigotski explica a imaginação, que se desenvolve na adolescência, como um processo dialético, no qual ocorre uma atividade transformadora e criativa que parte do concreto e através do abstrato estrutura uma nova imagem concreta. “O adolescente passa da fantasia passiva, imitadora, à ativa e voluntária” (1931/1996, p.221). Torna-se capaz de criar e mudar uma situação.

A imaginação do adolescente estabelece estreita relação com o pensamento em conceitos, se intelectualiza, se integra no sistema da atividade intelectual e começa a desempenhar uma função totalmente nova na nova estrutura da personalidade do adolescente. (1931/1996, p.208)

A fantasia só se forma na adolescência e desdobra-se em imaginação subjetiva e objetiva. “O adolescente toma consciência de sua fantasia subjetiva como subjetiva e é consciente da fantasia objetiva que colabora com o pensamento em seus autênticos limites” (1931/1996, p.221).

Por um lado, a fantasia coloca-se a serviço da vida emocional, das necessidades e sentimentos; é uma atividade subjetiva que satisfaz o adolescente pessoalmente; “graças à fantasia o adolescente se conhece, se compreende, modela em imagens criativas suas emoções e atrações. O não vivido se expressa em imagens criativas” (1931/1996, p.222). Mas sua fantasia também toma um caminho de criação objetiva, para a compreensão do mundo ou para as atividades práticas que necessitem da formação de uma nova estrutura concreta. Estes dois caminhos da imaginação – subjetivo e objetivo – estão em permanente relação dialética, não se caracterizando como funções dicotomizadas entre si. Ao contrário, ambas as facetas do comportamento formam uma síntese completa, combinando-se numa “unidade nova na atividade dessa imaginação criativa” (1931/1996, p.223).

Em suas fantasias, o adolescente faz seus projetos de vida. São elas que permitem a antecipação do futuro e a aproximação criativa da sua realização.

Segundo Vigotski, é na adolescência que o homem toma consciência de si mesmo como unidade (1931/1996, p. 231). Para o autor, a personalidade é desenvolvida num processo histórico, sendo a autoconsciência a última e superior mudança dentre todas as que ocorrem na adolescência.

A autoconsciência é a base para o autodomínio do comportamento. Ela representa o “desenvolvimento cultural da conduta e do pensamento” (1931/1996, p.244), visto que as funções psicológicas superiores são produtos das formas sociais coletivas de comportamento (1931/1996, p.226). Como já dito, na adolescência ocorre uma regulação interna dos processos psíquicos: “estabelecimento de novas conexões, novas relações, novas interdependências estruturais entre as diversas funções” (1931/1996, p.244). “A autoconsciência é a consciência social transportada ao interior” (1931/1996, p.245).

“A natureza da personalidade é social” (1931/1996, p.228) – lei da sociogênese – formas sociais coletivas de comportamento convertem-se em formas de conduta e de pensamento, configurando o modo próprio do indivíduo singular.

Vigotski ao explicar o processo da adolescência está indicando o que seria saudável nessa fase da vida: uma experiência que permita abrir-se ao mundo, a autonomia de pensamento e de ação, a ampliação da capacidade criativa, crítica e reflexiva, a posterior capacidade de trabalhar, em seu sentido criativo.

Esse processo de desenvolvimento na adolescência é mediado pelas forças externas que podem bloqueá-lo. Dentre essas forças, destaca-se o trabalho, pelo seu caráter central. Dessa forma, é importante discutir como o trabalho participa, positiva/negativamente, desse momento do desenvolvimento humano, favorecendo ou deprimindo a fantasia, o pensamento em conceitos e a autoconsciência, portanto, se ele permite a potência de ação.

Capítulo 2



CAPÍTULO 2

O TRABALHO NO CONTEXTO DA DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO

“O animal se converte no humano e o humano no animal”
(MARX, 1844/1970,p. 109)

O presente capítulo visa a discutir a contraditoriedade que constitui o trabalho.

Estudos sociológicos importantes apresentaram eixos analíticos para desenvolver essa dimensão do trabalho, destacando-se Weber e Marx.

A análise de Weber busca a compreensão do capitalismo racional e suas especificidades exclusivas do ocidente e aí se inserem suas reflexões sobre o trabalho. Em seus estudos Weber⁸ mostra que a “ética social da civilização capitalista” está fundada na ética puritana, a qual deu a base fundamental para o desenvolvimento do capitalismo no ocidente, ainda que não fosse essa a finalidade da Reforma Protestante. Na ótica protestante, o trabalho é conduzido a um pleno reconhecimento, com uma conotação de vocação e dever, devendo ser contínuo e sistemático.

⁸ *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* é a principal obra de Weber em relação às análises aqui apontadas [edição em português: São Paulo, ed. Pioneira, 1967].

Em suas análises, contudo, Weber demonstra que o capitalismo deixou de lado suas raízes puritanas formando uma “prisão” com fortes conseqüências sociais, não só desvalorizando o ofício como vocação como, também, gerando uma nova classe de pessoas expropriadas, os operários. Para ele, as condições de trabalho no capitalismo transformaram a profissão em emprego, que garante os meios necessários à sobrevivência, retirando do trabalho a abertura para criar uma personalidade autônoma e levar a um modo de vida significativo, pleno de sentido (MÜLLER, 2005).

Marx, com base na premissa de que o homem cria a si mesmo, considera o trabalho como manifestação de si, em que o homem se auto-realiza⁹. Contudo, em sua análise histórica do trabalho na sociedade capitalista, ele demonstra que nela o trabalho caracteriza-se como trabalho alienado.

Segundo Marx (1970), “o trabalho não produz só mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadorias em geral” (p. 105). O produto do trabalho apresenta-se ao seu produtor, o trabalhador, como algo estranho, como um poder independente dele; o produto é o que se fixou num objeto, é a objetivação do trabalho.

A alienação do trabalhador em seu produto significa não somente que seu trabalho se converte em um objeto, em uma existência exterior, mas que existe fora dele, independente, estranho, que se converte em um poder independente frente a ele; que a vida que prestou ao objeto se lhe enfrenta como coisa estranha e hostil (Marx, 1970, p.106).

Nesse processo,

O trabalhador se converte em servo de seu objeto em duplo sentido: primeiramente porque recebe um objeto de trabalho, isto é, porque recebe trabalho; em segundo lugar porque recebe meios de subsistência. Isto é, em primeiro termo porque pode existir como trabalhador, em segundo porque pode existir como sujeito físico. O cúmulo dessa servidão é que só enquanto trabalhador pode manter-

⁹ Em *A Ideologia Alemã*

se como sujeito físico e que só como sujeito físico é trabalhador (Marx, 1970, p. 107).

Há, portanto, uma degradação do trabalho no modo como esse se objetiva na sociedade capitalista, resultando na desrealização do ser social, num trabalho desefetivador da atividade humana autônoma.

O resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio, como algo alheio e estranho ao produtor e que se tornou coisa. Tem-se, então, que essa realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador (ANTUNES, 1998, 124).

O estranhamento do trabalho não se restringe apenas ao seu resultado – produto do trabalho, a perda do objeto, mas também ocorre em relação ao ato de produção. “O produto não é mais do que resumo da atividade, da produção. Portanto, se o produto do trabalho é a alienação, a produção mesma há de ser a alienação ativa, a alienação da atividade; a atividade da alienação” (Marx, 1970, p. 108).

A alienação do trabalho, segundo Marx, consiste em que “o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser”, o que o torna infeliz, mortificando seu corpo e seu espírito. É um “trabalho forçado”, pois não é realizado voluntariamente para satisfação da necessidade de criar e produzir, mas torna-se apenas um meio de satisfazer as necessidades fora do trabalho. “A atividade do trabalhador não é sua própria atividade. Pertence a outro, é a perda de si mesmo” (Marx, 1970, p. 108/109). Portanto, a alienação de que Marx nos fala é a alienação dos sentidos e não só da atividade.

O ícone do trabalho alienado pode ser considerado o processo de produção industrial no modo taylorista/fordista, hoje atualizado pelo modelo japonês, cujo representante mais citado é o toyotismo¹⁰.

¹⁰ A expressão “modelo japonês”, ou simplesmente “toyotismo”, tem sido utilizada como referência a “um conjunto de técnicas de organização da produção e do trabalho industrial, de práticas administrativas, relações de trabalho e princípios de gestão da empresa que estariam associados aos importantes ganhos de produtividade atingidos pelo sistema produtivo do Japão. Nessa noção, estão envolvidos desde uma dimensão tão abstrata como os fundamentos da cultura oriental vis-à-vis à ocidental, até procedimentos

Segundo Antunes (1998),

o capitalismo, em qualquer das suas variantes contemporâneas, [...] não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do estranhamento, mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização, na medida em que se minimizou a dimensão mais explicitamente despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do “envolvimento manipulatório” da era do toyotismo ou do modelo japonês. [...] Esse estranhamento permanece também no próprio processo laborativo, em maior ou menor intensidade. A desidentidade entre o indivíduo que trabalha e a sua dimensão de gênero humano também não foi eliminada. Mais do que isso, as diversas manifestações de estranhamento atingiram, além do espaço da produção, ainda mais intensamente a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho [...] (p.91 e 92)

A questão principal está nos modos de dominação que ocorrem no trabalho, havendo no contexto da sociedade capitalista características muito importantes para operar a submissão dos trabalhadores, como se discute a seguir.

práticos muito pontuais de seqüenciamento de operações e de administração de estoques em empresas industriais de produção seriada, passando pelos arranjos institucionais e políticas públicas que dão sustentação ao exitoso desempenho da economia japonesa.” (Xavier Sobrinho, 2002, p.190)

2.1 - O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O trabalho humano, ao longo da história da humanidade, apresenta dois significados dominantes e contraditórios. De um lado, ele aparece como redenção, de outro, como maldição.

No primeiro, ele tem o sentido de satisfação, pelo seu caráter de atividade criativa; ainda que possa ser uma satisfação alienada. Nessa perspectiva ele é visto como uma forma de alcançar o estado de graça, o trabalho como vocação e obrigação moral, que dignifica o homem. Encontra-se aqui também o reconhecimento do trabalho como fator de socialização e identidade social.

Por outro lado, ele é tido como maldição, tendo um significado de penosidade, ligado a uma compreensão bíblica do trabalho como castigo, a qual justificou o escravagismo em sociedades cristãs. Na Antigüidade, o trabalho era tido como atividade menor, não nobre, destinada aos escravos e às mulheres, isto é, aos não cidadãos, significando uma sujeição às necessidades de sobrevivência. Nas sociedades pré-modernas, portanto, o trabalho era um fator de exclusão social, ao contrário do que ocorre na sociedade industrial. “O trabalho, longe de conferir uma ‘identidade social’, era algo que pertencia à existência privada e excluía da esfera pública aquelas e aqueles que a ele se viam assujeitados” (GORZ, 2003 p.24).

Müller (2005) aponta essa ambivalência histórica do trabalho, que por um lado é considerado necessário para a reprodução biológica e social do homem, por outro, é indesejável pela sua penosidade. Estaria de um lado uma “significação passiva do esforço, da dor e do fardo, especialmente no trabalho manual” e de outro, “do esforço voluntário, ativo e intencional e do produto, uma obra, sobretudo no trabalho intelectual”. O trabalho depreciado é um significado predominante na Antigüidade e Idade Média, quando os trabalhos considerados inferiores eram obrigações das pessoas sem direitos de cidadania. A cultura judaico-cristã traz mudanças nessa significação: valoriza o trabalho como modo de servir a Deus; traz a concepção de igualdade entre seres humanos; opõe o

conceito de trabalho ao de ociosidade, a qual é “inimiga da alma”. A Reforma Protestante muda mais radicalmente esse significado, levando o trabalho a um pleno reconhecimento: “ora e trabalha”, dizia Lutero (p.241-243).

Essa contradição na significação de trabalho é apontada e analisada por diversos autores, que por vezes utilizam diferentes palavras para indicar a diferenciação, como Arendt (1999) ao considerar a *vita activa* como sendo composta por três atividades humanas fundamentais: o labor (corresponde à atividade do processo biológico do corpo humano, assegurando a sobrevivência do indivíduo e da espécie), o trabalho (como atividade que produz o mundo de coisas) e a ação (refere-se à atividade política e cria a condição para a história). A utilização de uma única palavra – trabalho – para designar diferentes dimensões da atividade humana, por vezes, traz alguma confusão, mas, por outro lado, expressa a dialética contida no trabalho: redenção/maldição, gratificação/penosidade, expansão/conservação, criação/sobrevivência. Nessa tese a palavra trabalho será utilizada sem a preocupação na distinção de significados de forma explícita, considerando a dialética nele presente.

Na concepção marxista, o trabalho é condição para a existência humana como ser social. Para Lukács, o trabalho é

[...] a única lei objetiva e ultra-universal do ser social, que é tão ‘eterna’ quanto o próprio ser social; ou seja, trata-se também de uma lei histórica, à medida que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir (Lukács, 1979, *apud* Antunes, 1998, p. 123).

É com o trabalho que o homem cria, produz obras, e ao fazê-lo desenvolve e concretiza a sua humanidade. O trabalho é, portanto, um fator de expansão do ser e não só de conservação. Trabalho é criação.

Retomando a teoria de Vigotski, o trabalho poderia ser um dos elementos de ampliação, quando num contexto de intersubjetividades favoreça a criação e o pensamento por conceitos.

Na sociedade capitalista, mediada pela ideologia burguesa, o trabalho foi incorporado “como categoria universal e fundadora de toda a vida social, de forma independente de seu contexto histórico, como atividade natural de produção e troca de valores de uso, necessária à reprodução material da vida em sociedade” (LIEDKE, 2002, p. 344). O trabalho também foi associado a emprego, isto é, como atividade institucionalizada realizada em função da produção, tornando-se “importante referencial para o desenvolvimento emocional ético e cognitivo do indivíduo ao longo do seu processo de socialização e, igualmente, para o seu reconhecimento social, para a atribuição de prestígio social intra e extra grupal” (Liedke, 2002, p. 345).

No Brasil, de acordo com Carmo (1998), com a desintegração do sistema escravagista começa a desenvolver-se o “mito” do enriquecimento pelo trabalho e foram os imigrantes que conferiram novo lugar social ao trabalho, sendo responsáveis pela dignificação do trabalho manual na agricultura, na indústria e o do artesão (p.90). A análise que o autor faz do trabalho no Brasil pode ser compreendida de forma ampliada para a sociedade capitalista, embora ocorrendo em diferentes marcos e momentos históricos nos diversos lugares geográficos/políticos.

Na atualidade, muitas são as reflexões sobre o que estaria ocorrendo no mundo do trabalho, em função da crise em âmbito mundial. Alguns estudiosos consideram que a crise da sociedade do trabalho refere-se ao trabalho abstrato (como Robert Kurz, *apud* Antunes 1998, e Antunes, 1998, 2002). Outros afirmam que ela atinge também a sua dimensão concreta (como Offe, 1989; Gorz e Habermas, *apud* Antunes, 1998), considerando, então, que a lógica do capital não é mais central na sociedade contemporânea. Antunes (1998), lucidamente, defende a centralidade do trabalho na sociedade atual; para ele as mudanças não levarão à eliminação do trabalho, o que acarretaria a destruição do próprio sistema capitalista.

Antunes considera que no mundo do trabalho atual há uma “processualidade contraditória e multiforme” (1998, p. 54), não existindo uma tendência única e geral. As mudanças ocorridas podem ser caracterizadas pela

redução quantitativa de postos de trabalho na indústria e um aumento do trabalho assalariado no setor de serviços, ao lado da incorporação do trabalho das mulheres e exclusão dos mais jovens e mais velhos, e da intensificação da “subproletarização”, com trabalho parcial, temporário, subcontratado, precário, terceirizado. Esse quadro impulsiona para duas tendências opostas: de um lado, para uma maior qualificação do trabalho - exigência das mudanças nos processos de produção, decorrentes do avanço científico e tecnológico, havendo a “intelectualização do trabalho” - e, de outro, para uma maior desqualificação dos trabalhadores. “O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão [...] do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. [...] Há um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora”. (Antunes, 1998, p. 41/42)

No Brasil, particularmente, coexistem situações de trabalho caracterizadas por diferentes estágios de incorporação tecnológica, diferentes formas de organização e gestão e uma diversidade de relações nesse contexto, aliadas ao “fantasma” do desemprego, que atinge tanto os trabalhadores inseridos no mercado quando os excluídos dele ou os que ainda nele não ingressaram. A precarização do trabalho também está presente, implicando numa desregulamentação e perda de direitos trabalhistas e sociais, na redução de rendimentos, no subemprego, na fragilização das organizações sindicais e das ações de resistência coletiva e ou individual. Esse quadro resulta em sofrimento e desqualificação social.

Se, por um lado, as inovações tecnológicas reduziram a exposição a alguns riscos ocupacionais em determinados ramos de atividade, tornando o trabalho nesses ambientes menos insalubre e perigoso, paralelamente, outros riscos foram gerados, como: intensificação do trabalho e/ou aumento da jornada de trabalho; acúmulo de funções; descumprimento de regulamentos de proteção à saúde e de segurança; rebaixamento dos níveis salariais; aumento da instabilidade no emprego e da violência moral. Tal contexto está associado com a exclusão social e afeta a saúde, demonstrando o caráter ético e afetivo da saúde (BARRETO, 2003).

O contexto do mundo do trabalho, particularmente no Brasil, continua configurando-se como importante fonte de afecção na sociedade, sendo, portanto, também importante compreendê-lo do ponto de vista ético-afetivo e na contradição que o constitui, expansão/conservação, imbricado na dialética exclusão/inclusão.

2.2 – O TRABALHO E A DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO

A contradição do trabalho pode ser compreendida como inserida na dialética exclusão/inclusão.

A concepção da exclusão social como processo sócio-histórico que só existe em relação à inclusão, que a constitui, é discutida por Sawaia (1999b), que denomina esse processo de inclusão perversa, exclusão/inclusão, marcando assim o seu componente dialético. Essa concepção toma o processo como produto do sistema social e não como falha do mesmo. “A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão” (Sawaia, 1999b, p.8). Dessa forma, introduz as dimensões ética e subjetiva na análise da desigualdade social.

A lógica dialética subverte a idéia de inclusão social como adaptação e normatização, que levam à culpabilização individual. Mostra a complexidade do processo, visto que de alguma forma todos estão incluídos no sistema social, mas há desigualdades nessa inserção.

A dialética exclusão/inclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. [...] Essas subjetividades determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. (Sawaia, 1999b, p. 9)

A transmutação da exclusão em inclusão, isto é, quando ela é vivida como inserção social, gera diversos efeitos perversos, em que há uma integração adaptativa que gera sofrimento e humilhação. A esse processo denomina-se, aqui, de inclusão perversa.

Martins (1997), também considera que não existe a exclusão e sim processos excludentes, os quais fazem parte dos sistemas econômicos e de poder. Ele analisa que existem formas insuficientes e “até indecentes” de

inclusão, ao que denomina de “inclusão precária e instável, marginal”, a qual ocorre propositalmente em decorrência das políticas econômicas atuais.

São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário a mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitividade social, de classe, politicamente perigosa para as classes dominantes (Martins, 1997, p. 20).

Esse processo de exclusão, com a inclusão precária, segundo o mesmo autor, gera novas categorias sociais caracterizadas pela degradação humana. Há uma nova mentalidade, diz o autor, a “mentalidade do moderno colonizado” numa “sociedade da imitação”, em que toma o lugar da criação e da revolução a reprodução e a vulgaridade.

Esse agente da recolonização da sociedade tem sua principal característica na perda da capacidade de criar, de cultivar a inteligência crítica, de revolucionar as relações sociais privilegiando a dignidade humana como referência fundamental da vida. (Martins, 1997, p. 23)

O trabalho pode ser um bom exemplo desse processo de exclusão/inclusão, em que o trabalhador está inserido socialmente pelo trabalho, mas em muitos casos essa inclusão caracteriza-se como perversa, face às condições de trabalho e de vida a que está submetido. Essa inserção possibilita principalmente a inclusão no consumo e garante a manutenção do sistema capitalista.

Pode-se dizer que essa situação de inclusão perversa, nessa mentalidade “recolonizada”, constitui-se na essência do trabalho.

2.3 – A POLÍTICA DE AFETIVIDADE E O TRABALHO

O medo. São raros os momentos do dia em que o coração não está um pouco comprimido por alguma angústia. De manhã, a angústia do dia a se viver. Nos ramais do metrô que levam para Billancourt, entre 6 e 6:30 da manhã, a maioria dos rostos vão contraídos por essa angústia. Quem saiu em cima da hora, tem o medo do relógio de ponto. No trabalho, o medo de não estar na velocidade boa, para os que têm dificuldade de atingi-la. O medo de “matar” peças forçando a cadência, porque a velocidade produz uma espécie de embriaguez que anula a atenção. O medo de todos os pequenos acidentes que podem ser causa de peças estragadas ou de ferramenta quebrada. De uma forma geral, o medo das broncas. Muitos sofrimentos são aceitos só para evitar uma bronca. A menor delas é uma humilhação dura, porque não se ousa responder... (Simone Weil, A condição operária e outros estudos sobre a opressão)

Uma das dimensões do trabalho pouco estudada é a afetiva, a qual é constituinte não só da relação homem-trabalho, mas também da reprodução dos modos de produção historicamente dominantes.

Essa dimensão, aqui denominada de “política de afetividade”, é compreendida como uma força reguladora da subjetividade que impede o aumento do *conatus*¹¹, modelando comportamentos, vontades e necessidades, utilizando-se do afeto para essa regulação. Parte-se da tese de que uma das principais formas de submeter os homens às condições de trabalho alienantes é a disciplinarização das emoções; essa política visa a favorecer a alienação, a servidão, utilizando-se do afeto para essa regulação nas relações de trabalho.

O trabalho, conforme visto anteriormente, continua sendo uma base afetivo-volitiva do homem na sociedade contemporânea.

No trabalho, pode-se verificar que sempre esteve presente a “política de afetividade”, a qual é inerente à reprodução dos modos dominantes de produção.

Na atualidade, ao contrário de previsões otimistas, a política da afetividade continua operando, na ainda presente organização do trabalho nos

¹¹ *Conatus*: força interna para permanecer na existência, conservando e expandindo seu estado.

moldes propostos por Taylor no início do século XX e em suas versões atualizadas, que operam de modo mais sutil na submissão de corpos e mentes, como apontam diversos autores.

Antunes (1998) considera o toyotismo como o representante da nova versão da dominação no trabalho, vendo nesse sistema um modo de operação mais cruel, apontando o uso da afetividade no processo manipulatório.

Esta [a era do fordismo] era movida centralmente por uma lógica mais despótica; aquela, a do toyotismo, é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória. (p.34)

Frigotto (1989) também considera que os atuais modos de gestão mantêm a expropriação histórica do trabalhador, realizando-a de forma mais sutil, configurando-se o processo de trabalho em “esterilização da capacidade humana de criar, produzir etc.” (p.20).

No século XVII, Espinosa já se preocupava com essa questão, obviamente não se referindo diretamente às relações de trabalho, mas às relações de poder, muito bem retratadas em seu Tratado Teológico-Político (1665/1983) que é ainda hoje uma referência. Ao falar da teologia e da ética, Espinosa trata da questão da dominação pela via do afeto: na experiência de paixões tristes o homem abre mão de sua autonomia, numa vivência passiva, em que a potência de ação, seu *conatus*, está diminuída.

Os afetos tristes e a prática autoritária caminham sempre juntos, e a dominação se realiza de modo perfeito, quando a figura do dominador não está visível, quando a autoridade do outro foi interiorizada, na forma de vergonha, culpa e humilhação, e o dominado se identifica com ela, agindo por uma obediência que se tornou espontânea, pois não necessita da presença do outro, da autoridade externa, conforme explica Chauí (2003).

Conseguir a obediência sem o constrangimento da força bruta é obter a posse absoluta do outro. E a teologia sabe que a verdadeira tirania não é aquela que se exhibe pelo ferro e pelo fogo, mas aquela

que consegue alcançar a universalidade e a homogeneidade do espaço social e político, os corações e as mentes. Essa autoridade não quer a obediência obrigada, pois esta não a legitima: aspira pela obediência desejada e consentida; busca a submissão que se suprimiu como obediência porque já deixou de ser sentida como obediência. (Chauí, 2003, p. 13/14)

Para Espinosa, nós estamos permanentemente sendo afetados nos encontros com outros corpos, ou seja, ocorrem modificações em nós - idéias ou imagens - como efeitos desses encontros. Essas afecções formam um estado do corpo e do espírito afetados, que se denominam afetos ou sentimentos. Esses afetos podem aumentar ou diminuir, favorecer ou impedir, a potência de agir. Quando há o aumento da potência de ação, o afeto é chamado de alegria, houve um encontro de composição. Mas pode haver um encontro onde há uma decomposição e, como decorrência, uma diminuição da potência de agir, a tristeza. Muitas vezes, o indivíduo ilude-se, porque forma uma “idéia inadequada”¹², uma imagem confusa, acreditando que num “mau” encontro possa haver uma composição com o outro corpo, não percebendo que sua força de existir diminuiu.

Nesse estado de tristeza, a liberdade está comprometida, pois é um estado de passividade.

A liberdade está em agir por uma força de minha natureza, por necessidade; é poder perseverar na existência, é viver pela ação e não pela passividade.

O homem é livre quando entra na posse da sua potência de agir, isto é, quando o seu *conatus* é determinado pelas idéias adequadas de onde decorrem os afectos activos, que se explicam pela sua própria essência. A liberdade está sempre ligada à essência e ao que dela decorre, e não à vontade a ao que a regula. (DELEUZE, s.d., p. 96).

¹² Termo utilizado por Espinosa, refere-se a “imagem de alguma coisa sem o conhecimento tanto da causa real da coisa quanto da causa real da própria idéia” (CHAUI, 1995, p. 106)

Para Vigotski - um admirador das idéias monistas de Espinosa e que procurou introduzi-las nas reflexões sobre desenvolvimento humano e relação objetividade-subjetividade - a capacidade de sinalização, como já dito, é a base da liberdade e da singularidade. A imaginação e a criação permitem ao homem libertar-se de determinações sociais, das leis da natureza e dos tiranos, em certo grau, porque possibilita a elaboração da experiência, a partir da liberdade de pensamento e de ação, levando-o à reflexão e à consciência, liberto da dependência da situação concreta e do meio exterior que o condicionam (1931/1996). É a sinalização, portanto, que possibilita a expansão do ser, além de sua conservação.

Dessa forma as emoções estão relacionadas às ações políticas dos homens, favorecendo a submissão e servidão ou a autonomia. As emoções tristes fragilizam a pessoa, fazendo-a abrir mão de sua autonomia e de seus direitos; a esperança¹³ (no sentido de espera passiva) faz com que ela deposite no outro a possibilidade de ação para transformar a situação. Ambas as emoções deprimem o *conatus*, a potência de vida, fazendo com que o indivíduo passe da autonomia à heteronomia.

Configura-se, então, uma situação de não liberdade, onde o homem sente conforme as idéias que comandam/dominam, onde há um distanciamento dos próprios afetos, da sua singularidade, fazendo com que a pessoa torne-se serva de vontades externas, ao invés de sentir pelas afecções do próprio corpo, conforme Espinosa. É uma perda de si mesmo, conforme nos mostra Marx, ao falar do trabalho alienado.

Algumas pesquisas demonstram a relação entre humilhação e trabalho, como situações e condições de trabalho afetam os trabalhadores, colocados em posição de servidão.

¹³ Esperança, numa concepção espinosana, apresenta duas faces: como uma expectativa de emoções alegres, que motiva a ação para uma transformação; e como espera passiva por algo, que aguarda do outro a ação para a mudança.

Seligmann-Silva (1994), em seus diversos estudos do desgaste mental de trabalhadores, constata que a “exploração dos sentimentos constitui uma das formas de dominação” mais freqüentemente identificadas em seus estudos de campo (p.161). A autora denomina de “técnicas de instrumentação dos sentimentos” essas estratégias de dominação sutil e destaca o medo, a humilhação, a raiva reprimida e os sentimentos de culpa e gratidão.

Barreto (2003) também mostra como os afetos são utilizados em situações de trabalho como regulação/controle, contribuindo para o rebaixamento da potência de ação. Medo e humilhação são destacados pela autora.

O medo imobiliza, deixa-os [os trabalhadores] inseguros. É um medo objetivo, causado por situações vivenciadas no espaço fabril de isolamento, por desqualificações e desmoralizações. Por medo, suportam a dor e se entregam mais intensamente à produção. Alienados de si próprios, desestruturados emocionalmente e sentindo-se culpados, ficam mutilados e submetidos ao poder de um outro homem (p.130).

Quando os trabalhadores adoecem no trabalho a situação de pressão emocional se agrava, como mostrado em diversas pesquisas (como em Dias, 1995; Barreto; Seligmann-Silva, entre muitas outras), o que pode ser ilustrado pela fala dos trabalhadores, conforme constatado na dissertação de mestrado da presente pesquisadora.

Por muito pouco eu não pedi as minhas contas, devido à pressão profissional. Porque te pressiona de tal forma, fazendo você se sentir uma inútil, ou uma pessoa que não produz mais. O pessoal da empresa começou a me fazer de ping-pong, um dia no caixa, um dia no cartão de crédito. (trabalhadora em Dias, 1995).

Um outro trabalhador, após ser acometido por uma doença relacionada ao seu trabalho, ilustra a relação que trabalhadores estabelecem com as empresas.

Eles não vêem o banco como uma empresa, vêem como um ser superior, deve ser endeusado. Não é composto por homens, é um ente espiritual. Tudo pelo banco. (trabalhador bancário, em Dias, 1995).

Esta reificação é estimulada pelas formas de gestão e de produção, que têm hoje o “toyotismo” como ícone, segundo Antunes (1998).

O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho. [...] O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria (p.34).

Gonçalves Filho (1998) também pesquisa a humilhação social, enquanto fenômeno psicológico e político, considerando-a como uma “modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes” (p.14). O trabalho é apontado pelo autor como uma das situações de humilhação e medo que degradam o homem.

Esses estudos ressaltam a política da afetividade como uma forma de submeter corpos e mentes no trabalho; uma instrumentalização das emoções que produzem “emoções tristes” nos trabalhadores, as quais permitem a exploração de corpos passivos, escravos do desejo do outro.

É por meio delas [das paixões tristes], assim como da humilhação e da superstição, que o indivíduo submete-se ao desejo e à vontade dos outros, inibindo a sua própria capacidade de agir e pensar livremente (Sawaia, 2004).

A política de afetividade não é só produzida no interior das empresas para submissão de empregados, mas também está presente na sociedade como todo e é utilizada para a disseminação da idéia do trabalho como redenção.

A ideologia do esforço pessoal desempenha, portanto, a dupla função de iludir o trabalhador com a promessa da riqueza possível e a de introjetar na consciência operária a noção de que os infortúnios por ele sofridos são frutos de sua própria incapacidade, com inteira isenção do sistema econômico. A ideologia da “redenção pelo trabalho” ou a do “êxito pessoal”, tal como convencionado pela ótica

burguesa, isto é, o êxito material, é considerada a única via de acesso à felicidade.”(Carmo, 1998, p.90)”.

O afeto é fruto da experiência, bem como as idéias. Segundo Espinosa o que afeta o corpo afeta a alma. A política capitalista de afetividade faz a mediação entre a experiência do afeto em termos de sentimentos e em termos de pensamentos e idéias. Muitas vezes a forma como o ser é afetado favorece a formação das idéias inadequadas que irão orientar a atitude e comportamento das pessoas em relação ao trabalho.

Na questão do desemprego, por exemplo, pode-se perceber como se opera essa política de afetividade na sociedade. Primeiramente há uma individualização do problema, o que é vivido como emoção e necessidade do outro. Dessa forma camufla-se o contexto histórico e sócio-econômico do desemprego na sociedade atual. Tornando a situação individualizada, culpabiliza-se o trabalhador desempregado pela sua situação, fazendo-o crer que há puramente uma incompetência sua e utiliza-se o medo, a humilhação e vergonha para submeter o empregado e fazer com que aquele que busca um emprego sujeite-se a quaisquer condições, seja de contrato, de salário ou de ambiente de trabalho. Ao mesmo tempo, estimula-se a esperança, por exemplo, pelo peso que é dado à educação (mais comumente tratada como “capacitação”), ou com a abertura de concursos públicos e processos seletivos sem vagas imediatas (para cadastro).

Ao dizer-se que pessoas qualificadas, com formação educacional, têm mais possibilidades de conseguir um emprego, não se faz uma afirmação mentirosa, contudo demasiadamente simplista. Por outro lado, transforma a educação em uma mercadoria/meio para a “empregabilidade”. O conhecimento torna-se mero instrumento de trabalho, o qual está reduzido a emprego, coincidente com o significado de salário, ou seja, apenas como meio de subsistência.

Assim, o trabalho deixa de operar como meio de expansão (Espinosa), como meio propício ao desenvolvimento (Vigotski), deixa de ser atividade criativa.

O jovem é educado nesse contexto político, econômico e afetivo, sempre na expectativa do primeiro emprego. Vive o medo da não inclusão social, caso não consiga empregar-se e, quando alcança o emprego, pode entristecer-se ao sentir que ele não possibilita o seu desenvolvimento, pois não permite a criação e a liberdade, ou, ainda, por pensar que tudo é por sua incapacidade.

2.4 - O TRABALHO DO JOVEM

Pode-se considerar um paradoxo falar de trabalho do jovem, principalmente pensando na fase da adolescência, já que esse é um momento importante de desenvolvimento e trabalho está associado à vida adulta. Contudo a sociedade brasileira não considera assim essa questão.

A legislação brasileira¹⁴ protege o jovem trabalhador: é proibido o trabalho a menores de 16 anos, exceto na condição de “aprendiz” a partir dos 14 anos; é também vedado o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos; além disso, é garantido o acesso do trabalhador adolescente à escola. Ainda, o direito à profissionalização e à proteção no trabalho deve garantir o “respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” e “capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho” (ECA, art. 69). Mas o ECA não deixa claro o que seria compatível com a situação de “pessoa em desenvolvimento”, no trabalho.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, garante à criança e ao adolescente o “direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, e aponta como responsáveis pela sua garantia a família, a sociedade e o Estado.

Na prática, muitos desses direitos não têm sido de fato assegurados e ocorre o destaque de alguns, isoladamente do conjunto, isto é, dando ênfase a uns em detrimento dos outros. Tal como o direito à profissionalização ferir outros como o direito à dignidade, ao respeito, à educação, ao lazer e a estar à salvo da exploração, da violência, da opressão etc. A sociedade, até o momento, não garantiu os meios para assegurar muitos desses direitos e no tocante ao

¹⁴ A mais específica é a Lei 8069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); existem também alguns itens de proteção ao trabalho do “menor” na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, revista após a Constituição Federal e o ECA.

trabalho, em muitos pontos legais, os parâmetros são os mesmos do trabalho adulto (como jornada de trabalho, salário e descanso remunerado) e referem-se ao trabalho formal, quando quase a metade dos trabalhadores brasileiros estão ocupados em postos informais de trabalho, particularmente os jovens.

A regulamentação é maior no tocante ao trabalhador aprendiz. A aprendizagem é considerada a “formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor” (ECA, art. 62) e tem como princípios o acesso e freqüência ao ensino regular, de que a atividade seja “compatível com o desenvolvimento do adolescente” e de que haja horário especial para o exercício das atividades (art. 63).

No Brasil o trabalho infantil, que caracteriza uma exploração extremada do capital sobre a classe trabalhadora, configura uma situação de total desrespeito ao ser humano. Vivemos uma situação de completo descumprimento da lei: muitas crianças em nosso país estão inseridas no mercado de trabalho e sem direitos trabalhistas – já que em situação irregular - geralmente em atividades penosas e insalubres. Essa realidade absurda está diretamente ligada às condições de pobreza da população. Muitos estudos e intervenções têm sido realizados a fim de contribuir para a eliminação ou amenização de quadro tão cruel e injusto.

O trabalho da criança é injusto e ilegal, como se vê corroborado por leis e programas sociais e de governo que buscam a erradicação do trabalho infantil¹⁵. Contudo, o trabalho do jovem é tido como oportunidade de inclusão social, havendo inúmeros programas de governo e organizações sociais voltados à inserção do jovem no mundo do trabalho – visando a capacitação para o trabalho e/ou a geração de postos de trabalho.

Toda a sociedade se mobiliza e direciona os jovens para a inserção no mercado de trabalho: as famílias, as escolas, a mídia, os governos. O jovem

¹⁵ O Ministério do Trabalho e Emprego divulgou em janeiro/2007 dados das ações de fiscalização para a erradicação do Trabalho Infantil, que bateu recordes em 2006, retirando do trabalho ilegal 12.458 crianças e adolescentes. (Brasil-MTE, 2007).

prepara-se para sua inclusão no mundo adulto do trabalho, ávido e necessitado da experiência, da subsistência e do reconhecimento social que ele proporciona, mas depara-se com dificuldades de ingresso, intensificada pelo cenário do emprego, estando, por isso mesmo, mais disposto a submeter-se e adaptar-se ao trabalho que estiver disponível.

Obviamente existe uma desigualdade social no ingresso do jovem no mercado de trabalho. NOVAES (2003), referindo-se aos jovens, aponta que a desigualdade de classe social evidencia-se na relação escola/trabalho, em como e quando um jovem começa e para de estudar ou trabalhar. Mas não é esse o único fator de discriminação e desigualdade; as questões de gênero e raça, bem como o local de moradia (que marcam os estigmas de pobreza e violência) são, também, fatores importantes na diferenciação vivida no cotidiano dos jovens (p. 122).

É preciso, então, ressaltar que o trabalho não exclusivamente dignifica, mas também adocece e faz sofrer. E essa característica é particularmente importante na adolescência, quando o indivíduo está em desenvolvimento.

Conforme já discutido em capítulo anterior, Vigotski mostra (1931/1996), que a adolescência é uma fase de transição importante, em que o indivíduo abre seus horizontes na sua relação com o mundo, sendo fundamental para esse processo a capacidade de sinalização: liberto da concretude o adolescente cria, imagina, sonha e assim imprime outra qualidade à compreensão dos significados existentes no mundo e, portanto, outra qualidade à sua relação com o mesmo. Esse processo é fundamental, visto que o “desenvolvimento psicológico ocorre pela conversão do social em psiquismo nas intersubjetividades, em um processo dialético e complexo” (Sawaia, 2004), mediado pelos significados.

E o significado de trabalho que o jovem apreende é o da ideologia do trabalho como redenção. O trabalho é tido como principal elemento de inclusão social e de êxito pessoal, tanto na perspectiva da sociedade quanto no sentimento dos indivíduos.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), por exemplo, é colocado como um “compromisso do Governo Federal com a sociedade brasileira para o combate à pobreza e à exclusão social” (BRASIL-MTE, 2005b). Os objetivos do PNPE, expressos na Lei 10748/2003¹⁶ que o cria, são: “promover I) a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; II) a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social”.

A justificativa para este Programa está calcada no índice de desemprego, que atinge 3,5 milhões de jovens entre 16 e 24 anos, correspondendo a 45% do total de 7,7 milhões de desempregados no país (BRASIL-MTE, 2005b).

A falta de postos de trabalho não é a única preocupação atual, mas há a questão da qualidade dos empregos. O OIT, por exemplo, expressa essa preocupação em seu sítio na internet:

[...] se haverá oportunidades de emprego para acomodar toda essa força de trabalho e se os empregos seriam produtivos e decentes, já que 93% dos empregos até agora disponíveis para esse grupo [os jovens] estão na economia informal, de baixa remuneração, com pouca ou nenhuma segurança e benefícios e perspectivas de crescimento.

É preciso também refletir se políticas voltadas somente ao emprego, no caso dos jovens, são eficazes. Não estaria a sociedade simplesmente facilitando a perpetuação da situação de desigualdade social?

Muitos estudiosos e pesquisadores, de diversas áreas, defendem que o esforço deva ser focado na melhoria de acesso, permanência e qualidade da escola, ao invés de investimentos em políticas que “empurram” os jovens para o mercado de trabalho. O economista Néri (2005), sugere a inclusão de alunos pobres do ensino médio no benefício do Bolsa Família¹⁷ para evitar que esses jovens abandonem a escola e entrem precocemente no mercado de trabalho.

¹⁶ Atualizada pela Lei 10940/2004

¹⁷ O Plano de Desenvolvimento da Educação anunciado pelo governo federal inclui entre as medidas propostas a ampliação do “Bolsa Família” para jovens até 17 anos, além de alteração na Lei de estágios e outros programas voltados especificamente à juventude. (Jornal O Estado de São Paulo, 18/03/2007).

Outro economista, Pochmann (2007), o qual realizou pesquisa recente referente à situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, afirma que o diálogo com o futuro está interdito para a juventude brasileira na atualidade, em função da paralisia em que se encontra o desenvolvimento econômico do país. Ele afirma que a juventude é o segmento da população mais vulnerável no mercado de trabalho e que a educação é que pode igualar as oportunidades para o jovem, defendendo, também, uma reorientação das políticas públicas em sentido inverso ao de inserção no trabalho.

É a situação de vida que leva ao ingresso precoce no trabalho e algumas políticas públicas partem dessa realidade dada ao invés de buscar alterá-la.

Diversos estudos mostram as razões para o ingresso precoce no mundo do trabalho. Pires (1988) conclui de sua revisão bibliográfica sobre o tema, que todos os estudos enfatizam a pobreza familiar como sendo fundamental na configuração dessa situação. O desemprego dos pais ou baixo salário dos mesmos é condicionante dessa situação de pobreza. O trabalho infanto-juvenil é, portanto, um dos resultados de sociedades de plena desigualdade social, em que grande parte de suas populações estão em situação de miséria e pobreza.

A questão, no entanto, é complexa e outros fatores contribuem de forma importante na gênese do trabalho precoce. A estrutura do mercado de trabalho que oferece espaços para inserção da mão-de-obra de crianças e jovens é outro fator chave, conforme aponta o mesmo autor. A rapidez, agilidade e o destemor frente ao perigo, como qualidades encontradas nas crianças e jovens (VENTURA *et. al.*, 1989), aliadas aos salários mais baixos que são pagos a eles, são de interesse ao mundo do trabalho. A questão da educação, quanto à oferta e qualidade do ensino, é também apontada como determinante importante (OIT, 1980; Pires, 1988; PAPARELLI, 2004).

Existem, também, os fatores culturais e ideológicos, como a idéia de trabalho como virtude, como elemento disciplinador e que afasta o jovem da marginalidade. Ainda, o trabalho do jovem é indicado como uma forma de

autonomia e independência do indivíduo, inclusive como consumidor. Essas idéias estão vinculadas ao significado do trabalho como redenção.

No Brasil, há cerca de três milhões de adolescentes, entre 14 e 17 anos, com trabalho remunerado, segundo dados do IBGE de 2003, e com base em estimativas internacionais pode-se “inferir que pelo menos a metade dos adolescentes trabalhadores desenvolve atividades definidas como perigosas” (BRASIL-MS, 2005, p.8). Em 1997, a Previdência Social concedeu 4.314 benefícios em decorrência de acidentes de trabalho para menores de 18 anos.

Entre os jovens empregados, trabalham sem carteira assinada 62,4% daqueles entre 16 e 19 anos e 42,8% na faixa dos 20 aos 24 anos (TODESCHINI, 2003). Grande parte dos jovens está, portanto, inserido em trabalho informal e precário; isso significa uma experiência de trabalho que não será posteriormente reconhecida para inserção no mercado formal de trabalho - onde em geral se utiliza o critério de experiência prévia comprovada dentre os parâmetros de seleção - e em atividades que pouco contribuem para o seu desenvolvimento.

Independente do tipo de vínculo empregatício, é conhecido o fato de que os jovens estejam inseridos em atividades laborativas de baixa qualificação. CAMARANO *et al.* (2003), em artigo em que analisam dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD)¹⁸ de 1981 e 2001, mostram as ocupações mais freqüentes entre os jovens de 15 a 24 anos, apontando que o perfil sofreu poucas alterações no período considerado, estando a mudança mais marcante na redução da importância das ocupações relacionadas a atividades agropecuárias e aumento das ocupações no comércio, o que, segundo as autoras, reflete as transformações observadas na esfera produtiva. Em 2001, entre os homens aparecem as seguintes ocupações como de maior freqüência: trabalhador agropecuário (18%), lojista (7,9%), servente de pedreiro (5,2%), trabalhador braçal sem especificação (4,4%), auxiliar administrativo (4,3%), porteiro/vigia/servente (4,1%), mecânico (3,1%), motorista (2,3%), garçom (2,3%) e 5,5% outras ocupações ou mal definidas. No mesmo ano, entre

¹⁸ Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

as mulheres: empregada doméstica (22,0%), auxiliar administrativo (13,7%), lojista (12,8%), trabalhadora agropecuária (6,5%), professora de ensino fundamental (4,0%), garçonne (3,6%), caixa (3,2%), costureira (3,0%), vendedora ambulante (2,4%) e 3,8 % outras ocupações ou mal definidas.

O Ministério do Trabalho e Emprego, com a Portaria 20/2001, atualizou o quadro referido no artigo 405 da CLT¹⁹, estabelecendo os locais e serviços considerados perigosos ou insalubres para menores de 18 anos, sendo, portanto, proibido o trabalho dos mesmos naquelas atividades. A Portaria descreve oitenta e uma atividades, a maioria com riscos de acidentes, químicos e físicos, e parece balizar-se no conhecimento da realidade de inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho no país, isto é, elenca diversas atividades em que sabidamente crianças e adolescentes se inserem como mão-de-obra barata.

No Brasil, como já apontado anteriormente, as normas legais referentes ao trabalho precoce são adequadas e até avançadas. A questão é que existe uma imensa distância entre a regra e a ação, isto é, as leis não são cumpridas: são burladas, adaptadas ou ignoradas. Como afirma Mello (1999), a questão do trabalho infanto-juvenil é uma das “maiores contradições entre o ECA e a vida real”, visto que a realidade demonstrada pelos dados oficiais é de que o trabalho dos jovens no país atinge número alarmante. É o próprio Estado que “encontra maneiras para dar resposta a alguns setores produtivos, de legitimar o trabalho infanto-juvenil e não exerce fiscalização sobre pontos críticos que sabidamente exploram a labuta dos jovens” (Mello, 1999).

A questão do trabalho de crianças e adolescentes está inserida no contexto da exploração do trabalho no Brasil e com certeza não será resolvida somente com leis. A sociedade reconhece a necessidade de proteção especial à criança e ao adolescente para garantir seu livre desenvolvimento, mas paralelamente é necessário um movimento social para a mudança dessa realidade.

¹⁹ Consolidação das Leis do Trabalho.

A própria concepção de adolescência está associada ao trabalho, como colocam alguns autores (AGUIAR, BOCK e OZELLA, 2001; CLÍMACO, 1991, dentre outros) que questionam a concepção naturalista e universal de adolescência encontrada na Psicologia. Os autores afirmam a construção social do adolescente e destacam o significado da adolescência em nossa sociedade atual, o que não pode negar, como lembra Vigotski, as transformações biológica e cognitiva que caracterizam a adolescência como fase de transição, “(...) devido à maturação sexual surge para o adolescente um mundo novo e complexo de novas atrações, aspirações, motivos e interesses, de novas forças que orientam sua conduta em nova direção” (Vigotski, 1931/1996, p. 223).

Para os autores, que questionam a naturalização da adolescência, essa é uma construção cultural, e em nossa sociedade capitalista, atende especialmente à necessidade de prolongamento do período de preparação do jovem à vida adulta, particularmente retardando a sua entrada no mercado de trabalho, para o que se amplia o período de tutela dos pais sobre o jovem. Há necessidade de retardar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, para resolver alguns desafios da sociedade moderna, onde não há trabalho para todos e o mesmo sofisticou-se exigindo maior formação.

A análise dos autores acima citados é adequada à classe média, porém pode-se perceber, numa observação da realidade, que nas camadas sociais mais pobres, ao contrário, é comum que o jovem necessite ingressar no mundo do trabalho mais precocemente, bem como sair da casa dos pais, o que muitas vezes pode inviabilizar alguns aspectos de sua vida, como a continuidade de seus estudos.

A concepção de trabalho que o valoriza como fator de proteção à criança e ao adolescente por tirá-los da ociosidade e possível delinqüência e porque dignifica o homem é dirigida às classes mais pobres, sendo geralmente incorporada por suas famílias.

Existem, portanto, *grosso modo*, dois grupos distintos de jovens em nossa sociedade: o daqueles que se preparam para uma profissão, a ser

assumida no futuro, na vida adulta, que têm a juventude prolongada; e o daqueles que assumem, precocemente, responsabilidades e papéis de adulto. A vivência do trabalho como redenção ou maldição está também associada à classe social e, em decorrência, ao tipo de trabalho exercido.

O primeiro grupo compõe-se da minoria da população jovem: 28,1% dos jovens de sexo masculino e 33,6% das mulheres jovens apenas estudam, segundo dados do PNAD 2001. A pesquisa, que abrange a faixa etária de 15 a 24 anos, mostra ainda que: 20,9% dos homens e 14,5% das mulheres trabalham e estudam; 39,2% de homens e 23,0% de mulheres apenas trabalham; e 11,8% de homens e 28,8% de mulheres não estudam nem trabalham (*apud* Camarano *et al.*, 2003).

A dificuldade de inclusão educacional, pela insuficiência de oferta ou pela má qualidade da mesma, conforme já apontado, é um dos fatores determinantes dessa situação.

O enfoque da relação trabalho-escola está presente na maioria dos estudos de trabalho infanto-juvenil, visto que se considera que a educação é atividade principal a ser ofertada à criança e ao adolescente, o que pode ser resumido no *slogan* “lugar de criança é na escola!”, o qual se contrapõe ao trabalho infantil e marca a necessidade de escola para todos. Além disso o trabalho como aprendizagem é previsto para os adolescentes na Constituição Brasileira.

Aparece nesses estudos o debate do trabalho como motivador ou como limitante à educação do adolescente. O aspecto limitante, principalmente pelo cansaço e pouco tempo para estudos fora da escola, que acaba por constituir uma situação de competição entre o trabalho e a atividade escolar, parece ser uma unanimidade entre os autores (Oliveira *et al.*, 2005; SOUZA, 2001; OLIVEIRA e ROBAZZI, 2001; MINAYO-GOMEZ e MEIRELLES, 1997). Contudo, no discurso de jovens, o trabalho aparece muitas vezes como motivador dos estudos, ou mesmo viabiliza a continuidade dos mesmos pelo aspecto financeiro, em alguns casos, como aponta a pesquisa de SILVA (2003).

A literatura também mostra que, para camadas mais pobres da população, a relação entre idade e série escolar é geralmente defasada, em razão, principalmente, de reprovações escolares, suspensão temporária dos estudos e/ou ingresso tardio na escola.

Em pesquisa realizada com alunos de 5ª a 8ª série de escolas estaduais em horário noturno, GUIMARÃES (s.d.) constata a dura realidade de jovens que trabalham por uma necessidade premente: estudar à noite é o recurso possível para quem não quer abandonar os estudos, por colocar na educação formal as expectativas de um futuro melhor; com seus poucos rendimentos participam do orçamento familiar, ou garantem a totalidade das despesas domésticas. A autora considera tratar-se de um grupo marcado pela “brevidade da infância e precocidade da vida adulta”.

Para aqueles que iniciam a atividade laborativa precocemente, o destino parece ser muito mais o da desqualificação profissional e conseqüente exclusão social. Segundo Souza (2001), “da forma como é feita a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, não se oportuniza sua capacitação profissional” (p.173), principalmente por terem prejuízos na educação escolar e porque as atividades que geralmente desenvolvem não favorecem o desenvolvimento de suas potencialidades.

Outros estudos têm o enfoque no ponto de vista dos jovens sobre o trabalho e apontam algumas concordâncias e outras divergências em relação aos estudos anteriormente citados. Essa abordagem será tratada no item a seguir.

2.5 – O TRABALHO NA PERSPECTIVA DO JOVEM: O QUE DIZ A LITERATURA

Diversos estudos apontam que o trabalho do ponto de vista do jovem tem muitas vezes valoração positiva, pois esses o consideram como propiciador de autonomia, como meio que possibilita o consumo e a valorização social e familiar (Spindel, 1984 e Rodgers e Standing, 1981 *apud* Pires, 1988; Aves-Mazzotti, 1998 *apud* Paparelli, 2004; OLIVEIRA *et al.*, 2005; Silva, 2003; SPOSITO, 2003; OIT, 1980). Contudo não se pode esquecer que essa posição do jovem está vinculada à estrutura social e de produção, ao significado social do trabalho como socializante.

Não se pode analisar a fala dos jovens sem considerar que o sentido é a singularização do universal, é constituído a partir da apreensão dos significados, que são construídos socialmente (Vigotski, 1934/2001). Assim, tanto o jovem quanto a sua família são afetados pelos significados, os quais revelam valores morais e idéias consensuais desenvolvidos historicamente.

Alguns estudos da concepção de trabalho para os jovens mostram que o mesmo mantém uma importância fundamental na vida das pessoas.

“O trabalho continua sendo uma fonte importante de normatividade e uma experiência central de socialização”, afirmam Bajoit e Franssen (1997, p.79), com base em pesquisas realizadas com jovens, na França. Para esses autores, o emprego mantém sua dimensão central na formação identitária e base da normalidade social, mas “o trabalho não é mais considerado como o único modo de auto-realização de si” (p. 94). Chiesi e Martinelli (1997) chegam à mesma conclusão, em estudos na Itália. Esses estudos em países desenvolvidos demonstram que os jovens buscam a satisfação individual: que pode ser encontrada no trabalho quando esse permite a realização de capacidades próprias, onde os jovens procuram introduzir mais elementos de liberdade e autonomia; ou procuram diminuir a quantidade e tempo de trabalho, quando

inseridos em atividades pouco gratificantes e alienantes, investindo mais no tempo de vida “para si”.

Bajoit e Franssen (1997), com seus achados de pesquisa, demonstram que o modelo tradicional de trabalho é ainda presente e desejável para muitos jovens, mesmo com as mudanças sociais da estrutura de emprego na atualidade. Muitos jovens, que vivem uma situação de trabalho estável em função qualificada, consideram o trabalho, ao mesmo tempo, como uma necessidade vital, uma obrigação social e um dever moral que confere *status* social e proporciona satisfação pessoal (p.79); têm o ritmo de vida determinado pelo tempo do trabalho. Portanto o trabalho para esses jovens não tem somente uma “dimensão instrumental”, mas comporta também uma “dimensão expressiva”.

Contudo outros jovens que têm a experiência do desemprego, da instabilidade e de atividades pouco qualificadas, sem perspectivas profissionais, não têm mais as referências ao modelo tradicional do trabalho. Esses jovens dispõem-se a qualquer tipo de emprego e de tarefa. Nesse tipo de vivência há uma desestruturação das referências identitárias, afirmam os autores, e o trabalho reduz-se à sua dimensão instrumental, visto que as questões financeiras e de *status* social sobrepõem-se sobre aquelas relativas ao conteúdo do trabalho e à satisfação que possa proporcionar. A sua ocupação é percebida apenas em termos de tarefas a realizar ou de uma definição institucional ou permanece indefinida (Bajoit e Franssen, 1997, p.81).

Nessa situação de inserção precária no trabalho, há uma degradação das relações de trabalho, as quais são vividas não como de produção, não em sua dimensão criativa, que poderia proporcionar identidade digna e positiva; “a dimensão coletiva e conflitual das relações de trabalho desaparece aqui completamente, substituídas seja por um sentimento de isolamento e de impotência, seja por uma identificação total à empresa” (Bajoit e Franssen, 1997, p.81). Assim, a maioria dos jovens não vive uma experiência de trabalho significativa para a constituição de uma identidade coletiva, embora valorizem as

relações pessoais no trabalho, num sentido mais comunicacional e de convivência.

Essa característica de relação mais individualizada com o trabalho é também apontada por Chiesi e Martinelli (1997), os quais consideram que para os jovens “o trabalho é des-ideologizado”, predominam ideais de realização e autonomia, que por vezes levam a atitudes oportunistas, e a participação em ações coletivas, como as atividades sindicais, reduz-se principalmente entre eles.

Segundo os mesmos autores, para os jovens a importância do trabalho não muda mas a relação com ele é outra.

Enquanto antes ele [o trabalho] era importante em si, pela participação que assegurava ao projeto coletivo da sociedade industrial, agora ele se torna importante para o próprio indivíduo, na medida em que pode contribuir para o seu projeto singular. O valor do trabalho tende a não ser mais sacralizado, mas autoreferido, isto é, a ser submetido às aspirações e à crítica do indivíduo. Não é mais o indivíduo que é referido ao trabalho, o trabalho é referido ao indivíduo. [...] Muitos jovens manifestam assim sua rejeição a uma carreira operária normal tal como a que foi vivida por seus pais (Bajoit e Franssen, 1997, p.83).

Apesar de muitos manifestarem insatisfação com o trabalho e o emprego, a situação de desemprego é temida pelos jovens. “A maioria vive o desemprego sob a forma de culpabilidade ou da vergonha” e sente-se excluído socialmente. A questão financeira torna-se relevante e o trabalho é visto como elemento de participação social e formação identitária, para os jovens em situação de desemprego (Bajoit e Franssen, 1997, p.90). Porém, para alguns jovens com maiores recursos escolares, culturais e financeiros, o desemprego pode ser vivido como um momento de redefinição de projetos pessoais (Bajoit e Franssen, 1997, p.92).

De modo geral, a experiência de trabalho dos jovens é de decepção e desencantamento, em que percebem uma grande distância entre suas aspirações e a realidade concreta do mercado de trabalho.

A maior parte dos jovens das pesquisas citadas acima, de todos os níveis sócio-profissionais, expressa uma recusa a um trabalho que limite o “conjunto da existência”. Aparece, entre os jovens, com frequência o sonho de um trabalho que lhes traga satisfação, auto-realização, mas com projetos imprecisos (Bajoit e Franssen, 1997, p. 86). O grau de satisfação está ligado a fazer algo de que se goste, podendo envolver-se intensamente com o trabalho, ser confrontado com novos desafios, evoluir, ter tarefas excitantes, apaixonantes e não rotineiras (Bajoit e Franssen, 1997, p. 88).

Assiste-se assim a um reinvestimento e a uma relegitimação, às vezes ambígua, das normas tradicionais da ética do esforço, em nome de uma busca do sujeito e de uma vontade de auto-realização. A retribuição do esforço não é postergada, mas imediata pela auto-realização para a qual ela contribui (Bajoit e Franssen, 1997, p. 88).

Chiesi e Martinelli (1997) também referem que a maioria dos jovens busca oportunidade de aprendizagem e crescimento profissional no trabalho, privilegiando aqueles que favoreçam a realização pessoal. Os jovens estão interessados no conteúdo do trabalho, têm forte exigência de autonomia e encaram favoravelmente a flexibilidade das relações de trabalho (p.112).

Silva (2003), também considera que o trabalho ocupa lugar de referência, ainda hoje, na vida das pessoas, sendo por meio dele que os indivíduos se diferenciam e “atribuem significado à sua vida” (p.23). Em sua pesquisa com jovens operários, na região metropolitana de São Paulo, identifica um dilema vivido por eles entre o trabalho exercido e seus sonhos quanto à profissão.

O jovem operário vive uma dicotomia contraditória constituída de imbricações conciliatórias e conflituosas entre o trabalho que executa e o que aspira, sendo seu trabalho, em grande medida, excludente e até inviabilizador da realização de sua aspiração (Silva, 2003, p.22).

A autora considera que os jovens mais pobres, por intermédio da família, criticam sua condição e buscam ascensão econômica. Mas não têm projeto profissional, embora anseiem algo para o seu futuro, contudo sem oportunidade de traçar a sua trajetória.

Na mesma pesquisa, os jovens demonstram que o trabalho faz com que se sintam úteis, dando a sensação de bem-estar e de orgulho. O trabalho é, para eles, fundamental para um equilíbrio em termos de saúde mental e nas relações sociais, normalidade que desaparece na ausência do trabalho.

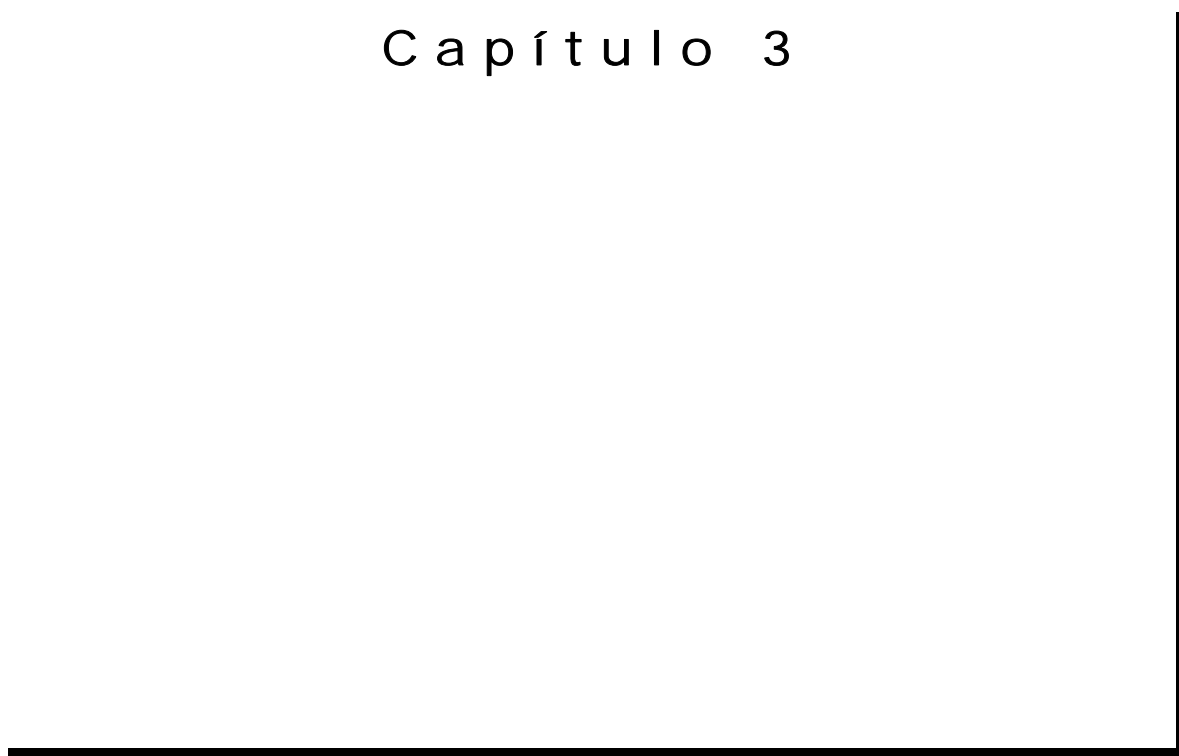
Dentre os jovens pesquisados pela autora, alguns se diziam satisfeitos com o trabalho e esse sentimento estava ligado à necessidade de trabalhar e ao medo do desemprego – satisfeitos por estarem trabalhando, a recentes promoções recebidas no emprego atual, que possibilitaram o desenvolvimento de tarefas menos monótonas, com maior liberdade na execução e possibilidade de novos aprendizados. Entre os que se declararam insatisfeitos com o trabalho, os motivos estavam relacionados ao fato de desempenharem tarefas monótonas e repetitivas. Esses jovens almejam um trabalho mais leve, com maiores exigências intelectuais. Todos consideram a situação atual de trabalho como transitória, desejando alcançar algo melhor.

Outro estudo que busca elucidar a perspectiva do jovem em relação ao trabalho, de Oliveira *et al.* (2005), compara as representações sociais de trabalho em dois grupos de adolescentes, estudantes do período diurno e do período noturno. Os autores concluem que em ambos os grupos os elementos das representações sociais de trabalho foram predominantemente positivos, e expressaram-se em torno das categorias “amadurecimento” e “função moral do trabalho”, o trabalho é visto como dignificante e fator que favorece o crescimento. Como elemento negativo, que também aparece em ambos os grupos, aparece a categoria “muita responsabilidade”.

Estes estudos mostram, em geral, que o discurso do jovem trabalhador está adaptado aos significados do trabalho em nossa sociedade. Contudo, para compreender o sentido do trabalho, é fundamental ler outras dimensões da palavra, o que Vigotski chama de subtexto. Uma forma de encontrar esse subtexto é analisar a saúde do jovem, em seu sentido mais global, conforme adotado nessa tese. A saúde sintetiza o entrelaçamento do contexto e significados que a experiência do jovem singulariza em sentido, a forma como o

jovem é afetado pelo trabalho, do ponto de vista da vontade, dos afetos e das idéias.

Capítulo 3



CAPÍTULO 3

A SAÚDE NO CONTEXTO DA DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO

O conceito de saúde sofreu várias mudanças ao longo da história. Em geral os atuais conceitos de saúde incorporam a complexa dimensão do homem, mencionando explicitamente o físico, o psíquico e o social. Concebem a saúde como sendo um estado de equilíbrio nessas três esferas, refletindo um movimento de recusa ao reducionismo biológico e da cisão cartesiana entre corpo e mente. A Organização Mundial de Saúde define saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social".

Mais do que considerar diferentes esferas, porém, é preciso entender que o ser humano é um todo, que mente e corpo não são apenas esferas que se interrelacionam, que interagem e se influenciam mútua e continuamente, elas são da mesma substância (Sawaia, 1995a, 1999a).

Em diversos autores que estudam as questões de saúde, pode-se encontrar a reflexão na direção de romper com a cisão mente-corpo e incorporar a processualidade, ampliando-se a concepção de saúde.

Para Berlinguer (1988) a doença e a saúde são processos interligados e não estados; existe um "ciclo contínuo saúde-doença, que se desenvolve não somente no interior do organismo, mas entre esse e o ambiente" (p. 34).

Laurell e Noriega (1989) tomam a saúde/doença como processo social e o trabalho como categoria fundamental no estudo desse processo, porque "permite dar conta das formas sociais específicas sob as quais se dá a relação entre o homem e a natureza" (p.103). O "nexo biopsíquico" é a expressão concreta no corpo humano do processo histórico em determinado momento.

Spink (1992) salienta a importância de se "entender a saúde/doença como processo histórico e multideterminado" (p. 21).

Dejours (1986) define saúde como sendo liberdade, autonomia e apropriação de meios para se alcançar estados de bem-estar. Saúde é "ter meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem-estar físico, psíquico e social" (p.11) e esses meios estão na liberdade do desejo e da ação.

A saúde, para Canguilhem (1995), está na possibilidade não apenas de possuir, mas de criar e instaurar normas vitais; de produzir, criar, transformar e interagir com o meio e com os outros seres.

Sawaia amplia ainda mais essa concepção ao introduzir a dimensão ética. Ela considera que saúde/doença configura um processo dialético "em que o subjetivo e o objetivo, o ético e o biológico nem estão cindidos, nem se confundem, mas se dilaceram, acrescentam-se, identificam-se e superam-se ao mesmo tempo" (2003, p. 83). Essa concepção será discutida no item a seguir trazendo-se para esse marco teórico a relação saúde-trabalho e a saúde do jovem.

3.1 - SAÚDE COMO FENÔMENO ÉTICO-POLÍTICO

Um filósofo que combateu a cisão mente-corpo foi Espinosa, o qual defendia que “a alma e o corpo são um só e mesmo indivíduo, concebido ora sob o atributo do pensamento, ora sob o da extensão” (1675/1983, *Ética-II*, escólio da proposição XXI, p. 152). Para ele, “as idéias da alma são as afecções do corpo” (proposição XIII, p. 143).

Essa ontologia complexifica a concepção de saúde e doença, introduzindo outras dimensões, da ética, da história e da processualidade.

No presente texto, considera-se a saúde como potência de ação, promovendo uma ampliação de sua concepção para além da definição da Organização Mundial da Saúde, incorporando a dimensão ética e afetiva como seus indicadores.

Potência de ação é a capacidade de ser afetado e afetar o outro num processo de possibilidades infinitas de composição da vida. [...] É a unidade do corpo e da mente configurando uma força que vem da alegria de saber-se causa dos próprios afetos e senhor das próprias percepções e ações (Sawaia, 2004, p.17).

A saúde como potência de ação pode ser compreendida como a capacidade de pensar, sentir e agir, com consciência de si (dos desejos e sentimentos, dos motivos) e consciência do mundo (de sua inserção no humano e do contexto em que se dá essa inserção); uma possibilidade de reflexão da vida e tendo as ações necessárias no mundo, que inclui a si mesmo.

Diferentemente de interpretações baseadas na lógica individualista dominante na sociedade atual, em que o pensar e sentir são tomados como suficientes para uma transformação do indivíduo, levando a um estado de harmonia, e também colocando a saúde sob a responsabilidade única do indivíduo²⁰. Essas interpretações desconsideram os encontros com o outro como condição para a composição/decomposição. Pensar e sentir sem a ação é

²⁰ Como ocorre com algumas compreensões da chamada “qualidade de vida” e “promoção de saúde”.

alienação. Pensamento e sentimento sem ação podem estar na gênese das depressões reais, ou da tristeza sentida como depressão, na sociedade da alegria. Estão na gênese também da adaptação submissa.

O sentido ético da saúde não se confunde com o sentido moral da saúde como normalizadora, que orientou campanhas de regeneração física, intelectual e moral, justificando a intervenção sobre corpos e mentes (Foucault, 1996).

Saúde é uma questão eminentemente sócio-histórica e portanto ética, porque é um processo da ordem da convivência humana. Isso significa que é necessário por no centro das reflexões sobre saúde a idéia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, diversão e sociedade) e, em consequência, falar de saúde é falar de exclusão, temporalidade e afetividade ao mesmo tempo. (Sawaia, 1999c, p. 53).

Sawaia (1995a) propõe analisar saúde como potência de ação e força de vida, o que a insere na ordem da ética. Saúde é entendida, então, como liberdade, possibilidade de ter esperança²¹ e transformá-la em ação, mobilização, emancipação, projeto de vida, e não como ausência de doença. A doença é entendida como sofrimento que revela a injustiça social e a desigualdade na sociedade.

A saúde é indicador da qualidade de inserção social, o que significa que o processo saúde/doença é expressão concreta no corpo humano do processo de exclusão/inclusão no qual o indivíduo está inserido.

Uma das bases da concepção de saúde como potência de ação está na filosofia de Espinosa, para quem “o corpo humano pode ser afetado de numerosas maneiras pelas quais a sua potência de agir é aumentada ou diminuída; e, ainda, por outras que não aumentam nem diminuem a sua potência de agir” (1675/1983, Ética-III, postulado I, p. 176). Esse filósofo contribui também para a compreensão da saúde ética, pois para ele a ética “está enraizada na potência do ser e comandada pelo seu desejo de ser feliz.

²¹ Esperança aqui é empregada como uma expectativa de emoções alegres, que motiva a ação para uma transformação. Mas ela tem outra face, da esperança como espera passiva por algo, que aguarda do outro a ação para a mudança.

Ter saúde é estar apto a afetar e ser afetado por outros corpos em bons ou maus momentos” (Sawaia, 2003, p. 92).

Outra base teórica para essa concepção está na psicologia de Vigotski, em sua compreensão da constituição social do sujeito.

Em seus encontros com o outro, o sujeito é afetado pelos significados e elabora, a partir deles, os sentidos, num processo que não é apenas cognitivo, mas também afetivo e volitivo. Esses sentidos podem trazer emoções alegres, ativas; serem potencializadores para a ação – livre, criativa, emancipadora, ou seja, podem representar saúde; ou podem caracterizar-se como “potência de padecer”, que está “associada às emoções tristes, às idéias inadequadas e à passividade frente ao desejo do outro” (Sawaia, 2004, p.17).

Sentido, para Vigotski (1934/1998 e 2001), refere-se à forma como o sujeito é afetado pelos significados, os quais são constituídos socialmente, revelando um conjunto de valores morais, idéias consensuais, desenvolvidos historicamente.

A liberdade da ação, para Vigotski, está relacionada com a capacidade de sinalização, como já dito, pois estando liberto da dependência da situação concreta e do meio exterior que a condiciona, abre-se ao homem a possibilidade de criar e mudar as situações, deixando de ser orientado diretamente pelos estímulos externos e internos. Significa, portanto, uma condição essencial para a forma de apreensão do mundo externo e a elaboração da experiência, estabelecendo-se relações e combinações entre os elementos. Essa capacidade desenvolve-se no período a que chamamos de adolescência e é fundamental ao desenvolvimento da potência de ação, da possibilidade de agir sobre a realidade para transformá-la, portanto seu bloqueio afeta o processo saúde/doença.

A saúde não se refere ao corpo, ao aspecto biológico do ser humano, pois não existe um corpo isolado, separado; saúde é a capacidade do corpo/alma em perseverar na própria existência, portanto refere-se ao ser em

sua totalidade, o que inclui aspectos afetivos, volitivos, cognitivos, sociais e culturais. Saúde é física, mental e ético-política.

São as emoções que dão sentido e significado à relação saúde-doença, o que exige de nós compreendê-la como resultante da história social e das relações sociais entre homens e mulheres, pois não existe emoção sem matéria, corpo sem emoção, emoção sem significado e significado sem relação (Barreto, 2003, p. 91).

Pode-se dizer que "o adoecer é a diminuição da potência de agir" (Sawaia, 1995b, p. 162). A recuperação da potência de ação é possível com a retomada de lugar de sujeito dos indivíduos, com liberdade de ser, criar, desejar, pensar, sonhar e agir.

A concepção de saúde, portanto, deve considerar a necessidade de expansão como crucial na questão da conservação, como nos coloca Espinosa. Não se trata de conservação biológica, da matéria; trata-se de viver com liberdade, a qual propicia a expansão. A liberdade está em agir por uma força de minha natureza, por necessidade, é poder perseverar na existência, é viver pela ação e não pela passividade. Ser livre equivale à felicidade.

A saúde como potência de ação e força de vida tem o sentido, portanto, de ter ações para colocar a vida em movimento, transformando-a para a não cristalização do ser, para a sua expansão. É, portanto, atuar como causa e não como efeito. Mas isso não é capacidade que emana do indivíduo, é capacidade processual decorrente dos encontros, isso é, é processo sócio-histórico que coloca o indivíduo inserido no mundo de relações que é a vida humana – relações com outros corpos: pessoas, natureza, sociedade.

Saúde, portanto, não é estado de equilíbrio, que leva à acomodação da adaptação, à sujeição dos acontecimentos que gerem tristezas. Saúde é viver a tensão da inadaptação e transformá-la em ação para mudar, para resolver problemas, para o movimento da vida. São emoções alegres de quem se concebe dono da própria vida e com a consciência de que essa não ocorre com o indivíduo isolado em redomas de vidro; a vida pressupõe encontros e é arriscada, como dizia Guimarães Rosa, e é preciso correr os riscos para viver.

O Sistema Único de Saúde (SUS), fruto da luta pelo movimento da “reforma sanitária”²², como política pública nacional incorpora a dimensão ético-política. Considerando os objetivos, princípios e diretrizes do SUS, expressos na legislação²³, verifica-se que há uma concepção ampliada de saúde como pressuposto do Sistema. Uma concepção que rompe com a cisão mente/corpo e indivíduo/coletividade; que considera o ser em sua integralidade, inserido em um contexto sócio-econômico-social; e, por isso, rompe com a visão de que as ações de saúde se restringem ao cuidado com a doença. Há ainda, uma postura política na proposta do “tudo para todos” (Carvalho, mimeo, s.d.), que busca transformar o modelo de saúde.

A saúde como direito de todos e dever do Estado, com acesso universal e igualitário, significou uma mudança radical no modelo de saúde, pois havia antes a garantia para apenas parte da população, aquela inserida no mercado formal de trabalho, que contribuía para a Previdência Social, além de priorizar a atenção especializada e as “tecnologias duras”²⁴.

A integralidade da atenção é também uma revolução no modelo de saúde, e tem duplo sentido: a visão do ser humano único e integral – nem cindido em corpo/mente ou em sistemas e aparelhos, nem visto como a doença; a visão de que fazer saúde envolve promoção, proteção e recuperação. Para se alcançar tal objetivo é imprescindível a “humanização”, no sentido de retomar a relação como essencial no cuidado à saúde, priorizar as “tecnologias leves”²⁵, no sentido de ser essa a base da atenção, conforme defendido por alguns pesquisadores da Saúde Pública (Campos, Merhy, entre outros) e estimulado pelo Ministério da Saúde nos últimos anos. Essa humanização refere-se,

²² Movimento que inclui profissionais de saúde e movimentos sociais pela saúde.

²³ Constituição Federal, Lei Federal 8080/1990 (Lei Orgânica de Saúde) e Lei Federal 8142/1990.

²⁴ Segundo **Merhy** (2002), o processo de trabalho em saúde envolve três “tecnologias”: “**duras**”, as ferramentas-máquinas: como raio-x, instrumentos para fazer exames de laboratórios, instrumentos para examinar o paciente, fichários para anotar dados do usuário etc.; “**leve-duras**”, os conhecimentos sobre a forma de saberes profissionais, bem estruturados: como a clínica do médico, a clínica do dentista, o saber da enfermagem, do psicólogo etc.; “**leves**”, o processo de relações: em qualquer abordagem assistencial de um trabalhador de saúde junto a um usuário há um encontro entre duas pessoas, que atuam uma sobre a outra, e no qual opera um jogo de expectativas e produções, criando-se intersubjetivamente alguns momentos como de falas, escutas e interpretações.

²⁵ Vide nota anterior.

portanto, aos encontros que afetam pessoas e produzem maior autonomia aos sujeitos/usuários, que passam a ser parte atuante do cuidado, ao invés de receber passivamente prescrições de um ser todo poderoso (o profissional de saúde).

Outro aspecto que favorece a autonomia, a libertação dos sujeitos, é a participação da comunidade no planejamento e gestão do Sistema, o que se tem denominado de “controle social no SUS”, uma das diretrizes do Sistema.

A Lei Orgânica de Saúde, acrescenta às diretrizes colocadas na Constituição, treze princípios²⁶ a serem obedecidos, que reforçam e especificam as diretrizes. Esses trazem também como importante, a questão da integração da rede de saúde, visando a não fragmentação das ações de saúde, integrando a promoção, proteção, prevenção e assistência e, ainda, a integração com ações de meio ambiente e saneamento básico. Mais uma vez, reafirma-se a visão global de saúde e sua dimensão ética.

O SUS, do ponto de vista de sua concepção, mostra-se como uma política pública com possibilidades de contribuir para potências de ação, uma política de inclusão. Mas a sua prática nem sempre cumpre com suas potencialidades, principalmente porque a sua implantação não segue um percurso homogêneo e sem obstáculos, por constituir-se numa política que está na contramão do modelo hegemônico, o qual propõe o Estado mínimo e individualiza responsabilidades sobre a saúde de forma a desinserir os indivíduos do contexto sócio-econômico-ambiental.

²⁶ I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis da assistência; II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; III – preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; IV – igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; V – direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde; VI – divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário; VII – utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática; VIII – participação da comunidade; IX – descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo: ênfase na descentralização dos serviços para os municípios; regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde; X – integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico; XI – conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população; XII – capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e XIII – organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos. (Lei Federal 8080/1999)

Mas a saúde das pessoas não depende somente do sistema de saúde, o qual não consegue intervir em muitos dos seus diversos determinantes, e o trabalho é um dos principais determinantes do processo saúde/doença.

No contexto capitalista da exclusão/inclusão, o trabalho é redenção e maldição, podendo ser considerado, então, como encontro que poderá compor (aumentar a potência) expandindo o *conatus* ou decompô-lo (diminuir a potência) (cf. Espinosa). O que expande o meu *conatus* é o que compõe com a minha natureza; o trabalho, portanto, só compõe quando possibilita a liberdade, pois, nessa condição, ele terá a mesma finalidade do ser.

Nos encontros, nas experiências com o outro, o indivíduo aprende os significados, construídos socialmente, sobre trabalho, que ele é valor maior, define a identidade, dignifica, enfim, o seu significado de redenção e que, portanto, compõe com a sua potência. Mas sua experiência pessoal e a de seus pais o afetam diferentemente, de forma a constituir outros sentidos, à medida que deprime ou aumenta a potência de ação. Não há uma determinação mecânica e homogênea da sociedade e seu modo de produção sobre os sujeitos e nem a mediação do significado consegue homogeneizar as experiências, daí a importância do conceito de sentido, de Vigotski, no presente estudo, para se conhecer a vivência dos processos de trabalho e sua determinação no processo saúde/doença.

A saúde é, portanto, afetada pela dialética exclusão/inclusão, no trabalho essa afecção pode caracterizar-se como sofrimento “ético-político”, o qual é vivido nas subjetividades e revela um sofrimento social.

O sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, [...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às

possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 1999a, p. 104).²⁷

O trabalho afetando a saúde - em sua concepção clássica - é demonstrado pela literatura, na qual pode-se destacar os estudos em relação aos jovens, como se demonstra a seguir.

²⁷ Primeiramente proposto como "sofrimento psicossocial" (Sawaia, 1995); em 1999 a autora o denomina de "sofrimento ético-político", como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.

3.2 – A SAÚDE DO JOVEM TRABALHADOR: O QUE DIZ A LITERATURA

A saúde de trabalhadores jovens é abordada em diversos estudos tanto com relação ao comprometimento do crescimento e desenvolvimento, quanto a riscos ocupacionais específicos.

Minayo-Gomez e Meirelles (1997) apontam que crianças e adolescentes são submetidos, muitas vezes, a condições abusivas de exploração e de perigo, realizando tarefas pesadas, exposição a riscos químicos, físicos e de acidentes e à violência quando realizam trabalho nas ruas. Contudo, destacam os autores, no trabalho infantil, não se pode considerar apenas os fatores de risco externos e imediatos, mas sim as ameaças ao crescimento e ao desenvolvimento físico e psicossocial. Para esses autores, uma das conseqüências mais sérias do trabalho infantil é impedir o desenvolvimento intelectual da criança. Para o adolescente, a questão principal é que a situação de trabalho constitui-se em fonte de estresse, porque se contrapõe às necessidades de espaço, tempo e liberdade.

A criança e o adolescente dispõem de menores recursos para enfrentar intimidações e abusos e para compensar danos ou injustiças, portanto, a situação de trabalho torna-se mais penosa para os jovens. Além disso, a inserção precoce no trabalho constitui-se como um “ritual de violência à saúde”, que pode gerar seqüelas graves para a vida adulta (Minayo-Gomez e Meirelles, 1997).

Esses autores, bem como Franklin *et al.* (2001) relacionam uma série de agravos à saúde relacionados às atividades mais freqüentemente realizadas por crianças e adolescentes no trabalho. Nota-se que os riscos são os mesmos a que se expõe o trabalhador adulto, contudo, a que se considerar que as crianças e os adolescentes são mais vulneráveis às doenças e acidentes devido a diversos fatores como: “imaturidade e inexperiência; distração e curiosidade próprios da idade; menor resistência física; menor coordenação motora; desconhecimento dos riscos do trabalho; execução de tarefas inadequadas à

sua capacidade; locais, instrumentos e equipamentos de trabalho desenhados para adultos” (BRASIL- MTE, 2000). Os adolescentes e crianças têm maior risco que os adultos em relação a doenças ocupacionais, podendo desenvolvê-las mais precocemente e com maior gravidade (OIT, 1987).

Particularmente quanto ao risco de acidentes, os jovens estão mais expostos, sendo comum a ocorrência após poucos dias de início no trabalho e a vivência de mais de um acidente pelo mesmo trabalhador (SILVEIRA, 2003 entre outros). Esse fato está relacionado principalmente à falta de treinamento adequado e de capacidade de manejo de instrumentos perigosos (como ferramentas cortantes), além dos fatores já citados acima. Nas ocorrências de acidentes de trabalho analisados pelo Cerest Amparo - que investiga todos os ocorridos em menores de 18 anos, os graves e os fatais - 100% dos casos ocorridos com menores de 18 anos em 2005 e 2006 eram de acidentes graves; dos acidentes investigados em 2006, 50% ocorreram com menores de 24 anos.

Em sua pesquisa, Silveira (2003) estudou 56 casos de crianças e adolescentes que sofreram acidente de trabalho, dentre os atendidos num serviço de saúde de Ribeirão Preto no período de um ano. Os casos de acidentes correspondem a 3,5% do total de crianças e adolescentes atendidos no período. Referem-se a pessoas com idade entre 11 e 17 anos, estando a maioria com 17 e 16 anos, sendo que 60% dos casos tratavam-se de acidente típico, 25% de acidente de trajeto e 10,7% de doença profissional.

Asmus *et al.* (2005) apresentam em seu interessante artigo a experiência de um ambulatório de saúde especializado em adolescentes²⁸, mostrando o perfil de trabalhadores adolescentes. As autoras destacam que muitas seqüelas de doenças relacionadas ao trabalho aparecem somente na fase adulta da pessoa, o que leva a uma dificuldade quanto a dados epidemiológicos de adoecimento de jovens no trabalho.

²⁸ Programa de Saúde do Trabalhador Adolescente, do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente; Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Da clientela atendida naquele serviço, a maioria dos adolescentes trabalhavam no setor de serviços ou indústrias, geralmente exercendo atividades administrativas auxiliares. Em média, iniciaram suas atividades laborativas por volta dos 14 anos. As principais patologias relacionadas ao trabalho que acometeram a população estudada são: doenças osteomusculares (lombalgia e síndrome tensional do pescoço, principalmente); infecções respiratórias de trato superior; atopias (rinite, dermatite de contato); vícios ou desvios de refração (miopia, astigmatismo); e hipertensão arterial. Os fatores que parecem precipitar o desenvolvimento das patologias detectadas são a carga de trabalho além do suportável pelo organismo, que levam à fadiga ocupacional, muscular, visual, associada a um aporte nutricional insuficiente (p.957).

As referidas autoras acrescentam, ainda, outros efeitos do trabalho precoce, que puderam apreender de sua experiência, mostrando como o sofrimento dos jovens não se limita às doenças:

Pode-se acompanhar histórias de vida de jovens que, desde muito cedo, perdem a capacidade de sonhar. Jovens que ficam reduzidos ao cansaço do dia de trabalho, que não acreditam em suas capacidades intelectuais ou que, por falta de estímulo, já não as usam com tanta frequência. O que eles aprendem muito rápido é a lição de que para ganhar dinheiro e sustento é necessária a sujeição às leis do mercado de trabalho, aos patrões, e a tudo que é controlado pelo capital, ou seja, para quem eles vendem sua força de trabalho (p. 957).

Os estudos também destacam o cansaço e a desmotivação como conseqüências importantes aos jovens que trabalham, sobretudo em função de muitas vezes conciliarem escola e emprego.

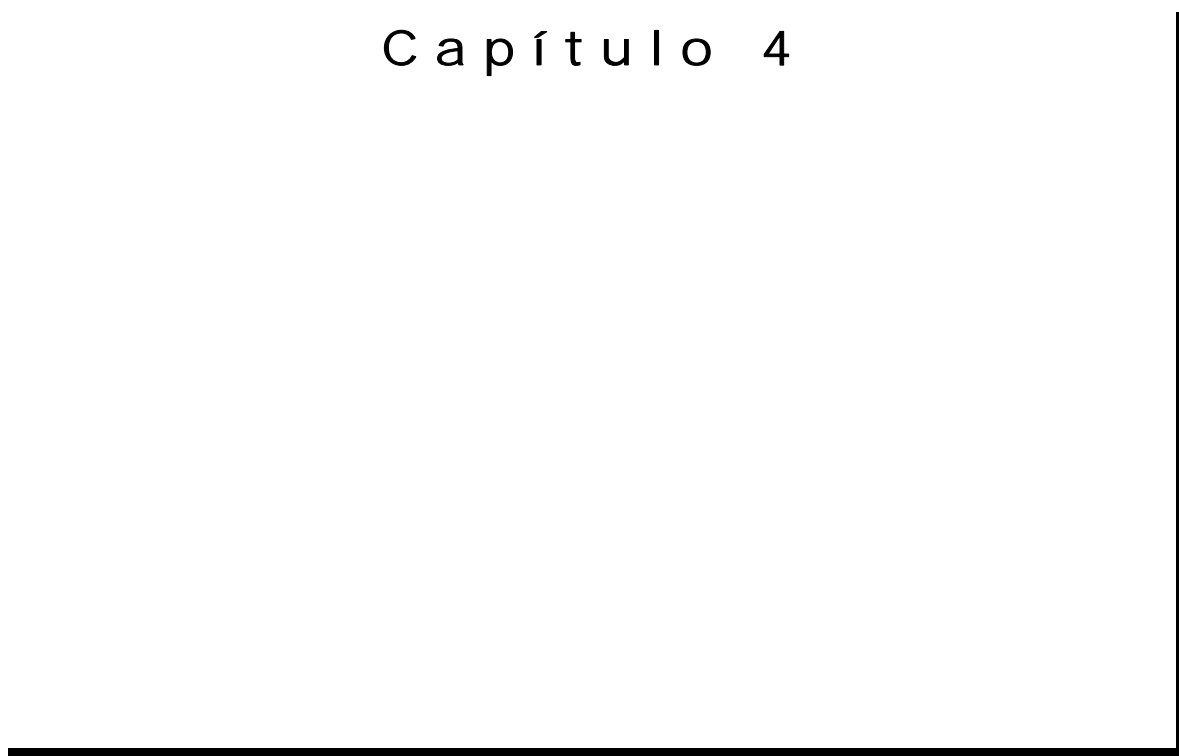
O comprometimento do desenvolvimento e formação dos jovens é outra conseqüência apontada, advindos principalmente da penosidade do trabalho aliada às condições perigosas e insalubres.

Oliveira *et al.* (2000), Fischer e colaboradores (2003) e Martins e colaboradores (2002) (*apud*, Oliveira *et al.*, 2005) apresentam alguns elementos

que indicam prejuízos ao desenvolvimento, como os débitos acumulados de sono, que levam a momentos de desatenção, queda de desempenho e alterações do estado de humor. Os pesquisadores (Oliveira, 2000 e Oliveira *et al.*, 2001, *apud* Oliveira *et al.*, 2005) destacam os riscos psicossociais do trabalho para o adolescente em relação ao comprometimento da temporalidade do desenvolvimento visto que o jovem deixa de vivenciar experiências que seriam fundamentais para o seu desenvolvimento. Pode-se acrescentar a essa observação dos autores que, mais do que retirar a possibilidade de outras experiências, o trabalho pode constituir-se como experiência que prejudica o desenvolvimento do jovem, impondo barreiras aos estímulos necessários ao mesmo.

A literatura mostra que os jovens no trabalho podem estar numa situação de inclusão perversa, porque a saúde, em termos clássicos, está comprometida. Nessa tese, buscamos compreender esse comprometimento em termos mais complexos, na concepção de saúde como potência de ação.

Capítulo 4



CAPÍTULO 4

O MÉTODO DA PESQUISA

O método de investigação deve ser adequado ao objeto estudado, pois estão interligados, como aponta Vigotski. A investigação de um novo problema exige a busca de um novo método, convertendo-se numa das tarefas mais importantes da investigação. “O método, nestes casos, é ao mesmo tempo premissa e produto, instrumento e resultado da investigação” (Vigotski, 1931/1987, p. 51).

Vigotski considera que o comportamento humano está inserido no desenvolvimento histórico da humanidade.

O estudo histórico significa a utilização da categoria de desenvolvimento na investigação dos fenômenos. Estudar algo historicamente quer dizer estudá-lo em movimento. Essa é a exigência fundamental do método dialético. Abarcar na investigação o processo de desenvolvimento de alguma coisa em todas suas fases e mudanças é o que significa descobrir sua natureza, sua essência, já que “só em movimento o corpo mostra o que é” (Vigotski, 1931/1987, p. 74).

A base do método de Vigotski é a abordagem materialista dialética, sobretudo a consideração de que a natureza influencia o homem, mas esse age

sobre a natureza e cria novas condições para sua existência. O homem, portanto, não é um ser passivo em sua relação com a natureza e aí está a diferença fundamental em relação aos outros animais.

[...] a análise científica, quer dizer, a habilidade de desentranhar, detrás do aspecto externo do processo, sua essência interna, sua natureza, sua origem. Toda a dificuldade da análise científica está no fato de que a essência das coisas, a relação certa e real delas e a forma de suas manifestações exteriores não coincidem diretamente, e por isso é necessário analisar os processos, é imprescindível, com a ajuda da análise, colocar a descoberto o que há debaixo da forma externa de suas manifestações: a relação verdadeira que existe na base destes processos (Vigotski, 1931/1987, p. 113).

Para conhecer aspectos psicossociais da vida de sujeitos concretos, a linguagem aparece como mediadora privilegiada, pois por meio dela pode-se estudar como os sujeitos da pesquisa vivem no cotidiano suas necessidades, emoções (alegrias e tristezas), desejos e motivos, sua capacidade de criação e sentido de liberdade, mediados pelas condições de vida e de trabalho. Ela é a expressão prática do pensamento, portanto da particularidade dos sujeitos (dos sentidos), ao mesmo tempo em que contém os signos sociais, sendo expressão do conhecimento histórico acumulado na sociedade.

A palavra desempenha o papel central na consciência. [...] Ela é a expressão mais direta da natureza histórica da consciência humana. [...] A palavra consciente é um microcosmo da consciência humana (Vigotski, 1934/2001, p.486).

Portanto, a palavra é a unidade privilegiada na análise do sentido, é a parte que revela a totalidade da subjetividade, sendo a partícula que melhor contém as propriedades do todo.

O significado de cada palavra é uma “generalização ou um conceito”, que são atos do pensamento, portanto o significado é um fenômeno do pensamento, mas apenas “na medida em que o pensamento está relacionado à palavra e nela materializado, e vice-versa: é um fenômeno de discurso apenas na medida

em que o discurso está vinculado ao pensamento e focalizado por sua luz” (Vigotski, 1934/2001, p. 398).

Os significados são constituídos socialmente, revelando um conjunto de valores morais, idéias consensuais, desenvolvidos historicamente; são formações dinâmicas. Se os significados das palavras se alteram, então a relação entre o pensamento e a palavra também se modifica, caracterizando-se, portanto, como um processo. O pensamento não só é expresso por palavras, mas passa a existir por meio delas; contudo não apenas pelas palavras em si, pois as expressões faciais, gestos, entonação complementam a significação das palavras.

Segundo Vigotski a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras é o enriquecimento que recebem do sentido, a partir do contexto. Citando Paulhan, Vigotski diz que “o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência” (1934/2001, p. 465). O sentido é um fenômeno complexo e dinâmico, tem caráter variável, pois depende do contexto, enquanto o significado é mais estável e uniforme.

Sentido, para Vigotski (1934/2001) é da ordem da singularidade, tratando-se da forma como o sujeito é afetado pelos significados. Os sentidos são transmitidos através das palavras e revelam a base afetivo-volitiva do indivíduo que constitui o subtexto de nossas falas (nossos interesses, necessidades, desejos e emoções).

É na análise que poderemos compreender a tendência afetivo-volitiva do pensamento, o subtexto da fala, a parte que ficou oculta, uma vez que a fala nunca expressa o pensamento em sua totalidade.

A investigação psicológica busca um processo vivo, desta forma, o pensamento e a linguagem são fundamentais para compreensão dos processos psicossociais, bem como o contexto, no qual se desenvolvem os sentidos. “O pensamento e a linguagem, que refletem a realidade de uma forma diferente

daquela da percepção, são a chave para a compreensão da natureza da consciência humana.” (1934/1998, p. 190).

Seguindo as orientações de Vigotski, na presente pesquisa realizou-se um estudo de caso²⁹ com trabalhadores jovens, entre 17 e 24 anos, de uma cidade do interior do estado de São Paulo, trabalhadores de empresas de confecção instaladas no município. O setor de confecção foi escolhido por três motivos principais: constitui-se em importante atividade econômica na cidade; contrata pessoas jovens, mesmo sem experiência profissional anterior; há um grande número de funcionários dessas empresas acometidos de doenças relacionadas ao trabalho. A cidade escolhida tem porte populacional médio (66.000 habitantes) e um diversificado perfil sócio-econômico; foi escolhida pela facilidade de acesso aos sujeitos e a informações na Secretaria Municipal de Saúde e pelo relato de profissionais de saúde do SUS quanto ao adoecimento de jovens no trabalho.

A vantagem do estudo de caso, nesta pesquisa, está na possibilidade de circunscrever um campo de pesquisa, o que permitirá abordá-lo na sua multidimensionalidade, englobando os diversos sujeitos envolvidos na questão – trabalhadores, empregador, profissionais de saúde – e também os aspectos objetivos e subjetivos do processo saúde/doença e do trabalho de jovens. Enfim, o estudo de caso permite compreender como os sujeitos vivem, pensam e sentem sua vida atual e futura, o papel do trabalho e da saúde em suas vidas.

²⁹ O estudo de caso representa uma estratégia de pesquisa adequada à investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real (Yin, 2005). O projeto de pesquisa nessa estratégia combina a escolha do caso (único ou múltiplo), coleta dos dados do mesmo e as unidades de análise.

4.1 – PROCEDIMENTOS

Fazer as escolhas e definições dos procedimentos metodológicos constitui-se num percurso que se faz ao caminhar, por mais que se tenha um plano de trabalho, ele conforma um direcionamento, mas não o mapa exato do caminho, uma vez que no percurso da pesquisa encontram-se obstáculos não previstos, ou mesmo clarezas que se vão formando.

Uma das principais questões dessa pesquisa, que orientou todas as escolhas de procedimentos metodológicos, é que o interesse está no jovem de famílias de baixa renda, com menores oportunidades de estudo e de trabalho qualificado.

Neste sentido, uma questão que desde o início parecia clara, mas que foi tornando-se mais clara no caminho, foi a necessidade de delinear o contexto do trabalho, em âmbito micro e macro, buscando formas de coletar informações adicionais, além daquelas que seriam trazidas pelos sujeitos entrevistados, os jovens trabalhadores. Essa questão orientou a escolha dos próprios sujeitos, ou seja, a delimitação do estudo.

Optou-se, a princípio, por delimitar os sujeitos entre trabalhadores jovens, com e sem problemas de saúde relacionados ao trabalho, de duas empresas da cidade de Amparo, uma confecção e a outra um abatedouro de aves, por serem ramos de atividade com características taylorista-fordista de produção e oferecerem postos de trabalho que não exigem qualificação.

Havia uma suposta facilidade inicial de contato com aqueles jovens com problemas de saúde relacionados ao trabalho através do serviço municipal de saúde do trabalhador. E, acreditava-se que a partir destes, na lógica do método de rede, chegar-se-ia a outros trabalhadores jovens. Ocorreu, porém, que não houve tanta facilidade de acesso aos jovens, mesmo aqueles com algum vínculo com o serviço de saúde, e dos entrevistados não se conseguiu nenhuma indicação de outros jovens para entrevista. Diante dessa dificuldade,

considerou-se dois aspectos para a redefinição da delimitação dos sujeitos: seria ou não essencial entrevistar jovens sem queixas relativas à saúde; e, como garantir o delineamento do contexto.

O primeiro aspecto foi avaliado à luz dos objetivos da pesquisa e do material já coletado em entrevistas com trabalhadores portadores de doença do trabalho. Considerou-se, então, que entrevistar jovens sem queixas relacionadas à saúde não era essencial à pesquisa, visto que o foco de análise não está na saúde em seu conceito clássico. A questão do contexto de trabalho continuou orientando a decisão, isto é, ajudou na redefinição.

Dessa forma, optou-se por dar continuidade à coleta de dados, mantendo-se o foco no ramo de atividade de confecção e tirando-o de empresas, entrevistando os trabalhadores a que se conseguisse acesso, sem a preocupação de haver ou não queixas relacionadas à sua saúde.

A escolha do setor de atividade e não de empresas está respaldado no fato de que a cidade campo de pesquisa possui muitas indústrias de confecção e no serviço de saúde do trabalhador existiam usuários³⁰ de diversas indústrias de confecção, dentro da faixa etária delimitada na pesquisa.

Houve uma dúvida na redefinição, em função de que as confecções contratam principalmente mulheres para as atividades de produção, o que importaria um recorte de gênero que não é objeto dessa pesquisa. Em relação a esse aspecto, o recorte de gênero não será acatado na pesquisa, visto que a escolha de ramo de atividade foi um recurso utilizado para delimitação da pesquisa.

Enfim, o procedimento utilizado configura duas fases complementares: 1) descrição do contexto de trabalho e de saúde dos jovens; 2) análise de como o

³⁰ O termo usuário [do Sistema de Saúde] tem sido utilizado no âmbito do SUS, porque atende melhor a uma concepção de sujeitos autônomos e com direitos de cidadãos, em substituição à palavra “paciente”, a qual denota posição de passividade diante das ações dos profissionais de saúde, ou à palavra “cliente”, a qual denota uma relação comercial.

contexto é vivido - o trabalho, a saúde, a inserção social - por meio da análise dos sentidos.

1) Para compor o contexto do trabalho e o perfil clássico de saúde foram seguidos os seguintes procedimentos:

1.1) análise de documentos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde (Laudos Técnicos de Vistoria em empresas; Relatório de Gestão da Saúde 2005); análise das falas dos sujeitos entrevistados referente às condições de trabalho de empresas de confecção, buscando conhecer principalmente os fatores da organização do trabalho, das relações interpessoais e dos riscos ocupacionais; pesquisa bibliográfica sobre o setor de confecções;

1.2) levantamento do significado social das empresas de confecção na cidade, por meio de entrevistas: com o prefeito municipal; com um empresário do setor de confecção; com profissionais de saúde do SUS municipal;

1.3) coleta de informações de saúde: no Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest Amparo)³¹ referentes à morbidade ambulatorial de jovens trabalhadores da cidade; em entrevistas com duas médicas de Saúde da Família da rede de atenção básica do SUS, de serviços onde a população jovem da área de abrangência é significativa; em conversas com profissionais de saúde da equipe do Cerest Amparo.

2) Para a análise de como o contexto é vivido, a categoria central adotada é de sentido, conforme indicada na primeira parte desse capítulo. Portanto a preocupação metodológica está em descobrir o melhor caminho para captá-lo enquanto fenômeno psicossocial, da ordem da experiência e da subjetividade.

O procedimento utilizado foi a entrevista individual aberta, iniciando-se com o pedido da entrevistadora para que a jovem contasse sobre o seu

³¹ O Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest), da Secretaria Municipal de Saúde de Amparo, é um serviço especializado que realiza: 1) atividades ambulatoriais atendendo pessoas com doenças relacionadas ao trabalho; 2) atividades de vigilância em ambientes de trabalho, tendo o poder de autoridade sanitária para vistoria nas empresas; 3) atividades de educação em saúde. É um serviço integrado à Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde, sendo referência técnica para uma região de 16 municípios.

trabalho; no decorrer da entrevista a pesquisadora estimulou o discurso sobre valores, crenças, desejos, necessidades e afetos.

As entrevistas, realizadas no período de outubro a dezembro de 2006, foram gravadas e posteriormente transcritas e ocorreram no local escolhido pela entrevistada, sendo uma na residência da mesma e as outras no Cerest.

Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento de Participação em Pesquisa³². A principal questão ética dessa pesquisa está em preservar a identidade das entrevistadas, o que está garantido pela guarda dos Termos pela pesquisadora e a utilização de nomes fictícios, para as entrevistadas – escolhidos pelas mesmas - e para as empresas – escolhidos aleatoriamente pela pesquisadora -, no corpo da tese.

Os sujeitos da pesquisa são jovens mulheres, com idade entre 17 e 24 anos, funcionárias e ex-funcionárias de confecções³³ instaladas na cidade de Amparo. Todas as entrevistadas passaram por algum episódio de doença do trabalho, sendo que três delas se encontravam em tratamento de saúde à época da entrevista.

Para encontrar os sujeitos foi feito contato telefônico ou por carta com pessoas atendidas no Cerest dentro do perfil desejado para a pesquisa, a partir de um levantamento realizado em prontuários³⁴ de pessoas atendidas entre agosto de 2005 e agosto de 2006. Também foi solicitado às entrevistadas que indicassem à pesquisadora outras jovens trabalhadoras em confecção, sendo entregue a elas uma carta de apresentação da pesquisadora para esse fim. Em resposta à carta enviada pelo correio e pela apresentação de entrevistadas não houve nenhum retorno que viabilizasse a realização de entrevistas.

³² Modelo do Termo encontra-se como anexo da tese.

³³ As entrevistadas são ou foram funcionárias de três confecções instaladas na cidade de Amparo.

³⁴ O acesso aos prontuários no Cerest e outros documentos da Secretaria Municipal de Saúde de Amparo foi autorizado pela secretária de saúde. Os funcionários do Cerest não têm conhecimento de quais as pessoas que foram entrevistadas para a pesquisa.

Para desvelar o subtexto, a análise dos dados foi orientada pela busca das unidades temáticas emergentes, relacionadas a trabalho, cotidiano, futuro, sofrimentos e alegrias, "que o esgotem em todos os significados possíveis, tanto em relação ao que foi dito como ao 'não-dito'" (Lane, 1992, p.45-46), com destaque às expressões que representem a base afetivo-volitiva: afetos e motivos.

Por motivo entende-se o conjunto de necessidades, desejos, projeto de futuro, que orientam o pensamento e a ação. Por afeto, conforme Espinosa, entende-se a modificação de um estado a outro, que ocorre com a pessoa em decorrência de ter sido afetada em seus encontros com outros corpos, podendo aumentar ou diminuir a potência de ação; o corpo é afetado pelas imagens das coisas, e o afeto é o sentimento do sujeito em relação à afecção.

Por trás do pensamento encontra-se uma tendência afetiva e volitiva. (...) São os afetos que obrigam nossos pensamentos a moverem-se em direção à liberdade ou à submissão, e está na base de nossas escolhas e nossa capacidade de criação. (Sawaia, 2004)

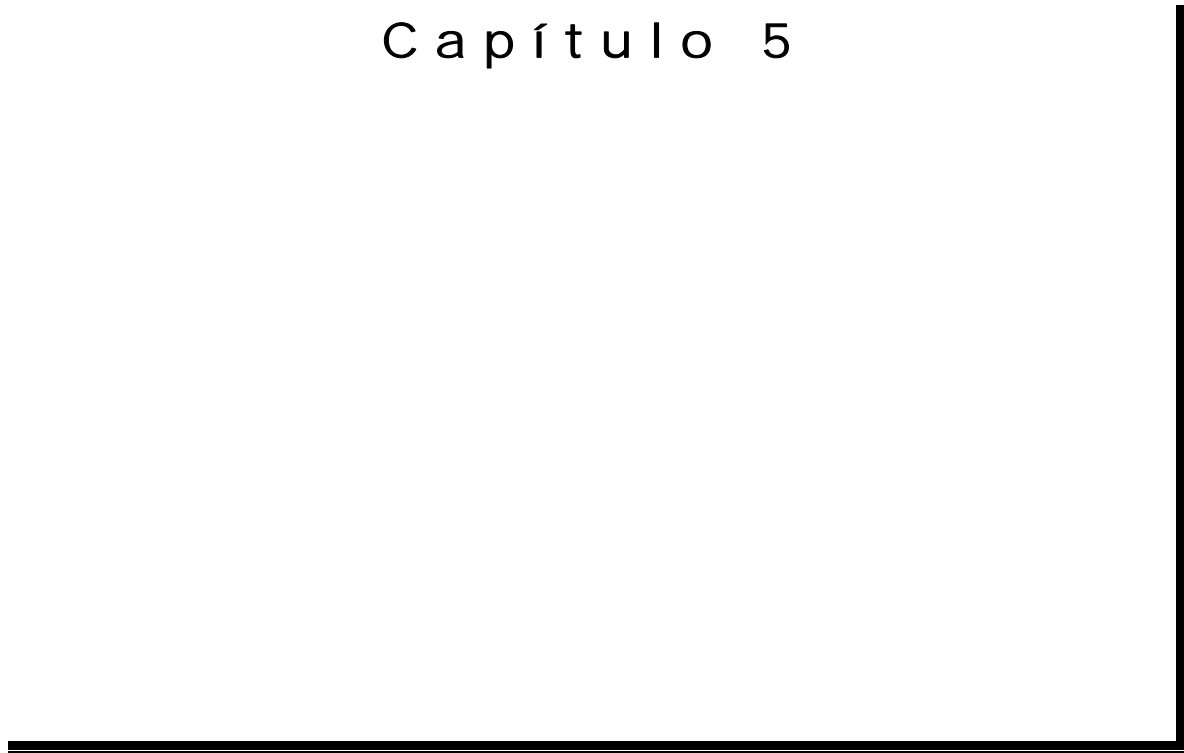
O processo de análise consistiu, num primeiro momento, em apropriar-se do conteúdo de cada uma das entrevistas para posteriormente fazer diversas leituras de conjunto e nessa análise global emergiram as unidades temáticas. A partir das unidades temáticas foi possível analisar o subtexto em busca da relação entre trabalho, saúde e a exclusão/inclusão, mediados pela teoria.

O subtexto indicou a qualidade de inserção que o trabalho está oferecendo, pela qualidade de saúde que ele proporciona, com a mediação da teoria, a qual aponta que o desenvolvimento, que garantirá o ingresso na vida adulta com potência de participação e autonomia, é assegurado por condições de vida que permitam a ampliação dos horizontes.

Na análise, o olhar voltou-se, então, às referências à saúde e ao trabalho que indicavam a qualidade de inserção social para as jovens entrevistadas, levantando os bloqueios à expansão em relação a: criatividade, capacidade de abstração, ampliação de relações, projeto de futuro, além do sofrimento.

Também foi importante analisar a relação entre os motivos e afetos das entrevistadas com os significados dominantes.

Capítulo 5



CAPÍTULO 5

CONTEXTOS: OS LUGARES DOS SUJEITOS NO COTIDIANO

Para uma análise mais completa do objeto de pesquisa, faz-se necessário conhecer o contexto de vida e trabalho das jovens entrevistadas.

Com essa finalidade, apresenta-se nesse capítulo um panorama da cidade de Amparo, um perfil de adoecimento no trabalho de jovens do município e uma análise da organização e condições de trabalho no setor de confecção.

5.1 - A CIDADE DE AMPARO

O município de Amparo localiza-se a 127 km de São Paulo e está situado em região montanhosa banhada pelos rios Camanducaia e Jaguari, na região da Serra da Mantiqueira.

A freguesia de Amparo, criada em 1839, pertencia ao município de Bragança Paulista. Em 1857, foi criada a vila com o nome de Amparo, onde a população dedicava-se à agricultura, principalmente de feijão, milho, arroz, algodão e à suinocultura. A partir da segunda metade do século XIX, o café assumiu grande importância na agricultura local, criando as condições para elevação da vila à cidade, em 1865.

Contribuíram para o crescimento da cidade a chegada da via férrea da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1875, e a mão-de-obra escrava, bem como a imigração de estrangeiros, particularmente os italianos, e a migração de outras regiões do país, toda essa movimentação em torno da alta produção de café.

Ainda hoje, há um intenso movimento migratório de outras cidades do interior, particularmente do estado de Minas Gerais, para a cidade de Amparo. Os imigrantes são pessoas, em geral, de cidades menores que Amparo, de baixa escolaridade e nível de rendimentos, que buscam melhores oportunidades de trabalho.

É importante notar que a cultura amparense, apesar desse movimento migratório, apresenta características conservadoras, sobretudo quanto à inserção de pessoas não nativas da cidade, e que não são, portanto, imediatamente identificáveis pelo sobrenome.

A economia atual está baseada na Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços. Em 2003, segundo dados da Fundação Seade, Amparo contava com 225 Indústrias (42,23% da participação em empregos), 576 estabelecimentos comerciais (16,47% da participação em empregos), e 511 de serviços (30,6 %

dos empregos), e cerca de 890 propriedades rurais (9,91% dos empregos), que se estendem por cerca de 38.604,60 hectares. O rendimento médio nos empregos é maior na área da indústria (R\$ 866,56), seguida do setor de serviços (R\$ 858,73).

O prefeito da cidade, César Pagan, que está no terceiro ano de seu segundo mandato, em entrevista, identifica o setor industrial como o principal na economia do município, sendo o que oferece maior número de empregos. Mas destaca que a economia do município, mesmo a indústria, é diversificada e considera que esse é um fator positivo: “isso é perfeito, porque a hora que um setor entra em crise o outro sustenta”.

Destaca-se no setor industrial, uma vocação para a confecção, existindo na cidade uma unidade fabril de uma grande empresa e cerca de trinta pequenas empresas de confecção de roupas de bebê, além de algumas malharias. Existem, ainda, muitas costureiras em trabalho domiciliado que prestam serviços às indústrias. Segundo o empresário entrevistado, a cidade tornou-se uma referência na produção de roupas de bebê.

Segundo o prefeito, na área têxtil existe na cidade um arranjo produtivo, que envolve a fabricação e manutenção de teares, fabricação do fio e do pano e as confecções. Na confecção, a Prefeitura, em cooperação com pequenos empresários, realizou em 2002/2003 uma ação para qualificação do trabalho no setor, envolvendo diversas atividades, “para desenvolvimento de uma linha de produtos de exportação, o que melhorou o valor agregado e, portanto, precisou de profissionais de melhor qualidade”. Para ele, o que melhor atende à necessidade de trabalhadores qualificados é o processo educacional, sendo que “o melhor investimento estatal na formação de trabalhadores é a educação formal, antes, muito antes da profissionalizante”.

A produção agrícola continua tendo o café como cultura principal, embora em menor escala, seguida da de laranja e cana de açúcar. Entre os pequenos produtores, destacam-se as culturas de chuchu e de tomate.

Outra atividade importante é a avicultura com expressiva produção de ovos e de aves para corte, sendo que o município conta com quatro abatedouros de corte e duas fábricas de insumos agrícolas.

O Município de Amparo tornou-se Estância Hidromineral em 1945 e hoje é considerado a porta de entrada do Circuito das Águas, região de grande destaque turístico no estado de São Paulo, o que agrega às atividades econômicas do município essa outra característica turística, com investimentos na área hoteleira e gastronômica, explorando-se os atrativos históricos da cidade, com seus antigos casarões e fazendas centenárias.

O município conta com boa infra-estrutura: 98,8% da população urbana abastecida de água tratada e servida de esgoto; coleta de lixo diária na área urbana e três vezes por semana na área rural e nos dois distritos; coleta seletiva de lixo.

Em relação aos espaços culturais e de lazer, o município assemelha-se à maioria das cidades do interior, onde as ofertas são escassas nessas áreas. Dentre os espaços disponíveis, destacam-se: duas salas de cinema comercial e uma sala de cinema de arte, pertencente à Prefeitura; um Centro Esportivo Municipal, com diversas quadras e campo de futebol, onde ocorrem alguns eventos e atividades programadas; quatro clubes privados; não existe nenhum teatro, mas alguns espetáculos teatrais são eventualmente apresentados em salões de clubes; uma biblioteca municipal; um museu; e as festas de época - no Carnaval, o desfile de escolas de samba, no mês de julho, o Festival de Inverno de Amparo³⁵, e as quermesses geralmente organizadas pelas igrejas. Todos esses espaços estão localizados em área central da cidade, dificultando o acesso de moradores de bairros mais distantes, principalmente em função dos poucos horários do transporte coletivo e de recurso financeiro para a passagem. Por outro lado, para os residentes na área central é possível o acesso sem necessidade de qualquer tipo de veículo.

³⁵ Promovido pela Prefeitura, com apresentações musicais, de dança, teatro, cinema e oficinas artísticas, praça de alimentação e venda de artesanatos, com programação diária e entrada gratuita.

Conforme dados da Fundação Seade (2006), o PIB *per capita* em Amparo no ano de 2003 foi de R\$12.648,06, 36% maior que o da região, e o rendimento médio em 2000 estava em R\$ 898,00. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), em 2000 era de 0,806, estando o município em 135º lugar no *ranking* municipal do estado de São Paulo. O IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, Fundação Seade), em 2000, mostra que o município apresenta pouca vulnerabilidade social, apenas 29,7% da população encontra-se no grupo de alta e muito alta vulnerabilidade; 42% da população encontra-se nos grupos de nenhuma e muito baixa vulnerabilidade; e 28,3% nos grupos de baixa e média vulnerabilidade.

A rede pública municipal de saúde (SUS) está organizada da seguinte forma: treze unidades básicas de saúde³⁶, estando a Atenção Básica completamente estruturada na estratégia de Saúde da Família, com 88,5% de cobertura³⁷; um ambulatório de especialidades médicas, com procedimentos de pequenas cirurgias; um Centro de Especialidades Odontológicas; um Centro de Atenção Psicossocial; um Centro de Referência de Saúde do Trabalhador; um ambulatório de reabilitação física; um ambulatório de álcool e drogas; um laboratório de análises clínicas; um grupo de assistência farmacêutica e dispensação de medicamentos em todas as unidades básicas de saúde; um serviço de transporte de pacientes; dois hospitais filantrópicos conveniados com o SUS que realizam pronto-atendimento e internações de média complexidade. Muitos recursos tecnológicos da área de saúde não são disponíveis no município, o qual recorre às referências regionais para diversos procedimentos de alta complexidade, em sua maioria na cidade de Campinas e de Bragança Paulista.

Apesar do panorama favorável, a cidade de Amparo sofre com os problemas comuns às cidades na atualidade, principalmente como

³⁶ Todas as unidades básicas contam também com equipe de saúde bucal, inserção de psicólogo na equipe e apoio matricial de saúde mental e saúde do trabalhador.

³⁷ Percentual da população da cidade cadastrada no Programa de Saúde da Família do município.

conseqüências da desigual distribuição de riquezas, conforme se constata em documentos oficiais:

Em 2003 e 2004 a economia do país cresceu mais que nos anos anteriores, e há dados indicativos de maior dinamismo das atividades econômicas em Amparo. Mas ainda assim a cidade convive com número considerável de desempregados, e várias famílias vivendo com baixo poder aquisitivo.

Loteamentos irregulares, moradias precárias, situações de pobreza na área rural, grande número de alcoolistas e drogaditos compõe uma parte da cidade que convive com a parte urbana mais estruturada, onde vivem as famílias com maior poder aquisitivo, reproduzindo no espaço urbano municipal as diferenças sociais do país, que continua ostentando uma das maiores concentrações de renda do mundo.

Estas diferenças repercutem no processo saúde-doença, que se distribui na cidade de maneira semelhante à distribuição da pobreza. (AMPARO - Secretaria Municipal de Saúde, 2005).

Os dados estimados do IBGE para 2005 indicam no município de Amparo uma população de 66.421 habitantes, sendo 33.125 do sexo masculino e 33.296 do sexo feminino, estimando-se 71% na área urbana e 29% na área rural. Os jovens de 15 a 24 anos, segundo estimativas da Fundação Seade, representam 18% da população total, sendo estimados 5.658 na faixa de 15 a 19 anos e 6.170 na faixa de 20 a 24 anos.

5.2 - PERFIL DE SAÚDE DO JOVEM TRABALHADOR NA CIDADE DE AMPARO

Foi realizado um estudo de morbidade no serviço de saúde especializado em Saúde do Trabalhador na cidade de Amparo, visando conhecer o perfil de adoecimento no trabalho de jovens da cidade.

Foram considerados todos os casos de pessoas com idade entre 16 e 24 anos atendidos no ano de 2005³⁸, correspondendo a 22% do total de pessoas atendidas no serviço.

Os dados revelam uma concentração de jovens trabalhadores em indústrias (64%), em funções na área de produção, e 12% empregados no setor de serviços, em funções auxiliares (serviços gerais, auxiliar de cozinha). Todos os casos são de jovens em funções operacionais, não há caso de jovem em função administrativa (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos jovens, atendidos no Cerest Amparo, segundo função exercida no trabalho, em 2005.

Função	Ocorrências	Percentual
Costureira (ind. confecção)	14	38,9%
Auxiliar serviços gerais	10	27,8%
Auxiliar de produção industrial	03	8,5%
Auxiliar de cozinha	02	5,5%
Operador de máquina e equipamento	02	5,5%
Líder de grupo (ind. confecção)	01	2,7%
Embalador (ind. confecção)	01	2,7%
Pintor	01	2,7%
Mecânico	01	2,7%
Auxiliar serviços odontológicos	01	2,7%
Total	36	100%

Fonte: Prontuários Cerest/SMS Amparo

³⁸ O serviço de saúde foi inaugurado em agosto de 2004, por isso considerou-se o ano de 2005, quando já havia uma consistência maior nos dados em decorrência do primeiro semestre ter sido um período de organização e consolidação das ações de Saúde do Trabalhador no SUS municipal.

Estes dados contrastam com a literatura e com estudos desenvolvidos em serviços de saúde, que encontram a maioria dos trabalhadores na fase infanto-juvenil no setor de serviços. Asmus *et al.* (2005) referem ser a maioria dos usuários do serviço estudado oriundos do setor terciário, estando a indústria em segundo lugar, mas as funções desempenhadas são na maioria de serviços administrativos auxiliares. Na pesquisa de Silveira (2003), não há identificação direta do setor da economia do emprego dos jovens estudados, contudo, pela distribuição por ocupação, nota-se que a maioria está empregada no setor terciário, em funções auxiliares não operacionais.

Quanto às patologias encontradas, 24 (66,7%) dos casos do Cerest Amparo referem-se a distúrbios osteomusculares (LER/DORT). Outros danos à saúde, embora em menor quantidade, são igualmente preocupantes quanto ao comprometimento futuro desses jovens, como lesão decorrente de acidente (4), doenças do aparelho respiratório (3), transtornos mentais (2), perda auditiva (1), intoxicação química (1), dermatite (1).

Asmus *et al.* (2005) também referem a maior ocorrência de doenças osteomusculares, tendo observado também uma grande frequência de infecções respiratórias, dermatite de contato, vícios ou desvios de refração e hipertensão arterial. Essa última patologia surpreende pela faixa etária tratada, embora o artigo não faça qualquer discussão a esse respeito. Silveira encontrou mais acidentes típicos (60,7% dos casos estudados) e pela inferência que se pode fazer dos diagnósticos, percebe-se que os seis casos de doenças ocupacionais relatados referem-se a distúrbios osteomusculares.

Dentre os casos do levantamento realizado no Cerest Amparo, dezesseis são de trabalhadores em indústria de confecção, foco do presente estudo (44,3% dos casos na faixa etária estudada e 50% do total de casos de trabalhadores de confecção). Quanto às funções exercidas nas confecções, quatorze são costureiras, uma é líder de grupo e uma é embaladora.

Destaca-se, ainda, a maior ocorrência de casos de trabalhadores de uma mesma empresa - 75% dos casos, ficando os outros da área de confecção distribuídos entre seis outras empresas.

Com o objetivo de delinear o perfil de saúde dos jovens, também foram realizadas entrevistas com duas médicas de Saúde da Família do SUS municipal e conversas com a equipe do Cerest, que revelam uma percepção baseada no cotidiano de trabalho, sem dados quantitativos.

As médicas referem atender muitos jovens com problemas de saúde relacionados ao trabalho, principalmente LER/DORT, sendo a maioria deles de frigoríficos e confecções.

Ambas as profissionais referem haver com frequência um quadro psicológico que acompanha a situação da doença do trabalho e sempre um sofrimento no trabalho.

Uma das médicas - lotada numa unidade de saúde do maior bairro da cidade, de população de baixa renda, grande parte trabalhadores operários – compara duas confecções da cidade pelo que apreende de seus pacientes, percebendo que em uma delas, a qual está instalada no bairro, as relações interpessoais, particularmente entre patrão e empregados, parece ser de respeito e comprometimento mútuo. Nessa há menor número de casos de doenças profissionais comparando-se com uma outra confecção da cidade, a “Vales” mencionada pelas jovens entrevistadas nessa pesquisa e sempre apontada pelos profissionais dos serviços de saúde, em discussões e capacitações de Saúde do Trabalhador, como a “campeã de adoecimento e sofrimento”.

Na unidade de saúde onde trabalha a médica mencionada acima, ela estima que cerca de 60% dos atendimentos de demanda espontânea é de pessoas jovens, sendo que grande número das queixas é relacionado ao trabalho. Outros motivos que levam os jovem ao serviço de saúde estão relacionados a “uso de drogas, alcoolismo, depressão, doenças mentais [...] e o

acidente também, que não seja do trabalho”; em relação às mulheres jovens, acrescentam-se as queixas ginecológicas e urinárias e as demandas de rotinas ginecológicas (exames preventivos de câncer, contracepção, gravidez).

São freqüentes os casos de gravidez na adolescência, que na percepção das médicas parece “uma maneira de sair da família, é um projeto de vida para elas”.

As médicas contam casos de jovens trabalhadores que as marcaram e destacam a importância da situação diante do futuro deles e o sofrimento emocional que se adiciona à doença física, à dor, à limitação.

No Cerest, a enfermeira surpreende-se ao ler o prontuário da Atenção Básica que a paciente traz para a consulta no serviço de referência. “Nossa, é uma criança, seu prontuário ainda tem a ficha de acompanhamento de crescimento, as vacinações infantis! É o prontuário de uma criança e ela já está num serviço de Saúde do Trabalhador!”.

É importante ressaltar que no âmbito do SUS municipal diversas ações estão sendo realizadas a fim de contribuir para a melhoria das condições de trabalho e de vida de trabalhadores, como as jovens entrevistadas para a presente pesquisa. Essas ações referem-se ao atendimento de pessoas com agravos à saúde relacionados ao trabalho - que incluem tratamento da doença e oferta de espaços de acolhimento e desenvolvimento (grupos de apoio psicossocial), nas Unidades de Saúde da Família e no Centro de Referência de Saúde do Trabalhador –, à realização de vistorias nas empresas – pelo Cerest e Vigilância Sanitária - e à realização de atividades educativas que visam ampliar o conhecimento dos trabalhadores quanto à relação saúde-trabalho e seus direitos (com debates, grupos, produção de material impresso *etc.*). Nesse sentido, o Cerest aponta como prioridade de suas ações o ramo de atividade econômica de confecções, em 2006 e 2007, com base nas informações de sua morbidade ambulatorial (Amparo-SMS/Cerest, 2006 e 2007).

5.3 - O LOCAL DE TRABALHO

A indústria de confecção foi escolhida como local de trabalho dos jovens entrevistados na presente pesquisa, em função de sua importância na economia do município, por ser uma atividade em que há contratação de pessoas jovens, sem experiência, e pelo destaque que a atividade assume na análise de dados em Saúde do Trabalhador³⁹.

A indústria têxtil⁴⁰ desempenhou importante papel na economia do município de Amparo, tendo sofrido os impactos da abertura econômica e sobrevalorização cambial ocorridos na década de 90. Como em todo o país, o setor têxtil foi um dos setores da economia nacional que mais sofreu, tendo havido o fechamento de inúmeras indústrias e uma reformulação da produção nacional nessa atividade.

A confecção constitui-se como a última fase do processo produtivo têxtil, sendo a atividade em que há a menor utilização de tecnologia em substituição à força de trabalho humano, dentro do setor.

A atividade de confecção, a exemplo de outras áreas produtivas, passou por reorganizações que incorporaram “novas” formas de organização e gestão do trabalho a um modelo que mantém sua estrutura taylorista-fordista.

Como descrevem Jinkings e Amorim (2006), uma das inovações refere-se à introdução de células de produção nas confecções, o que, segundo as autoras, “gera um ambiente de competição entre as trabalhadoras [...] no qual cada uma se encarrega de cobrar o trabalho da colega, buscando uma maior qualidade, rapidez e produtividade” (p.347). Essa forma de produção é verificada na empresa Vales e muitas entrevistadas referem-se ao clima competitivo que leva a um relacionamento de desrespeito entre colegas.

³⁹ Dos atendimentos no Cerest Amparo, em 2005, 19,5% são casos de trabalhadores em indústria de confecção, não havendo concentração semelhante em nenhum outro ramo de atividade.

⁴⁰ Em Amparo, com fábricas de fios, tecidos e confecções.

Outra questão importante são as metas de produtividade impostas ao grupo, sobre a qual há um controle direto – com a verificação e divulgação da produtividade de cada grupo – e indireto – com o pagamento de prêmios de produtividade.

Essas células geralmente têm metas de produtividade e o trabalho das costureiras é parcelado. [...] Dessa forma, o controle sobre a qualidade do produto recai diretamente sobre a trabalhadora. [...] Os ritmos pessoais de trabalho não são respeitados e as operárias são obrigadas a nivelar-se pelas mais rápidas, na busca de atingir as metas de produtividade impostas. (Jinkings e Amorim, 2006, p. 347)

Outra característica que as autoras acima citadas apontam, no caso estudado da indústria catarinense, e que pode ser verificado nas indústrias de Amparo, é a terceirização da produção com incentivos a ex-funcionários para abertura de pequenas e micro-empresas que passam a produzir para a empresa principal, mantendo-se os mesmos padrões de qualidade⁴¹ e também a utilização do sistema de trabalho em domicílio (muito utilizado pelas pequenas confecções de Amparo).

No setor têxtil, particularmente nas confecções, há o predomínio da força de trabalho feminino, principalmente nas tarefas de costura, fiação e embalagem, em que há menor possibilidade de utilização de tecnologia substitutiva ao trabalho humano (Jinkings e Amorim, 2006, p. 355). A inovação tecnológica do setor foi incorporada na fase de pré-montagem (criação de modelos, elaboração de moldes e corte dos tecidos) e isso possibilita a maior fragmentação do processo de produção e facilita a terceirização, para pequenas empresas ou sistema domiciliar, da etapa de costura, a qual resume-se à montagem de peças.

Outra mudança no setor têxtil, ocorrida principalmente na década de 90, segundo Jinkings e Amorim (2006), foi a mudança de muitas indústrias do Sul e Sudeste para o Norte e Nordeste do país, atraídas principalmente “pelos incentivos fiscais, doação e/ou comodato de terrenos e galpões, linhas de crédito especiais, força de trabalho barata [...]” (p.370).

⁴¹ são as chamadas empresas “maquiladoras”

Pelo caso da empresa Vales pode-se verificar que essa transferência não ocorreu somente para outras regiões do país, mas houve uma “interiorização” da produção dentro do estado de São Paulo, com os mesmos atrativos descritos pelas autoras. A Vales instalou três unidades fabris, na década de 90, na região do Circuito das Águas paulista, sendo uma em Amparo; nos três municípios, a empresa recebeu incentivo das prefeituras, como o pagamento de aluguel de galpão para instalação da fábrica, dando como contrapartida a geração de postos de trabalho, que em Amparo chegou a cerca de quatrocentos, mas atualmente a empresa emprega menos da metade dessa quantidade.

Essa situação perdurou até poucos anos atrás, quando o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo considerou irregular essas despesas dos municípios. A partir da mudança na situação de incentivo, a empresa, em Amparo, propôs a algumas funcionárias a abertura de uma cooperativa para produzir para a Vales e atualmente ambas operam no município, mas não se sabe se é intenção da empresa fechar sua própria fábrica na cidade.

Esse tipo de cooperativa tem sido denominada de “cooperfraudes”, pois tornaram-se uma nova forma de exploração da força de trabalho.

Estas [as cooperfraudes] se tornaram uma forma de subcontratação para empresas que, em busca de redução de custos, passaram a demitir seus funcionários e a recontratá-los por meio de uma cooperativa, mas mantendo as mesmas características existentes no trabalho assalariado, em termos de organização do trabalho e da subordinação às ordens do empregador (contratante) (Jinkings e Amorim, 2006, p. 371).

De acordo com as mesmas autoras, a criação de cooperativas na indústria de confecção no Brasil constitui-se como a estratégia central na redefinição do setor. Elas estudaram o caso de uma indústria de confecção de jeans, no Brasil, que reestruturou radicalmente sua produção, demitindo todos os seus funcionários e transferindo toda a sua produção para uma cooperativa implantada exclusivamente com essa finalidade (2006, p.365). As cooperativas atendem melhor à estratégia de diminuir custos e assim aumentar a lucratividade do que o trabalho domiciliar, pois permitem maior controle da

qualidade e a imagem da empresa é preservada, em termos de responsabilidade social (2006, p. 384).

Para as trabalhadoras, a situação de cooperadas é uma alternativa ao desemprego, contudo, uma ilusão quanto à autonomia, visto que nesse tipo de cooperativa estão ainda subordinadas à empresa contratante (Jinkings e Amorim, 2006, p.385).

A título de ilustração, buscando compor o contexto do trabalho, apresentam-se, a seguir, características de uma confecção do município de Amparo, onde trabalham ou trabalharam algumas das jovens entrevistadas, com base na análise de documento da Secretaria Municipal de Saúde - Laudo de Vistoria realizada pelo Centro de Referência de Saúde do Trabalhador e pela Vigilância Sanitária, em 2005.

A análise do Laudo de Vistoria mostra que a empresa não cumpria diversos aspectos relativos a condições de trabalho, contrariando a legislação trabalhista e expondo os trabalhadores a diversos fatores de risco à saúde, tais como: condições ergonômicas inadequadas, organização do trabalho penosa, ruído elevado, iluminação deficiente, exposição a produtos químicos (para limpeza de peças montadas), intervalo para refeições em tempo insuficiente (meia hora)⁴², condições inadequadas de instalações, limpeza e higiene de banheiros e refeitórios. A descrição da atividade de produção constante do Laudo também mostra tratar-se de um sistema taylorista de produção.

A atividade principal nessa fábrica é a costura, que é acompanhada por tarefas de preparação, acabamento e embalagem; os tecidos chegam da matriz já cortados e as peças são apenas montadas ali.

A produção está organizada em grupos de trabalho, formados por aproximadamente dez pessoas, com uma líder, e cada grupo é responsável pela confecção completa das peças que lhe forem atribuídas, devendo cumprir as

⁴² A legislação trabalhista exige um intervalo de no mínimo uma hora para jornadas diárias acima de seis horas.

metas de produção. Cada grupo está organizado em torno de uma bancada retangular de madeira onde estão instaladas, em ambos os lados da bancada, as máquinas de costura para diferentes operações – como costura reta, overloque, galoneira, “duas agulhas”.

No processo de produção há uma seqüência de costuras, sendo que cada trabalhadora executa uma ou mais operações, passando a peça à costureira da próxima etapa. As costureiras trabalham sentadas, mudando de posto em relação à máquina, conforme a operação que executará, ou posicionando-se ao final para a etapa de acabamento, que consiste em pregar etiquetas, enfeites, botões etc., e de verificação (conferência das medidas, qualidade da costura - simetria, por exemplo - e condições gerais - sujidade, rebarbas de linhas etc -, sendo recusada a peça que se apresente fora do padrão). Em uma única peça foram contados dezoito movimentos das mãos para a conferência da mesma.

Os principais problemas em relação à saúde dos trabalhadores, indicados no Laudo de Vistoria, relacionam-se a organização do trabalho e condições ergonômicas. Em relação à organização do trabalho, destacam-se: ritmo de trabalho determinado pela meta de produção⁴³, havendo controle das metas, com cobrança direta das chefias (inclusive com palavras desrespeitosas e humilhações), controle das colegas do grupo de trabalho, pagamento de premiações e publicação de resultados dos grupos; pouco espaço de liberdade aos modos operatórios e controle de velocidade. Em relação às questões ergonômicas, destacam-se a posição de trabalho - sentada em posto inadequado ou de pé -, a exigência de posturas forçadas para execução das operações, a sobrecarga dinâmica e repetitiva de membros superiores.

Há ainda, no Laudo, referências aos relatos de pacientes nos serviços de saúde: quanto ao sofrimento psíquico em função da forma como são tratadas

⁴³ As metas de produção são estabelecidas em programação quinzenal para cada grupo de trabalho e são baseadas nas especificações da Ficha Técnica de Fabricação (onde constam as operações necessárias para a confecção de cada peça e o tempo padrão de cada uma delas; o tempo padrão de fabricação de uma peça é a somatória do tempo padrão de cada operação), na experiência do grupo de trabalho e o tipo de peça a ser confeccionado.

por algumas líderes e pela encarregada geral, com desrespeito e humilhação; quanto ao controle exercido sobre as pausas para ir ao banheiro, (são relatados por profissionais de saúde do SUS casos de trabalhadoras gestantes e outras com problemas genito-urinários em função de controlarem além do limite a satisfação de necessidades urinárias); prejuízo no alcance de metas e humilhação quando há devolução de mercadoria com defeito, que tem de ser corrigido pelo grupo de trabalho; relações autoritárias e coercitivas das chefias.

O organização do trabalho na empresa apresentada, à semelhança de outras confecções, é um sistema com as características do Taylorismo, no qual nota-se: a separação das funções de concepção e planejamento das de execução - na confecção em análise a unidade de Amparo realiza apenas a execução; a fragmentação das tarefas - cada costureira realiza de duas a quatro operações do conjunto necessário à montagem de uma peça; o controle de tempos e movimentos - com o estabelecimento de metas individuais e do grupo, baseadas no estudo de tempos e métodos, e o controle da produtividade realizado pela encarregada de cada célula, a cada hora; e a remuneração por desempenho, com os prêmios de produção.

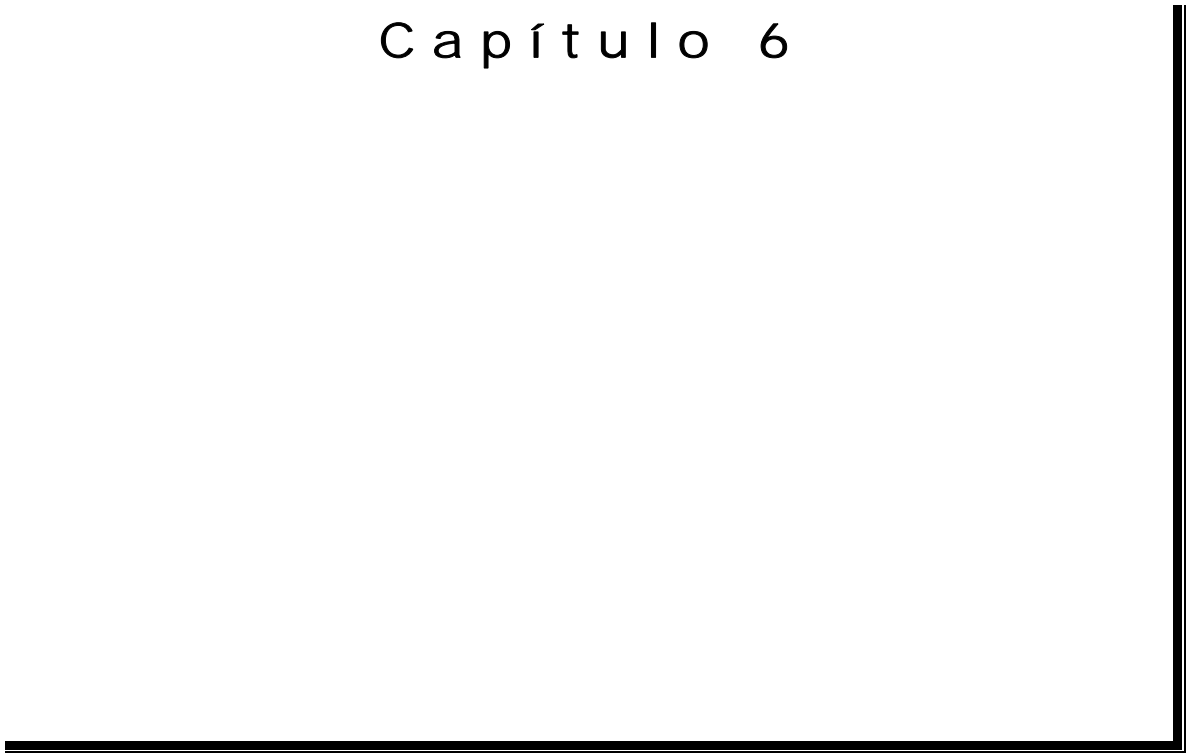
A diferença da organização do trabalho dessa empresa em relação a outras confecções existentes na cidade está principalmente nas células de produção. Nas outras empresas, o trabalhador tem um posto fixo de trabalho e no sistema de grupos cada trabalhadora executa mais de uma operação o que implica, muitas vezes, em mudança do posto de trabalho, dentro da bancada do grupo. Há, portanto, a introdução da multifuncionalidade do trabalhador no processo quando dividido em células de produção.

A fragmentação do trabalho permite a sua decomposição em operações elementares e simplificadas, tornando a sua execução mais rápida e eficiente (CATTANI, 2002), o que facilita o treinamento dos trabalhadores, permitindo a contratação de pessoas inexperientes, campo de trabalho para jovens, portanto, como ocorre nas confecções em Amparo.

O empresário do setor entrevistado nessa investigação, que contrata preferencialmente jovens a partir de dezesseis anos, diz que é vantajosa para a empresa a contratação de jovem sem experiência, porque ele irá aprender o trabalho conforme o modo da empresa, não tem “vícios”. Além disso, considera que o jovem “é mais dinâmico, o jovem procura conhecimento, ele está aberto para informações e a pessoa mais velha não”. Nesse sentido, o empresário faz sua escolha, porque o jovem é mais fácil de “moldar”, por ser mais ingênuo e não ter a vivência coletiva oferece menor resistência e contestação.

A produção industrial tem o significado, na sociedade, de desenvolvimento econômico, o qual é tido como algo vantajoso para todos. A indústria de confecção em Amparo tem o significado de desenvolvimento para a cidade, de acordo com o Prefeito e o empresário entrevistados. Para as trabalhadoras tem o significado de emprego, mas também de sofrimento; e, para os profissionais de saúde do SUS municipal, as confecções são fonte de adoecimento.

Capítulo 6



CAPÍTULO 6

A EXPERIÊNCIA DAS JOVENS TRABALHADORAS: SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

A análise das entrevistas revela que a forma como as jovens trabalhadoras experienciam o mundo pode ser caracterizada como sendo uma inclusão perversa, o que significa que um de seus maiores indicadores é a saúde na sua acepção mais ampla de saúde ético-política.

Apresenta-se, nesse capítulo, a análise sob três dimensões: a apresentação de cada jovem entrevistada, as unidades temáticas que emergiram da análise do conjunto das entrevistas como um todo e a análise de subtexto.

6.1 - AS JOVENS TRABALHADORAS

As trabalhadoras entrevistadas são aqui apresentadas em sua singularidade. A aproximação com os sujeitos concretos é a base da investigação e conhecê-los não só em sua expressão coletiva contribui para a análise, uma vez que o singular tem sua gênese no social.

Daniela. ⁴⁴

Tem 24 anos, é filha única e mora com os pais. Completou o ensino médio, e não estuda atualmente. Trabalha na Vales⁴⁵ há oito anos, desde os dezesseis anos, como costureira, sendo esse o seu primeiro emprego. Entrou na empresa como aprendiz, trabalhando três meses sem registro e sem salário⁴⁶. No momento da entrevista estava afastada do trabalho para tratamento de um distúrbio osteo-muscular relacionado ao trabalho e uma depressão leve ocasionada pela situação de trabalho; anteriormente teve episódio de infecção urinária também gerada pela condição de trabalho, porque passava períodos muito longos sem urinar, para não interromper as tarefas e porque não gosta de usar o banheiro da empresa, o qual considera sujo.

O seu trabalho atual não é tido como algo prazeroso e sim como uma necessidade. Como considera que na cidade não tem muitas opções de emprego para quem não estudou, fica com o emprego possível. Relata muitos problemas que tem no trabalho, como os de saúde, e os de relacionamento com as chefias e colegas.

⁴⁴ Os nomes das entrevistadas são fictícios e foram escolhidos por elas mesmas no momento da entrevista, conforme indicado no capítulo 4.

⁴⁵ Os nomes das empresas são fictícios e foram escolhidos aleatoriamente pela pesquisadora, conforme indicado no capítulo 4.

⁴⁶ No início das atividades da fábrica na cidade, era essa a forma de ingresso como funcionária, iniciavam como aprendizes, por três meses, sem salário, e após esse período eram contratadas como funcionárias da fábrica. Atualmente já não existe mais essa etapa transitória, as costureiras são contratadas diretamente para a fábrica, com salário, mesmo sem experiência anterior.

Daniela diz que já chegou no seu limite, sente-se irritada e sem paciência no trabalho.

De qualquer modo, ela considera que aprendeu algumas coisas no trabalho, mas nem tudo o que aprendeu era o que esperava, como por exemplo, “ser estúpida”, que Daniela fala, ironicamente, como algo que necessitou incorporar ao seu modo de ser para poder se defender, uma vez que se via como “ingênua de tudo” quando ingressou na empresa. Sofria calada, por achar que tudo era normal num ambiente de trabalho, até mesmo levar um puxão de orelha da encarregada.

Para Daniela o trabalho tem o sentido de sofrimento, que fez com que ela chegasse a um “limite” e resolvesse cuidar de sua saúde, desejando ser demitida no retorno ao trabalho.

Aí foi o ponto decisivo pra mim falar chega, chega não agüento mais, vou procurar meu tratamento, que eu não vou ficar doente a custo de nada. [...] Há anos que eu tô assim [com dor], que eu não dava importância, não levava a sério, só que agora comecei a levar a sério. [...] Então eu comecei a ver por esse lado. Depois quem que vai cuidar de mim, ninguém, né. Ainda mais a gente que vive de salário, a gente não tem nenhuma outra renda, então, eu vou cuidar de mim agora. (Daniela)

Porque se a gente ficar falando tudo que vem na nossa cabeça e que dá vontade... bom eu já estaria na rua faz tempo, se eu falasse tudo que eu tenho vontade, né, daí a gente vai guardando e nisso que vem o nervoso, a ansiedade, né. (Daniela)

De ficar sem comer, essas coisas, de ficar trancada no quarto e não querer conversar com ninguém, de tão nervosa que eu ficava. Do relógio despertar e eu já abrir o olho chorando, já de, do medo que você sente de ir no lugar trabalhar. ... Pra você ter uma idéia eu entro rezando o Pai Nosso, me benzendo, é sério mesmo. [...] Pra agüentar. Eu entro pisando com o pé direito, rezo, faço o sinal da cruz pra entrar, aquele sinal que faz pra benzer. (Daniela)

Denise.

Tem 19 anos e mora com os pais e os dois irmãos. Completou o ensino médio. Trabalhou na Flamas por dois anos, desde os dezessete anos – seu

primeiro emprego - e está desempregada há quatro meses. Ela desenvolveu uma tendinite caracterizada como LER/DORT, afastou-se do trabalho para tratamento e no retorno pediu demissão.

Denise trabalhou numa confecção mas não como costureira, diz que não gostaria de trabalhar nessa função, era embaladora. Em seu primeiro emprego desenvolveu um lesão e optou por deixar o emprego, encontrando-se no momento na situação que outras entrevistadas dizem temer, o desemprego. Mas ela teve a oportunidade de optar pela saúde e deixar o trabalho.

Ela diz que gostava do trabalho, embora não revele muito sobre o mesmo. Começou a trabalhar para ajudar com as despesas familiares, mas também para os gastos do desejo.

Os estudos parecem ter relevância na vida de Denise, que terminou o ensino médio, faz curso complementar e pensa em fazer um curso superior, que só será viabilizado quando estiver novamente empregada.

Para Denise o sofrimento estava principalmente no esforço físico, que a deixou doente e a fez desistir do emprego.

[...] tive de pedir a conta, porque eles não queriam me mandar embora [ela estava com estabilidade legal em função da doença do trabalho registrada]. [...] Porque eu ia continuar com a dor no braço, né, porque era muito peso que carregava também, descia escada com o saco, muito pesado, aí ia agravar mais, né, então eu resolvi sair. (Denise)

Patrícia.

Tem 23 anos e mora com os pais e quatro irmãos; tem mais um irmão, que é casado e não reside com eles. Completou o ensino médio e no momento não está estudando. Trabalha como costureira na Vales há três anos e começou a trabalhar aos 12 anos, como babá, em casa de família. O primeiro emprego de Patrícia com registro em carteira foi aos 18 anos, em trabalho temporário, num supermercado. Ela desenvolveu uma tendinite relacionada ao trabalho e a

demora em procurar tratamento agravou a lesão, mesmo assim afastou-se do trabalho só por curtos períodos, em episódios de maior dor; também teve infecção urinária por falta de tempo no trabalho para ir ao banheiro.

Patrícia mudou-se sozinha para Amparo, onde já morava um de seus irmãos, para arrumar um emprego melhor, pois em sua cidade haviam poucas oportunidades; a família a acompanhou na mudança alguns anos depois.

Ela sente-se desrespeitada e humilhada, no trabalho e fora do trabalho. Parece ter vergonha do que é e sonha em ter uma situação melhor, para ser respeitada. Um sonho que ela pretende realizar fazendo um curso superior e para isso prepara-se estudando sozinha em casa.

Para Patrícia o trabalho atual é um tormento, algo a ser agüentado, uma necessidade de sobrevivência. Ela só trabalha como costureira porque não conseguiu algo melhor e sofre pela dor física, pelas humilhações que ocorrem na empresa e pela vergonha de ser costureira.

[...] um lado que eu não acho muito bom foi eu ter os problemas, que eu entrei lá e agora estou com problema no braço, com a tendinite, e sinto, assim, dor e mesmo assim eu tenho que tá trabalhando, porque eu preciso do serviço. (Patrícia)

E eu tenho que tá enfrentando lá, os desafios de lá pra poder... assim, sobreviver, né. (Patrícia)

Aí tem que tá agüentando a dor pra poder produzir, né. (Patrícia)

[...] eu peguei uma infecção de urina, sabe, nem fui no médico, eu passava dor lá, sofria lá, mas não fui no médico de jeito nenhum. Aí, até um dia que eu não agüentei, que eu não agüentava a dor e aí tive que pedir pra ela liberar eu pra mim poder ir no médico, nossa! eu não agüentava. [...] A eu não sei, porque que deu isso em mim... ah, acho que ... porque também eu não tinha muito tempo para urinar, era muito corrido, eu ficava com medo, assim... era muito difícil eu ir ao banheiro, não dava tempo. Aí acho que foi, sei lá, ficava segurando muito, sabe. Acho que fez ficar os problemas que eu tive de urina. (Patrícia)

Em parte, assim, em termos de salário melhor agora, porque lá eu ganho mais. Porque trabalhar em casa de família, eu não era registrada e ganhava pouco. Então, agora eu ganho mais, então já é

melhor. Mas assim, em questão de ... humilhação nunca tinha, me tratavam bem melhor, me tratavam como se fosse da família mesmo, de casa, mas agora, assim, que eu passo mais aborrecimento com as colegas de serviço. (Patrícia)

Vanessa.

Aos 23 anos, Vanessa é casada, mora com o marido e o filho mais novo, de 1 ano e 6 meses. Tem outro filho de 8 anos, que nasceu quando ela estava com 15 anos, o qual mora com a mãe dela. Começou a trabalhar com 12 anos e o primeiro emprego com registro em carteira foi aos 17 anos, numa panificadora. Trabalha como verificadora na Malhas há um mês, mas trabalhou anteriormente na Vales, na Flamas e em sistema de domicílio, como costureira, dentre outros empregos. Ela diz ter fibromialgia e teve um período de agravamento, com muita dor, quando trabalhava na Vales; no momento da entrevista não apresentava problemas de saúde.

Ela identifica-se como costureira, ainda que em seu emprego atual ela esteja no posto de verificadora.

Vanessa mostra-se como a mais madura de todas as entrevistadas. Dois fatores parecem influenciar nesse aspecto: foi mãe aos quinze anos e também começou a trabalhar muito cedo.

Ela valoriza o trabalho e considera que ele a ajudou a desenvolver responsabilidades. Também aprendeu a sua profissão, a de costureira, trabalhando. Mas ela conta momentos de sofrimento quando trabalhava na Vales, onde apesar de fazer o trabalho que gosta, costurar, ficou doente.

Vanessa, além do emprego na fábrica e do “bico” que faz com o marido, vendendo roupas a domicílio, tem os afazeres domésticos, de mãe e dona de casa, tendo atividades restritas de lazer.

Vanessa é a única que considera seu trabalho como prazer, porque gosta do que faz. Identifica-se como costureira, considera a atividade como uma

profissão. “*Eu sou costureira*” é a primeira frase dela na entrevista, ainda que em seu emprego atual ela esteja no posto de verificadora. Ela incorpora o significado do trabalho como responsabilidade.

Porque costura, nossa eu adoro costurar, nossa eu sento numa máquina e esqueço da vida... embora agora eu não esteja costurando, mas mesmo assim eu gosto do serviço que eu tô fazendo.

Então é importante, sim. ... Principalmente fazer aquilo que gosta, né, é a primeira coisa. Porque também já tentei fazer outros tipo de serviço e não gostei, não deu certo, né.

*Costureira. É esse serviço que eu faço, costureira, mexer com roupa assim, parte de malharia. ... aí eu trabalho sossegada, que eu gosto.
(Vanessa)*

Viviane.

Com 17 anos, Viviane mora com a mãe. Tem duas irmãs mais velhas, uma de 21 anos e outra de 19 anos, sendo que uma mora com o pai e a outra é casada. Parou de estudar no primeiro ano do ensino médio, porque sentia-se cansada e irritada na escola. Trabalha na Vales há um ano, como costureira. Começou a trabalhar aos 15 anos, sem registro em carteira, como babá, manicura e costurava em sistema domiciliar, mas antes disso ajudava nas atividades rurais no sítio da família. Ela desenvolveu uma tendinite trabalhando, a qual não foi reconhecida como relacionada ao trabalho no INSS e como não tinha doze meses de contribuição à Previdência Social não pode ser afastada do trabalho com o auxílio doença⁴⁷. Sem ter condições de afastar-se do trabalho para tratamento, Viviane continuou trabalhando na empresa e levou uma declaração do serviço de saúde solicitando restrições às suas atividades para que não houvesse agravamento do quadro clínico; essas restrições geraram uma situação de maior pressão e humilhação sobre ela na empresa.

⁴⁷ Pelas regras da Previdência Social, o auxílio doença quando decorrente de acidente de trabalho (típico ou doença do trabalho) não exige carência, mas outros benefícios dependem de uma carência de doze meses. A relação causal entre a doença e o trabalho, para fins previdenciários, é realizada por avaliação do médico perito do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social – Ministério da Previdência Social).

Aos dezessete anos, Viviane demonstra amadurecimento em muitos aspectos; fala de forma decidida, cuida de todas as questões de sua vida e ainda cuida da mãe. É a mais nova das entrevistadas e apresenta-se como uma adulta muito experiente.

Viviane não considera o seu serviço como algo bom, em função das agressões que sofre no trabalho, embora diga que goste de costurar. As relações no trabalho e as exigências de produção é que a deixam sem vontade para o trabalho.

De qualquer modo, ela reconhece que houve um aprendizado no trabalho, ainda que não somente algo a ser aproveitado na vida e em outros empregos, como aprender a ser agressiva, que ela revela como sendo uma reação à agressividade de muitas pessoas com quem convive no trabalho.

Nesse momento o trabalho para Viviane é um sofrimento, principalmente porque ali vive maus encontros, mas tem que suportar pela necessidade do emprego, embora sonhe em conseguir algo melhor, mais “digno”. Entrar nessa empresa foi como um atestado de capacidade para ela, por conseguir um emprego com registro.

Eu costuro, há um ano, só que eu acho que esse não é um serviço propício pra mim, entendeu. [...] O local onde eu trabalho eu não tô trabalhando com vontade, não é uma coisa que eu gosto de fazer, entendeu. E nesse momento que eu trabalhando, várias pessoas criticam, xingam. Como eu posso dizer, tem várias formas de agressões, assim, moralmente, entendeu. E eu me sinto acuada. [...] E em relação ao meu problema – porque eu tenho tendinite no punho esquerdo – eles não acreditam. (Viviane)

[...] eles gostam de pisar, pisar, como você fosse um escravo, mas não é nada disso. (Viviane)

Aí eu voltei, só que eu não consegui trabalhar, porque sempre o local que eles me colocavam pra trabalhar era serviço repetitivo e eu tinha que dar produção igual às outras. Elas não queriam saber se eu estava com problema no braço ou não. E, por ninguém acreditar, eu acho que eu tava, sei lá, entrando em depressão. (Viviane)

Eu preciso do emprego, se um dia arrumar um emprego melhor eu peço a conta, perco tudo que eu tiver de perder e vou trabalhar, dignamente, entendeu. (Viviane)

6.2 – ANÁLISE DAS UNIDADES TEMÁTICAS

A análise das entrevistas revelou dois grandes grupos de unidades temáticas: a vida de trabalho e a vida fora do trabalho. Uma divisão em duas dimensões da vida das jovens que estão obviamente entrelaçadas, são vividas num contínuo e não como espaços fragmentados.

A **vida de trabalho** é abordada a partir de seis sub-temas: a) os **motivos** para começar a trabalhar e para empregar-se na empresa; b) as **conseqüências** do trabalho, apresentadas pelo de aprendizado, operacional e de valores morais, pelas mudanças no modo de ser, aparecendo a agressividade e a extroversão e a inserção no consumo; c) a **qualidade** do trabalho, a qual é referida a partir da atividade mecânica, das situações de desrespeito e exploração, do aprisionamento e do salário; d) a **doença**; e) a situação de **não trabalho**, seja pelo desemprego ou pelo afastamento para tratamento de saúde; f) os **afetos** em relação ao trabalho, revelados no prazer e no sofrimento.

A **vida fora do trabalho** é abordada a partir de quatro sub-temas: a) **relacionamentos interpessoais** – na família, na sociedade e amoroso; b) **estudo**; c) **lazer**; d) **projeto de futuro**.

6.2.1 – Vida de Trabalho

a) MOTIVOS

Um dos aspectos da vida de trabalho das entrevistadas refere-se aos motivos que as levaram a começar a trabalhar e a ingressar na empresa de confecção, os quais estão relacionados à necessidade e não ao desejo.

a.1) Ingresso no Trabalho

Quanto aos motivos que as levaram a trabalhar, a necessidade material aparece em todas as entrevistas, para contribuir nas despesas familiares e para possibilitar uma independência financeira. Trabalhar aparece como uma forma de inclusão na sociedade, no mundo adulto e de consumo.

A maioria das entrevistadas demonstra uma apreensão do significado do trabalho como redenção, como um aspecto natural da vida, inclusive quanto à idade para ingressar no mesmo.

Para ajudar os meus pais, mais pra ajudar os meus pais, também pra gastos meus também, né, porque não era tudo que eles podiam me dar. Pra fazer também cursos que eu tenho vontade de fazer. (Denise, começou a trabalhar com 17 anos)

Comecei a trabalhar com 12 anos. Comecei a trabalhar para ajudar os meus pais, em casa de família. (Patrícia)

Porque eu achava que estava na hora [de trabalhar]. Porque assim, desde pequena, por influência do meu pai, a gente sempre falou, sabe, porque a gente trabalhava na roça, então, isso foi levando a gente a ter cabeça de adulta, a gente era criança mas tinha vontade de trabalhar, de ter o próprio dinheiro, de ter as próprias coisas. [...] E eu comecei a trabalhar assim, por livre e espontânea vontade, mas sempre eu tive tudo na minha vida, tudo que eu queria meu pai me dava, não só eu como minhas irmãs, ele sempre me dava. [...] Querida ter o meu dinheiro e ser independente, não ficar dependendo, sabe. Porque eu acho que o dinheiro do meu pai não era suficiente pra dar tudo que eu queria. Aí acabei tomando essa decisão. (Viviane, começou a trabalhar com 15 anos)

Uma das entrevistadas revela uma certa resistência ao ingresso natural no trabalho, dizendo que foi trabalhar porque havia uma obrigação familiar a cumprir.

Quando eu entrei, por pressão na minha casa pra arrumar um serviço logo, que já estava na hora, né. [...] Então, fui mais por pressão mesmo, porque tinha que ajudar em casa. Por isso, não por vontade, que eu amei, né [irônica]. (Daniela, começou a trabalhar com 16 anos)

a.2) Ingresso na Empresa

O que levou as entrevistadas a trabalharem em confecção foi a oportunidade, não uma escolha, foi o emprego possível, principalmente por não ser exigida experiência anterior.

Eu acho que a gente não faz sempre o que a gente gosta, a gente faz por necessidade, né. Aqui em Amparo não tem muita opção, só quem tenha condição de estar estudando pra ir pra fora, né, para arrumar um serviço melhor, porque aqui em Amparo não tem, é só confecção mesmo. [...] Quando essa empresa chegou aqui em Amparo não pedia experiência, que eles iam ensinar o serviço antes, né, então por isso que eu consegui o serviço lá, também, né, foi o único lugar que eu consegui, porque o resto em todo lugar que eu fiz ficha nenhum lugar me chamou. (Daniela)

É porque eu sai de outra cidade pra mim vim morar aqui, em Amparo, e eu cheguei aqui procurando serviço e não achava o que eu queria, assim... aí eu fiz uma ficha lá, daí me chamou, daí eu fui trabalhar lá [na Vales]. [...] Porque lá [na cidade natal] o serviço que eu fazia, assim, não dava muita coisa, dava muito pouco,... daí, e era temporário, também, o serviço que eu trabalhava lá. Era temporário, daí eu fazia ... tinha época que tinha, tinha época que não tinha e tinha que ficar correndo atrás de outras coisas. Então, aí meu irmão me falou que era pra eu vim morar aqui, pra arrumar um serviço melhor, assim, que lá é cidade pequena, não tem muita opção de emprego. [...] que só tô lá por ...sei lá, não consegui outra coisa. (Patrícia)

De fato, a confecção constitui-se como atividade produtiva em que há pouca utilização de tecnologia em substituição à força de trabalho humano, gerando, portanto, muitos postos de trabalho. Em Amparo, segundo o prefeito da cidade, essa atividade é responsável por cerca de dois mil empregos, mas “é um emprego em geral de baixa qualificação, a pessoa não tem que ter muita preparação”; ele complementa sua análise dizendo tratar-se de uma atividade interessante do ponto de vista econômico, visto que requer baixo investimento para a produção e pela “facilidade de expansão”. No município existem outras oportunidades de emprego fora da confecção, em atividades que também exigem baixa qualificação, como em frigoríficos, e em outras atividades

industriais⁴⁸ mais qualificadas, ou no comércio e serviços, sendo que esses três últimos exigem, geralmente, experiência anterior.

No setor de confecção é comum a contratação de pessoas sem experiência, daí a oportunidade para os jovens. Segundo o empresário entrevistado, a sua empresa prefere contratar pessoas jovens, sem experiência, porque elas irão aprender o modo de trabalho da empresa, não têm “vícios” de outros empregos; também porque os jovens são mais dinâmicos, procuram conhecimento, estão abertos às informações; por outro lado, a sua experiência é de alta rotatividade, pois o jovem, em geral, trabalha no máximo três anos e vai procurar outra atividade, vai “voar”, ele diz, mas muitas vezes volta à empresa mais tarde.

Trabalhar na indústria de confecção é uma oportunidade de emprego com registro e numa função operária, mas com nome de profissão: costureira.

[...] porque costura, nossa, eu adoro costurar, nossa, eu sento numa máquina e esqueço da vida ... embora agora eu não esteja costurando, mas mesmo assim eu gosto do serviço que eu tô fazendo. (Vanessa)

Contudo, esse aspecto não é valorizado por todas as entrevistadas, as quais desejam um emprego melhor do que o de costureira.

Mas eu sabia, por boca das pessoas, que lá era um lugar ruim pra se trabalhar. Eu fiz uma ficha lá mas não na intenção de trabalhar lá realmente, pra ver se eu tinha capacidade, entendeu, de ser chamada pra trabalhar em algum lugar. (Viviane)

[...] Eu queria, assim, ... ter um serviço melhor ... nossa, poder ajudar os meus pais. [...] A, eu tenho vergonha de falar [que é costureira]. Eu queria falar que eu tenho, ... aí, sei lá ... trabalhar em outro lugar, né, aí, costureira, eu ... sei lá, ...A idade minha, assim, parece que não combina muito. ... Aí sei lá, não queria ser costureira não. Parece que é uma coisa mais de pessoa mais de idade. Sei lá, eu não tenho muita opção, mas eu tenho vergonha de falar, eu tenho vergonha. Se pudesse falar assim ... não eu

⁴⁸ O setor industrial é responsável pelo maior número de empregos do município e o maior rendimento salarial médio

que fala assim, que eu sou costureira, que só tô lá por ...sei lá, não consegui outra coisa. (Patrícia)

b) CONSEQÜÊNCIAS

As jovens entrevistadas revelam que o trabalho promoveu mudanças em suas vidas, não se referindo apenas à aquisição de aspectos positivos: aprendizado operacional e de valores morais; mudanças em seu modo de ser nas relações interpessoais, como algo que elas mesmas condenam, a agressividade, ou que as ajuda, a extroversão; e a inserção no consumo, que às vezes as comprometem.

b.1) Aprendizado Operacional

As jovens falam que aprenderam o trabalho em seus empregos, aprenderam o fazer operacional.

Aprendi, sim, aprendi bastante coisa, né, e aprendi também o serviço, a trabalhar, porque costura, nossa, eu adoro costurar. (Vanessa)

Eu acho que assim, eu não costurava, nunca tinha costurado, aprendi a costurar. [...] Em casa de família, nada, ... aprendi assim, algumas coisas, cozinhar mesmo. (Patrícia)

Aprendi, depois de todo esse tempo, né. Aprendi a mexer em algumas máquinas, a lidar com as pessoas, trabalhar em equipe, que não é fácil, cada cabeça pensa de um jeito, né. A, é só isso mesmo, as máquinas e a equipe. (Daniela)

Por vezes há uma valorização de um aprendizado, como operar um computador para a impressão de etiquetas, por ser uma tarefa que se diferenciava numa função de embaladora.

E ganhei experiência também. Aprendi. No computador também, porque eu imprimia etiquetas, eu que fazia as etiquetas. Foi isso que me ensinaram também, foi isso que eu aprendi. (Denise)

Em relação ao aprendizado específico do trabalho, as entrevistadas falam de um saber fazer pontual: operar (algumas) máquinas. Como costureiras, não aprenderam a costurar, aprenderam a executar operações dentro de um processo de montagem de peças: colocar viés, colocar barbatana, “bater cravete” etc.

[...] Então a gente apanha bastante sim, eu posso ter 20 anos lá eu vou estar sempre aprendendo, porque toda semana vem modelo diferente, a gente não fica um mês fazendo a mesma coisa, sempre ta mudando. [...] Então, a gente tá sempre aprendendo, independente de ser velha ou nova, a gente tá sempre aprendendo lá, não tem como ficar numa operação só porque eu quero, nem sempre vai ter aquela operação para mim fazer, porque depende do modelo. Tem sempre as coisas assim que é o essencial, fechar fundo, isso sempre vai ter, porque faz parte.

Tem série que eu vou bater cravete, tem série que eu fico no overlock, tem série que eu faço o viés. [...] Tem série lá, que ela colocava eu pra fazer, dar o nó, que aquela lá era uma loucura, que tinha o laço aqui no meio, no pescoço e nas costas, então totalizando dava, dois, quatro, seis, vinha um saco desse tamanho assim [mostra a altura do saco, na cintura], [...] que vinha quase dois mil nó, então aquilo lá tem que correr pra ficar dando nó, eu fazia operação de dar o laço pra casar o lado [...], tinha um outro que era casar o pacote que você amarra [uma peça na outra], e cortava e refilava, e eu marcava três vezes no refilava, que eu cortava no meio, no pescoço e nas costas, aquilo, nossa, eu saía com o dedo, né.

[...] quando eu peguei o jeito, o que que a mulher fez lá - eu já tava com três operação, né - colocou mais uma pra mim, bater cravete ainda, eu tenho que correr lá do meio [da linha de produção] lá pra bater o cravete do final. (Daniela)

b.2) Valores Morais

Valores morais aparecem também como aprendizado no trabalho, como expressado por Vanessa, que tendo começado a trabalhar muito nova, considera importante o trabalho, onde aprendeu a responsabilidade, além da profissão de costureira.

[aprendi] bastante coisa, né, principalmente a ter responsabilidade com as coisas, a dar valor ao dinheiro, né, porque aí você mesmo compra suas coisas, então, você começa a dar valor, né. Aí depois que casa mais ainda, né.

[...] Eu acho muito importante sim o trabalho, né, mesmo porque, igual eu falei, a pessoa começa a trabalhar cedo, tem, cria uma certa responsabilidade, né, tanto é que sabe usar o dinheiro melhor,

*aproveitar o dinheiro melhor também, né. Então é importante, sim.
(Vanessa)*

As jovens entrevistadas revelam a apreensão de significados morais do esforço pessoal, como Viviane ao falar das irmãs mais velhas. A crítica às irmãs tem relação com o fato de que ela inseriu-se no emprego possível, para ter um registro em carteira, e antes disso fez diversas atividades remuneradas.

Nunca trabalharam [registradas]. Assim, eu acho assim, elas falam que não acham emprego, não é que não acha, vai da força de vontade da pessoa. (Viviane)

b.3) Agressividade

Viviane e Daniela relatam que o principal aprendizado que tiveram na empresa foi a agressividade, como reação ao modo como são tratadas.

Eu aprendi a fazer várias coisas, [cita um produto da empresa] aprendi a ser agressiva também (ri), com quem é comigo, entendeu. [...] Agressiva, é a forma de falar, forma de conversar, entendeu. Porque ali a gente trabalha em grupo e a líder sempre gosta de criticar. Só que é assim, todas abaixam a cabeça, e eu sempre abaixava a cabeça. [...] antes eu abaixava a cabeça e ficava quieta. Só que eu acho que você está no local para trabalhar, você está no local de trabalho é para trabalhar, com certeza, não pra estar levando xingo e nem humilhação de ninguém. Eu acho assim, se você está fazendo o serviço errado a pessoa tem que chegar e falar: tá errado, é assim. [...] E eu me sinto no direito, entendeu, de criticar também esse tipo de pessoa. (Viviane)

Aprendi a lidar com as pessoas, como ser estúpida (ri). Essas coisas eu aprendi bastante, né. [...] Porque você vai vendo quando o povo começa a querer deitar nas suas costas, fazer corpo mole, não fazer o serviço e jogar para você, então você já começa a ficar meia ligada nas coisas e quando o povo tá inventando coisa de você. Então você começa a ser né, a agir igual também. Ou a dar corda pra ver até onde vai, né, pra ver se se enforca uma hora. Então eu vou dando bola até ... aí que cheguei nesse ponto, né, de dar corda, né, e eu ficar ruim, por causa das pessoas. (Daniela)

b.4) Extroversão

A experiência de trabalho foi importante no sentido de desenvolvimento nas relações interpessoais, ajudando a se abrirem mais com as pessoas, no caso de duas das entrevistadas.

Eu acho que eu fiquei mais assim, extrovertida, né, porque antes eu era muito calada e lá eu tive bastante amigos, então eu aprendi a desenvolver mais a fala, porque eu era muito fechada. Acho que o de bom que aconteceu foi isso. Fiquei mais extrovertida. (Denise)

Aprendi a ficar mais esperta um pouco, ficar mais assim, a conversar mais com as pessoas, eu era muito quieta, não sou muito de conversar, sou tímida, então ... (Patrícia)

b.5) Consumo

A inclusão no mundo de consumo caracteriza-se como uma forma de exploração que é permitida pelo trabalho. Como conta Viviane, que encantada pela facilidade de consumo oportunizada pelo crédito, insere-se numa teia de endividamentos.

Eu sempre tive tudo, sempre mantive minhas contas em ordem, hoje é uma bagunça, entendeu, eu gasto muito, e até acabei me enfiando em empréstimo – com 17 anos, você acha, devendo pro banco, mas graças a Deus agora eu estou pagando. Mas é vivendo e aprendendo, né.

Você tá trabalhando registrada você tem mais oportunidade de abrir crediário numa loja, e aí você vai gastando, gastando, quando você vê o que você tá ganhando não dá pra pagar as contas que você fez. (Viviane)

c) QUALIDADE

Ao falar de suas experiências de trabalho as jovens destacam três dimensões para qualificá-lo: em uma dimensão técnica aparece a atividade mecânica, mostrando um trabalho vazio de conteúdo; em uma dimensão relacional mostram o desrespeito e a exploração no cotidiano dentro das empresas; o aprisionamento num trabalho que ocupa o cotidiano.

c.1) Atividade Mecânica

O trabalho das jovens costureiras entrevistadas consiste em executar operações em máquinas de costura, montando peças, de olho nas metas de produção. Elas referem-se ao trabalho pelas operações, pelo cotidiano da produção, pelo sofrimento, mas nunca pelo produto do seu trabalho, ou melhor,

para elas o produto é atingir a meta de produção e não a peça pronta. Costurar é operar máquinas, montar peças; não dominam o processo completo: moldar, cortar, montar, fazer o acabamento.

Aprendi a mexer em algumas máquinas. [...] Tem máquina que eu não sei trabalhar. Porque você fica muito tempo num serviço, você pega prática daquele serviço, você tem os macetes daquele serviço, porque cada menina faz uma coisa ali, ou três coisas, vamos por. (Daniela)

[...] é um outro tipo de viés, só que é um viés que vem debaixo da máquina, que aí tem uma abertura no meio, que eu coloco um negócio que chama barbatana, parece um ferro, vai na lateral aqui. Aquilo lá também viu. ... Nossa! E dói a mão, porque você vai enfiando assim fica tudo ... chega a inchar, sabe, o dedão assim. [...] Nessa série mesmo que eu falo pra você da barbatana, quando eu comecei a pegar o jeito – que eu nunca tinha trabalhado naquela máquina, que é máquina que tem duas bobinas, uma de cada lado e duas agulhas, ela nossa, e vem o viés de baixo, eu não conhecia ainda, por isso que a gente ta sempre aprendendo, né – quando eu peguei o jeito, o que a mulher fez lá - eu já tava com três operação, né - colocou mais uma pra mim, bater cravete ainda, eu tenho que correr lá do meio lá pra bater o cravete do final.

[...] eu coloco o viés aqui, aí você vai passando num monte de vão assim, e o aparelho que você enfia ele com o estilete, que é bem fininho o negócio, você enfia, puxa, ele já dobra certinho, você encaixa lá, costura. (Daniela)

Elas mostram nas entrevistas como o processo produtivo na confecção é organizado dentro do modelo taylorista - apesar da incorporação das células de produção, como ocorreu na empresa Vales - com controles rígidos da produtividade; cada célula é organizada como uma linha de montagem e é composta por trabalhadores multifuncionais; nas confecções que não operam com células, a linha de montagem envolve toda a fábrica, havendo setores separados para cada etapa do processo e no setor de costura cada costureira com uma operação.

Quando ela pegava o hora-a-hora [a verificação de produção individual que a líder faz a cada hora] que tava muito abaixo, isso no dia mesmo, ela dava a prancheta pra uma passar pra outro para ver, sabe, “a fulana tá baixa, é ela que tá prejudicando a gente porque não tá saindo”, sabe. Isso daí já, nossa, dá um nervoso, né. Porque tem hora que a máquina quebra e a gente perde tempo por causa disso, não leva em consideração isso daí, ou quando vai

trocar de linha, quem lança [inicia o processo de produção no grupo, fazendo as operações iniciais de montagem] sofre porque tem que separar a carga, que eles encostam a caixa lá e a gente que tem que separar o tamanho, tudo, perde um tempo também; isso não tá contado, não cronometra isso daí, isso ninguém vê, entendeu. [...] Porque você fica naquela pressão, porque como é por hora, fala nossa, se eu não entrar a tal hora eu vou perder, né, como que eu vou conseguir arrumar? [...] Aí tem uma folha com os nome, aí na frente o tanto de peça por hora que tem que fazer, ela marca, vamos por, 340 por hora, aí tem cada operação, então vamos por quando eu fechava o laço, aí tem o laço, refilar e virar, três operações, aí você tem que marcar de cada, eu fechei 100, refilei 50 e virei tanto, de 340 eu fiz 200, vai dar 60% só, é pouco, aí já sai em vermelho lá, aí passa a canetona amarela. É pouco pra eles, mas pra gente que correu, foi bastante, né. (Daniela)

Sai um pacote de 30, só que na realidade eu faço 60, isso que eu não acho justo. Porque eu tenho que passar aquele negócio, cortar, em cima e em baixo, deixar rente, e colocar a barbatana, são três operações que eu faço numa máquina só. Então, aquele negócio lá, é isso que acho errado lá na empresa, porque eles falam que tem o tempo, que é estudado aquilo, que não sei que tem, que vem a pessoa cronometrar a gente; só que, nem aquilo lá, como eu faço dois lados, direito e esquerdo, teria que ser contado dois, não um só, porque eu tô demorando, é 30 que eu marco, eu faço 60 pra marcar 30. O nó você faz 120 pra marcar 60, ou 30, porque depende se é dos dois lados ou não. Então, é uma coisa que você perde o tempo e não pode marcar, é impressionante, sabe. (Daniela)

É muito pacote para 60%. Às vezes, dependendo da série, se a gente tirar 20 pacotes dá 90% [da meta], agora esse é muito, 60% tem que tirar 26, nossa é muito pacote. Nossa, é difícil. (Patrícia).

Você imagina a correria de cortar, casar pacote, levar pacote pra verificar, voltar, sabe, o dia inteiro. E eu não dava conta de dar produção, nunca dei e ela [a líder] largava pra mim sozinha, não dava conta; sempre tinha menina que tava folgada com duas operação e eu com cinco, entendeu, umas coisa assim. [...] tem que correr pra fazer outra coisa, não dá tempo, em uma hora não dá pra fazer tudo, sempre fica pra hora seguinte e vai acumulando, né. (Daniela)

Denise não conta muito sobre o trabalho que fazia na Flamas, não refere incômodos ou prazer na tarefa de embalagem propriamente dita ou quanto à produtividade exigida, mas aponta como principal problema o carregamento de peso e mostra a multifuncionalidade exigida dos trabalhadores na atualidade.

Eu trabalhava numa confecção, Flamas, eu era embaladora, eu embalava as roupinhas de bebê. Eu tirava etiqueta no computador, também, fazia de tudo um pouco lá.

Se era umas 600 peças, dependendo do modelo da roupinha era assim, duas horas, duas horas e meia, para fazer. [...] fazia de dez em dez e amarrava. [...] Tinha que buscar os sacos de roupinhas para embalar. Aí tinha que descer escada com o saco até a boca, cheio de roupinha, daí descer escada, colocar no carrinho. (Denise)

Como o trabalho na Vales é desenvolvido nos grupos, tendo cada um suas metas diárias a cumprir, o trabalho em equipe é considerado importante, e Daniela mencionou que aprendeu a trabalhar em equipe, mas ao mesmo tempo ela fala de como essa equipe não é real na maioria dos grupos da empresa. E Patrícia reforça a idéia quando conta de seu difícil relacionamento com as colegas de trabalho.

Eles falam que tem que trabalhar em equipe, só que na verdade o esquema ali, eles fazem de um jeito pra uma ficar querendo puxar o tapete da outra. Eles falam, fazem reunião: não, porque vocês tem que trabalhar em equipe, porque não sei que tem; só que uma quer derrubar a outra lá dentro. [...] Coisa que num pensamento de equipe não é assim, fala não se me sobrar um tempo eu vou ajudar você, eu vou ficar coçando aqui, pelo menos sai mais rápido, só que não é assim. (Daniela)

Pô, tá sem fazer nada lá, vai fazer no final, pega o meu serviço, pra mim poder passar pra ela, né, não, mas prefere arrumar intriga. (Daniela)

Pô, faz um negócio pro grupo ficar legal, não pra prejudicar mais ainda. Fala “a, eu to sem peça”, precisa ir falar, parece coisa de creche, isso que me irrita, seja uma profissional e vai fazer então, tem outra máquina, senta e faça, ajuda. Não, porque começou você tem que dar conta, entendeu, e fica lá coçando. (Daniela)

E eu tava nessa operação fazendo o final eu sofria, né, porque final tem que soltar, parava tudo na minha mesa lá, como que vai verificar. E aí já começa, né ... a sair até pipoca, né, você vai empipocando a cabeça, aumentando assim aquele ódio que dá, que você, que fica gente batendo papo e não ajuda. (Daniela)

[...] as colegas de trabalho que faziam fofoca direto, que às vezes quer ferrar a gente, humilha assim, fala as coisas... [...] Às vezes você tá fazendo uma coisa, assim, tá bem, elas que por as coisa pior pra você fazer. Você está indo tranqüila, aí elas vem, não consegue fazer o serviço delas e joga pra gente ... (Patrícia)

Eu procuro me preocupar também [com o prêmio de produção], por causa que as meninas né, senão se eu não me preocupar, as meninas também tá sempre correndo pra ganhar, senão eu acabo atrapalhando elas, por isso que eu tenho que tá sempre correndo também.[...] Mas, a gente não pode parar, se parar atrapalha as outras também. (Patrícia)

A literatura aponta que, de fato, o trabalho em equipe em células de produção mantém a organização em tempos e métodos e os postos individuais de trabalho, caracterizando-se como uma atualização do taylorismo-fordismo, em que ocorre o controle de um trabalhador sobre o outro. (BERNARDO, 2006; MARX, R., 1998; LINHART, 2000; Jinkings e Amorim, 2006). Para alguns autores a dicotomia entre um discurso de trabalho em equipe e uma prática de individualização das relações de trabalho estimula a competitividade entre os grupos e os trabalhadores (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 1999, *apud* Bernardo, 2006; Jinkings e Amorim, 2006).

Patrícia percebe que este trabalho taylorizado não acrescenta nada em sua vida, não há um aprendizado importante, é só sobrevivência.

A única coisa que é ruim de lá que não tem o que tirar nada, o que eu aprendo lá não é uma coisa de você vai levar pra casa pra pensar, refletir. (Patrícia)

c.2) Desrespeito / Exploração

O aprendizado da profissão aparece na sua face de exploração, como mostra Daniela.

Então, a gente ia aprender, entre aspas, né. A gente tava aprendendo a profissão [...]. A gente já tava produzindo lá, nem que fosse 10, 20 peças, mas estava produzindo, que era pra vender. Mas não recebia nada disso daí... [...] Que na época a gente encarou como se, pô, foi um favor que eles tavam fazendo porque tavam chamando a gente pra aprender, então a gente achava que era certo aquilo, como a gente tá aprendendo então não tem que receber. Só que agora o povinho que tá entrando já entra recebendo. (Daniela)

As jovens não questionam o trabalho em si, enfrentam as tarefas, mas alguns aspectos da organização do trabalho e o relacionamento tenso e

ofensivo que existe dentro da empresa são vividos como desrespeito e exploração.

É gostoso, se eles não exigissem tantas peças, né. (Daniela)

Irritada! [...] Com o estilo deles trabalhar com a gente, né. ... e com as meninas [as colegas de trabalho] também que são, né... [...] A, eles ficam cobrando coisas que é impossível da gente fazer, não tem condição; quando a gente atinge a meta que eles querem, eles pedem mais. Já foi difícil pra chegar naquilo, né, e eles pedem mais é mais difícil ainda. (Daniela)

É uma ofensa, né. E por aí vai outras coisas, né, o tom que falam ... Dá pra falar baixo, mas tendo autoridade, não precisa gritar pra ter autoridade, eu penso assim. Porque um grito lá, só vai assustar a gente, deixar a gente com medo, mas não vai impedir da gente continuar fazendo as coisas erradas, né. (Daniela)

Ou que nem, quando trabalha com viés, que é um inferno, assim quando falta. Quando eu vejo que vem aqueles rolinho, eu tenho vontade de jogar na parede, porque é um negocinho desse tamanho assim, a gente que trabalha com produção não tem condição. [...] Dá vontade de morrer quando eu vejo. Dá vontade mesmo, porque eu sei que eu tenho que tirar aquele xis no dia, eu perco tempo de ficar trocando [...]. Aí quando falta, porque tem que jogar tudo fora que tá com defeito: "Porque você desperdiçou". Só que eu não posso por aquele viés na peça, porque tá com defeito. Então, eu não sei o que eles querem que a gente faça, a gente fica perdido, você não sabe se você faz com aquele ou se não, né, se você vai falar você leva carcada. (Daniela)

E nesse momento que eu trabalhando, várias pessoas criticam, xingam. Como eu posso dizer, tem várias formas de agressões, assim, moralmente, entendeu. E eu me sinto acuada. [...]
[...] eles gostam de pisar, pisar, como você fosse um escravo, mas não é nada disso. [...] porque querem uns ser melhor que os outros, entendeu. (Viviane)

Ela [a chefe] ofende muito você, ela faz, o grupo não tá dando produção, ela faz reunião com o grupo, ela ofende até sua mãe, seu pais, as pessoas que não tem nada a ver, a tua casa, se você faz algum serviço errado ela fala: ai, sua casa dever ser um lixo; esse tipo de coisa, sabe, que não tem nada a ver com aquilo. [...] Até chegou uma época que as meninas esperavam ela lá fora pra bater nela. Não bateram porque ela tinha que entrar e sair de lá de carro ... Mas ela é terrível. (Vanessa)

As falas das entrevistadas referem-se a humilhações vindas das líderes, das colegas e da chefe. Parece haver uma tensão nas relações interpessoais dentro dessa empresa Vales, que opera em cadeia de ofensas e humilhações, iniciando-se pela chefe (ou encarregada, como algumas se referem – trata-se da pessoa responsável pela unidade fabril de Amparo), passando pelas líderes de grupo e chegando nas colegas.

Tão sempre contratando porque é difícil quem consiga. Muitas meninas se sujeitam a isso porque, meninas que querem ir pra líder, então se sujeita a isso pra crescer. Mas a minha líder mesmo falava que quando a chefe lá, né, quando fazia reunião com elas diz que chegava até a chamar elas de verme. [...] aí chegava e descontava nas meninas. (Vanessa)

A pressão delas [das líderes de grupo] é pior, também, em cima delas, elas sofrem muito mais, a gente sofre mas elas também sofre muito mais que a gente, da pressão das pessoas acima delas. [...] Sei que elas passam pior. (Patrícia)

Também não dá pra culpar elas também, porque elas [as líderes] sofrem a pressão muito mais do que a gente, se for ver. Só que eu acho que elas têm que por a mão na consciência e ver que nós somos seres humanos também e sentimos igual a elas, né, então não tem que ficar falando certas coisas, tem que se controlar. (Daniela)

Só que eu já passei lá por algumas humilhações. Assim não por conta das líderes, lá, foi mais em conversa com as meninas. Eu mesma não tive nenhum problema com as pessoas de lá, com as líderes, só mesmo as colegas de trabalho que faziam fofoca direto, que às vezes quer ferrar a gente, humilha assim, fala as coisas. (Patrícia)

Ali, acho que só isso, se mudasse, de respeitar um pouco o próximo - que isso tá na Bíblia, né, mas ninguém se respeita mais – já seria o primeiro passo já, que elas mesmas, elas não tem amor próprio, né, então é impossível amar ao próximo, né. [...] Mas já seria um passo, né, respeito, só isso, respeitar só. (Daniela)

Por vezes, essa situação é tomada pelas trabalhadoras como características das pessoas que estão ali, como se a empresa não tivesse qualquer responsabilidade sobre ela. Contudo, é difícil imaginar que a direção da empresa não tenha conhecimento da forma como a chefe lida com os funcionários na fábrica; parece uma característica de gestão, arcaica, que faz

sofrer as trabalhadoras, que mantém um alto índice de rotatividade de costureiras, mas que parece garantir os interesses da empresa ou já teria sido modificado.

Esse negócio da orelha aí [a líder de grupo puxou a orelha dela porque estava conversando], não tem nada a ver com a empresa, é a pessoa que estava lá. (Daniela)

Vanessa trabalha desde os doze anos de idade e tem experiência em diversas empresas da cidade, incluindo três confecções, trabalho de costura em domicílio, frigorífico e padaria. Isso lhe permite tecer comparações, nas quais mostra que a confecção Vales (onde trabalhou por um ano e seis meses, até um mês antes da entrevista) é o pior lugar para se trabalhar, na sua opinião.

A Vales, como é muita pressão em cima acho que afetava muito o sistema nervoso então dava essas dor [...] Mas agora que eu tô trabalhando ali [trabalha atualmente na Malhas], é um lugar mais calmo, ninguém fica no pé, então não tô sentindo mais nada. [...] Porque lá nossa [na Vales], eles pegam muito no pé, é uma coisa muito ... tanto é que eu trabalhei um ano e meio lá e saí porque eu ficava doente de trabalhar naquele lugar. E agora, onde eu estou, nossa, você trabalha sossegada, os patrão fica o dia inteiro perto, mas, assim, trabalha tranqüila, eles não fica no pé, então não tô sentindo nada, graças a Deus.

[...] No X. [frigorífico] era bem sossegado, a gente nem via direito a cara do encarregado, né, era bem sossegado, você tinha de dar a produção, tinha de dar produção da noite, né – que eu trabalhava à noite. [...] Era 450 pacotes por noite, né, então você dava a produção. [...] atingia [a meta de produção] era tranqüilo, tinha menina que tinha mais tempo lá, atingia 600, 700 embalagens.

[...] Na Vales não, a cada 10 minutos você tinha que tá pulando numa máquina, nem tempo de ir ao banheiro não dava. É uma costura muito delicada e eles exigem muito da costureira, então não tem condições de alcançar [a meta de produção]. [...] Coisinha assim muito bem feita, delicadinha e não tem como você fazer um serviço desse muito correndo, então tem de ser uma coisa mais lenta, mas eles não quer saber disso, eles querem que você dê produção. Agora, igual na Flamas, não, na Flamas eu dava produção, porque o serviço já é um coisa mais fácil, uma coisa que já não é com tanta delicadeza que você faz, né. [...]

E tem gente que trabalha lá [na Vales] por muitos anos (ri), mas agüenta muita coisa ... que eu já vi coisa ali. [...] A chefe mesmo ali, ela não tem um pingo de educação para falar com a gente. [...] ofende, ofende muito, humilha muito as pessoas, é um absurdo o que ela faz. [...] Porque o serviço em si lá não é muito ruim, até uma coisa que é novidade, né. É outro tipo de costura, outras máquinas,

então você acaba gostando do serviço por aprender coisas novas, né. Mas o sistema de trabalho deles lá não dá pra ficar não.
(Vanessa)

Em sua entrevista uma das médicas de saúde da família (conforme mencionado no capítulo cinco) também aponta uma diferença no tratamento dado aos empregados em duas confecções, o que ela apreende pelo que suas pacientes lhe trazem em consultas e pelo fato de ter mais casos de doenças relacionadas ao trabalho de funcionárias da empresa Vales.

A violência moral vivida pelas entrevistadas aparece exacerbada na empresa Vales, que se diferencia nesse aspecto de outras confecções da cidade, ainda que em termos de organização do trabalho todas elas caracterizem-se como processos de trabalho alienantes.

A violência moral no trabalho (Barreto, 2003 e 2005) tem sido denominada de assédio moral, termo usado juridicamente, e objetiva o controle sobre o trabalhador. O assédio moral pode ser definido como uma conduta abusiva, por gesto, palavra, escrita, comportamento, atitude, que fere a dignidade e a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho, de forma intencional e freqüente (BRASIL-MTE, 2007). Barreto (2005) conclui em sua tese de doutorado que o assédio moral no trabalho é uma forma sutil de violência que ocorre em todas as regiões do país, atingindo ambos os sexos, todas as categorias profissionais e diferentes raças, mas se manifesta com variações de táticas, motivos e conseqüências.

O assédio moral gera “sofrimento intenso marcado pela humilhação e medo” (Barreto, 2005), como relatado pelas jovens entrevistadas nessa pesquisa, que se caracteriza como “sofrimento ético-político por ser imposto socialmente e atuar nas emoções debilitando moral e fisicamente o sujeito” (Barreto, 2005).

c.3) Aprisionamento

Mesmo desejando um emprego melhor, há uma dificuldade em procurar outro local de trabalho enquanto estão empregadas e há dificuldade em deixar o emprego não tendo outro para começar, pois a situação de desemprego não é possível para a maioria. Denise pode passar por esta situação, deixando o emprego para não prejudicar ainda mais a sua saúde, mas é uma exceção dentre as entrevistadas e outras trabalhadoras; a maioria agüenta o trabalho por não ter condições de ficar sem um salário.

Aí eu não saí, porque não tinha tempo, quase não tenho tempo pra sair para procurar emprego, assim. Fico só nesse. Porque na maioria dos lugares se a gente for levar currículo, a gente tem que ir num outro horário, conversar; melhor a gente do que uma outra pessoa ir pra gente. Daí eu não tenho jeito de sair do serviço pra mim ir. Então, por enquanto eu tenho que ficar agüentando.
(Patrícia)

O aprisionamento é revelado às vezes pelo seu inverso, isto é, ao falarem da liberdade possível num emprego, em contraposição a uma outra experiência. Ao falar da experiência de costura no sistema domiciliar Vanessa e Viviane revelam a maior liberdade num emprego não formal, onde têm tranqüilidade trabalhando sem pressão, embora os direitos trabalhistas tenham peso maior.

Ah, em casa não tem muita vantagem... igual ela era uma oficina de costura, tava começando, então ela não podia registrar, não podia pagar um salário igual eu ganho ... mas também, né, é uma coisa que você tá em casa, né, mais sossego, não tem ninguém pegando no pé, né, mas acho que a confecção por ter registro, essas coisas é melhor, né. (Vanessa)

Era em fábrica, mas era fundo de quintal, sabe assim, terceirizando, e a gente dividia o que a gente ganhava, era eu e mais uma, aí a gente dividia o salário. [...] Ia todo dia, cumpria horário. Porque a gente, eu e ela, tinha uma amizade muito forte, se um dia eu precisasse faltar, porque eu tava doente, porque era na casa dela mesmo que a gente trabalhava. A gente fazia almoço na casa dela, ali mesmo a gente almoçava. Nós era muito amiga, entendeu, a gente se unia pra dar o melhor da gente pra chegar no final do mês e ter um bom resultado, em termos de dinheiro. [...] Ali era por peça, quanto mais produzia, mais a gente tinha. (Viviane)

Mas Vanessa fala de uma liberdade possível num emprego formal, expressa por não haver pressão direta sobre ela no trabalho – “ninguém pegando no pé”.

Igual onde eu estou, assim, que ninguém pega no pé, eu trabalho sossegada, dou minha produção pra eles, então, eles estão contentes comigo, graças a Deus, também, então. (Vanessa)

c.4) Salário

O salário é referido diretamente apenas por Patrícia, quando compara o atual com salários anteriores. Mas todas as entrevistadas referem-se à necessidade de trabalhar para o sustento, demonstrando, portanto, que o salário compõe o sentido do trabalho.

Em parte, assim, em termos de salário melhor agora, porque lá eu ganho mais. Porque trabalhar em casa de família, eu não era registrada e ganhava pouco. Então, agora eu ganho mais, então já é melhor. (Patrícia)

d) DOENÇA

As entrevistadas falam das doenças que desenvolveram como consequência do trabalho e essa situação além da dor acarreta sofrimentos adicionais, como a dificuldade de produzir e os temores quanto ao futuro. Todas elas estão com lesões caracterizadas como distúrbio osteo-muscular relacionado ao trabalho (LER/DORT).

[...] um lado que eu não acho muito bom foi eu ter os problemas, que eu entrei lá e agora tô com problema no braço, com a tendinite, e sinto, assim, dor e mesmo assim eu tenho que tá trabalhando, porque eu preciso do serviço. [...] já tem ... mais de um ano que começou essa dor no meu braço. ... começou ... assim no começo meu dedo ficava inchado, vermelho, nossa doía muito. Só que também por eu não procurar, aí foi piorando, sabe. Começou no dedo, depois foi subindo no braço, agora dói tudo, assim. [...] porque agora que eu comecei a tratar, me tratar. Agora que eu tô vindo procurar mesmo por isso, porque ... aí teve uma vez deu forte mesmo eu pedi pra ..., aí eles “não faz pouco tempo”, aí eu pedi, porque eu não agüentava, não dormia mais de dor. (Patrícia)

Já passei por vários problemas, lá na empresa, tô com problemas de saúde, só que tô tratando, né. E agora eu estou afastada, tá pra mim voltar. E ... sei lá, resumindo, eu tô procurando fazer o tratamento, porque eu sou nova ainda, eu quero melhorar, não quero ficar com problemas mais graves, né, mais pra frente. [...] Aí foi o ponto decisivo pra mim falar chega, chega não agüento mais, vou procurar meu tratamento, que eu não vou ficar doente a custo de nada. [...] Há anos que eu tô assim [com dor], que eu não dava importância, não levava a sério, só que agora comecei a levar a sério. [...] Depois quem que vai cuidar de mim, ninguém, né. Ainda mais a gente que vive de salário, a gente não tem nenhuma outra renda, então, eu vou cuidar de mim agora. (Daniela)

[...] Pra mim que estou com problema no braço, que eu tenho dor, se eu ficar forçando muito dói mais, é mais difícil ainda, parece que eles cobram mais ainda, é impressionante, né, que você faça mais, sendo que você não consegue. Não é questão de querer, né, é de não poder mesmo, não dá. Dá pra fazer mas num limite, mais do que aquilo não consigo. Daí nisso, quando a pessoa começa a cobrar, a gente fica, começa o estresse, né. Porque você quer fazer, mas você não vai, já tá tudo doendo, latejando, né, aí você não consegue fazer, não é graça, não é corpo mole. (Daniela)

Porque deu um probleminha no braço e eu estava com muita dor. Depois, quando era pra mim retornar a trabalhar, como eu não queria retornar lá trabalhar eu tive de pedir a conta, porque eles não queriam me mandar embora [ela estava com estabilidade legal em função da doença do trabalho registrada]. [...] Porque eu ia continuar com a dor no braço, né, porque era muito peso que carregava também, descia escada com o saco, muito pesado, aí ia agravar mais, né, então eu resolvi sair. (Denise)

E em relação ao meu problema – porque eu tenho tendinite no punho esquerdo – eles não acreditam, aí eu fui pro INSS e meu caso não foi reconhecido e eu voltei a trabalhar. [...] Aí eles, o dr. C. me deu uma receita constatando que eu não podia voltar a costurar, por causa do meu problema, e nem fazer esforços repetitivos, aí me colocaram no almoxarifado, e aí ficaram, sabe, me jogando de um lado, me jogando pro outro, então eu não tinha lugar certo de trabalhar e todo mundo ficava mandando em mim, entendeu. (Viviane)

A Vales, como é muita pressão em cima acho que afetava muito o sistema nervoso então dava essas dor, nos braços, nas costas, nas pernas, no quadril, era assim, sabe, andava pelo corpo inteiro. (Vanessa)

A pressão do tempo e por metas de produção no trabalho também levou algumas delas a uma infecção urinária, por não fazerem pausas suficientes para

ir ao banheiro. No caso de Daniela também havia o nojo de utilizar o banheiro da empresa, porque o considerava sujo, mas ela diz que a limpeza melhorou nos últimos meses.

Peguei uma infecção de urina, sabe, nem fui no médico, eu passava dor lá, sofria lá, mas não fui no médico de jeito nenhum. Aí, até um dia que eu não agüentei, que eu não agüenta a dor e aí tive que pedir pra ela liberar eu pra mim poder ir no médico, nossa! eu não agüentava. [...] acho que ... porque também eu não tinha muito tempo para urinar, era muito corrido, eu ficava com medo, assim... era muito difícil eu ir ao banheiro, não dava tempo. Aí acho que foi, sei lá, ficava segurando muito, sabe. Acho que fez ficar os problemas que eu tive de urina. (Patrícia)

Só que agora eu estou indo [ao banheiro] porque eu sou obrigada, né, coisa do médico mesmo falar que não é legal ficar segurando as 8 horas, né. A, começou a doer, começou a sair queimando eu já sei o que é, porque eu já tive [infecção urinária], né. (Daniela)

Algumas jovens relatam também episódios de estados depressivos relacionados à situação de trabalho diretamente ou como consequência complementar ao adoecimento gerado pelo trabalho.

De ficar sem comer, essas coisas, de ficar trancada no quarto e não querer conversar com ninguém, de tão nervosa que eu ficava. Do relógio despertar e eu já abrir o olho chorando, já de, do medo que você sente de ir no lugar trabalhar. (Daniela)

E em relação ao meu problema – porque eu tenho tendinite no punho esquerdo – eles não acreditam. E, por ninguém acreditar [que sua tendinite é uma doença do trabalho], eu acho que eu tava, sei lá, entrando em depressão. Aí isso vai te levando à depressão, porque todo mundo ali quer te julgar, quer te criticar, falar que você não está trabalhando direito (Viviane)

e) O NÃO TRABALHO

Apesar de todo o sofrimento relatado, conforme visto nas demais unidades de análise, ficar sem atividade, pelo desemprego ou por afastamento na doença, é também um motivo de sofrimento.

Porque olha, você quer saber, a pior coisa que tem é a gente tá parada. Porque eu sempre gostei de trabalhar, eu sempre procuro algo pra fazer, entendeu. [...] Só que eu me sinto muito ruim de ter esse problema e não poder trabalhar. [...] Eu acho que essa vida não é pra mim, doença. Eu não sinto bem. (Viviane)

Nossa fiquei um tempo agora desempregada, em casa, nossa senhora, não consigo ficar em casa. Sei lá, trabalhando você... a, é outra coisa, né. (Vanessa)

O desemprego é também temido por uma questão de necessidade, o que faz com que elas suportem o trabalho atual.

Só peço a conta se eu tiver outro serviço em vista, que esteja certo já, que eu sair dali já começo a trabalhar. Pra mim pedir a conta e ficar em casa também não, sem nada, né, não dá, de jeito nenhum. (Daniela)

Só que como eu falei pra ela, eu preciso do emprego, se um dia arrumar um emprego melhor eu peço a conta, perco tudo que eu tiver de perder e vou trabalhar, dignamente, entendeu. (Viviane)

Porque eu preciso do serviço e eu por enquanto ainda não procurei outra coisa pra mim. E eu tenho que ta enfrentando lá, os desafios de lá pra poder... assim, sobreviver. [...] Daí eu tenho que ajudar nas despesas de casa, também, que a família é grande, né, daí. ...por isso que eu tenho que ... nossa, se eu perder o emprego eu vou ... (Patrícia)

A situação de desemprego, temida pela maioria das entrevistadas, não foi um problema para Denise no início, agora está à procura de emprego, porque considera que está numa idade em que o trabalho é necessário.

Primeiro resolvi dar um tempo, agora eu estou procurando sim, estou à procura. [...] Porque eu tenho muita vontade de comprar as coisas pra mim, não é tudo que meus pais podem me dar, né, também eu já tenho 19 anos, tenho que correr atrás. (Denise)

Estudos econômicos mostram que a situação de desenvolvimento paralisado do país atinge o futuro dos jovens. Segundo Márcio Pochmann (2007), há uma falta de mobilidade do jovem no mercado de trabalho e o desemprego é recorrente, o que impede um reconhecimento profissional futuro.

f) AFETOS

Os afetos em relação ao trabalho são revelados como prazer pela atividade, mas também como sofrimento decorrente dos esforços exigidos, da doença, da exploração e do desrespeito.

f.1) Prazer

O sentido do trabalho como prazer aparece de forma mais direta somente na entrevista de Vanessa e está relacionado ao fato de fazer o que gosta e de ter uma certa liberdade no trabalho atual.

Porque costura, nossa eu adoro costurar, nossa eu sentu numa máquina e esqueço da vida... embora agora eu não esteja costurando, mas mesmo assim eu gosto do serviço que eu tô fazendo. (Vanessa)

Então é importante, sim. ... Principalmente fazer aquilo que gosta, né, é a primeira coisa. Porque também já tentei fazer outros tipo de serviço e não gostei, não deu certo, né. (Vanessa)

Igual onde eu estou, assim, que ninguém pega no pé, eu trabalho sossegada, dou minha produção pra eles, então, eles estão contentes comigo, graças a Deus, também, então. (Vanessa)

Na fala de outras jovens aparecem pequenas alusões a um prazer relacionado à atividade, ou porque o trabalho é como um paleativo, para não pensar na vida. Mas suas falas estão repletas de ressalvas a este gosto pela atividade, revelando o sentido de sofrimento do trabalho.

Eu tô trabalhando, assim, é gostoso, não é ruim costurar, sabe. Em parte eu penso, eu to tranqüila, você esquece da vida. (Patrícia)

O serviço é gostoso, a produção é gostosa, só que ali quanto mais você dá mais eles querem, entendeu. [...] Eu gosto de costurar, entendeu. (Viviane)

É gostoso, se eles não exigissem tantas peças, né. (Daniela)

f.2) Sofrimento

O cotidiano de trabalho é difícil, desanimador e diminui a potência de ação. Muitas entrevistadas contam da pressão que sofrem para produzirem cada vez mais, da atividade que exige esforço físico, das relações de trabalho humilhantes e competitivas que lhes tiram qualquer satisfação e energia, em empregos que não proporcionam bons encontros.

Eles ficam cobrando coisas que é impossível da gente fazer, não tem condição; quando a gente atinge a meta que eles querem, eles pedem mais. Já foi difícil pra chegar naquilo, né, e eles pedem mais, é mais difícil ainda. [...] Daí, nisso, quando a pessoa começa a cobrar a gente fica, começa o estresse, né. Porque você quer fazer, mas você não vai, já tudo doendo, latejando, né, aí você não consegue fazer, não é graça, não é corpo mole. [...]
Então é muito escândalo pra nada, né. São coisas tão idiotas, tão simples de resolver, que é esse tipo de coisa que a gente vai se enchendo lá (Daniela)

Eu costuro, há um ano, só que eu acho que esse não é um serviço propício pra mim, entendeu. [...] O local onde eu trabalho eu não tô trabalhando com vontade, não é uma coisa que eu gosto de fazer, entendeu. [...] Só que ali é assim, da forma como as pessoas vai tratando você, invés de você melhorar seu serviço você acaba piorando cada vez mais, aí você vai perdendo as forças de trabalhar, entendeu. Aí isso vai te levando à depressão, porque todo mundo ali quer te julgar, quer te criticar, falar que você não está trabalhando direito; [...] eles gostam de pisar, pisar, como você fosse um escravo, mas não é anda disso. (Viviane)

Incomoda sim [a pressão por produção], porque você tem ... aí começa a doer o braço, aí já fico desesperada, nossa, já fico ... Aí eu não sei o que faço, se continuo trabalhando ou se ... a minha dor, fica, nossa. Tem cobrança, né, de produção, então, aí tem que ta agüentando a dor pra poder produzir, né. [...] Sempre 100%, sempre tem que dar 100%. Tem que manter aquela quantidade de peças que elas pedem, se você não fizer elas não gostam. Teve uma líder mesmo que eu tive lá, se eu fizesse, ela pedia 60 peças por hora em cada operação, se eu fizesse 59 ela não aceitava. Ela falava que era para eu aumentar e ela não queria nem saber, era pra eu aumentar ... nossa, era demais. (Patrícia)

Daniela e Viviane começaram a trabalhar na mesma confecção com dezesseis anos de idade. Daniela entrou no início das atividades da fábrica na cidade, como aprendiz, num contrato de três meses sem pagamento, até ser efetivada na fábrica, e conta seus primeiros percalços, um sofrimento que se mantém em seus oito anos de empresa.

A, muito ingênua, não tinha noção, primeiro emprego, achava que tudo era certo, né, as cobranças, tem as cobranças, mas era excessivo. Eu pra mim, achava que era normal aquilo [...] Até cigarro, na época eu peguei mais porque eu comecei a trabalhar. [...] ansiedade né, você fica com aquela coisa: nossa, eu vou conseguir? Pra mim sair um pouco, não ficar muito no ambiente, que que eu faço, saia fumar. Que o banheiro eu tinha nojo de usar. [...] Porque era aquela pressão, né, de você não errar. Pô, a gente tá aprendendo, aprendiz, como que você não vai errar. Eu não sabia nem ligar a máquina, que até isso eu tive de aprender, né, eu não conhecia a máquina, então ficava aquela coisa, né. [...] Tinha acho uns três meses que eu estava lá, acho que nem isso, foi bem no comecinho mesmo; porque eu estava conversando com uma colega minha, só que a gente trabalhando normal, né, fica uma máquina de frente pra outra, você vai falar, você está vivo, né. [...] E tô eu lá conversando, daqui a pouco veio, ela puxou minha orelha [a líder do grupo]. [...] Fiquei vermelha, né, todo mundo olhando ... só que eu achava que era normal, não falei nada. [...] Eu achava que era normal, que era da empresa aquilo. Só que agora eu sei que não é, só que agora é muito tarde também pra mim, né. [...] Eu fui errada de não falar nada, também. A, sei lá, é o medo que eles fazem a gente sentir, também. Lá é uma coisa estranha. Só por Deus mesmo, né. .. [...] Agora você imagina, eu to com oito anos e meio lá, todos os santos dias, você agüentando isso. Chega uma hora que você não agüenta, né. Chega, chega, chega não dá mais, bye, tchau, bye. (Daniela)

Viviane, apesar da pouca idade, já entra na fábrica com experiência anterior, trabalhava desde os quinze anos, sem registro, costurando em domicílio com uma amiga, como babá e como manicura. Logo no início da entrevista conta que costura, mas que “esse não é um serviço propício” para ela. Explica que não está trabalhando com vontade, que não gosta do que faz e da forma como as relações interpessoais se dão na empresa.

Várias pessoas criticam, xingam. Como eu posso dizer, tem várias formas de agressões, assim, moralmente, entendeu. E eu me sinto acuada. [...] *A [...]* *que trabalha no escritório, a [...], a própria chefe, entendeu, e até mesmo os funcionários, porque querem uns ser melhor que os outros, entendeu. [...]* *Não é assim, o serviço é gostoso, a produção é gostosa, só que ali quanto mais você dá mais eles querem, entendeu, e as pessoas que trabalham no ambiente não saber fazer a própria [...] como a líder, elas querem ser chefe, não é líder, elas querem ser mais que a gente que tá trabalhando ali como empregado, sendo que elas também são empregadas da empresa. [...]* *Eu gosto de costurar, entendeu. Só que, sei lá, as pessoas que estão em volta de mim, eu acho que deviam melhorar*

a forma de tratar as pessoas, a forma de conversar, entendeu, ser mais delicada, chamar a atenção não com agressividade, entendeu. (Viviane)

Patrícia, que trabalha na mesma empresa das entrevistadas anteriormente citadas, também relata sofrer muito no trabalho com as humilhações, mas fica quieta e sua passividade a deixa visivelmente sem potência – na entrevista apresenta-se de cabeça baixa, fala baixo e sem força, toda a sua postura demonstra vergonha e falta de potência.

Eu tô trabalhando, assim, é gostoso, não é ruim costurar, sabe. Em parte eu penso, a eu tô tranqüila, você esquece da vida, [...] não é ruim. Mas, em parte, lá, nossa, é ... a gente passa muita humilhação, muita fofoca [...]. Você está indo tranqüila, aí elas vem, não consegue fazer o serviço delas e joga pra gente [...]. Esses dias até uma colega falou pra mim que eu e uma outra colega somos as mais bobas, porque a gente escuta e a gente não fala nada, sabe, porque a gente não responde. Não é porque eu não falo nada, porque eu tenho educação, sabe, eu tenho, eu não vou baixar ao nível delas, que elas não têm educação. [...] Escuto e fico quieta. Deixo quieto porque eu penso assim, se eu for discutir vai ser pior pra mim, vai acabar ... ou então as duas mandada embora por justa causa, uma coisa assim. Então eu prefiro ficar quieta, deixo quieta. Aí eu vou pra casa de cabeça quente, mas nossa aí eu tento desabafar com alguma outra pessoas, conversando, pra mim poder, sabe, ... levar a vida ... (Patrícia)

Muitas trabalhadoras dessa mesma confecção almejam “conseguir” ser demitida. Essa esperança aparece no discurso de algumas entrevistadas e também no de trabalhadoras da mesma fábrica em grupos e atendimentos individuais no Cerest. Ser demitida seria um modo imediato para acabar com o sofrimento presente, porque a trabalhadora não tem condições materiais para abrir mão do emprego demitindo-se e a única forma que enxergam para romper esse sofrimento seria sair da empresa.

No Brasil inteiro com certeza, acho que é o único lugar que a gente quer ser mandada embora [...] a pessoa dá risada quando é mandada embora, não chora, ela ri, fica feliz. (Daniela)

Eu tive algum problema, fiquei afastada, tive aquela fibromialgia que eu te falei, aí quando eu voltei eles me dispensaram. Mas nossa, dei graças à Deus. [...] Eu só não sai antes porque eu estava gestante. Como que eu ia procurar outro emprego gestante. E eu nem podia

também que tinha de fazer o enxoval do nenê, essas coisas, e eu precisava realmente ficar lá para trabalhar, porque se não eu não tinha ficado lá de maneira alguma. (Vanessa)

Há uma explicação racional para não pedir a demissão: não perder direitos, como o Fundo de Garantia e multa, depois de tudo que sofreram na empresa, como explica Daniela.

Não vou deixar oito anos pra trás, depois de tudo que eu passei, seria dar de mão beijada pedir a conta, porque é isso que eles querem, né. Não vou fazer isso de jeito nenhum. [...] Porque se a gente for mandada embora a gente tem direito a seguro, dá pra gente tentar arrumar outro serviço, dá um certo tempo, tem um dinheiro pra ir se mantendo ainda também. Porque a gente vai pedir a conta assim bestamente, sem ter outro emprego em vista? Ninguém é bobo de fazer isso, ainda mais do jeito que tá. Sem ter uma garantia, né.[...] Eu já falei, só peço a conta se eu tiver outro serviço em vista, que esteja certo já, que eu sair dali já começo a trabalhar. Pra mim pedir a conta e ficar em casa também não, sem nada, né, não dá, de jeito nenhum. (Daniela)

Essa posição, contudo, expressa também uma espera passiva, de pessoas tristes, depositando no outro a possibilidade de ação para mudar a situação de sofrimento – no caso o outro que impõe o sofrimento. É uma impossibilidade de assumir o desejo e a responsabilidade sobre ele, é uma situação de não potência de ação. Elas mesmas contam de colegas que pediram demissão e não se arrependeram, estão felizes, mesmo as que estão em situação financeira difícil. Mas isso não as estimula a tentar outra oportunidade partindo delas a ação de sair da empresa.

Minha amiga mesmo com todas as dificuldades que ela está passando, mas ela falou que não troca o que ela está passando agora por voltar lá, por um dinheiro fixo, porque ela falou que prefere tirar 200 reais na casa dela, passar necessidade, do que voltar a trabalhar lá, ela falou que a felicidade dela não tem preço, a paz que ela tá agora não tem preço, ninguém paga. (Daniela)

Muitas trabalhadoras abrem mão de direitos como a estabilidade de um ano após retorno ao trabalho quando acometidas de doença do trabalho,

recusando a abertura da CAT⁴⁹. Há aí também motivos concretos e a razão é explicada pela emoção: a empresa transforma um ano de estabilidade num inferno ainda maior, uma forma de pressionar a funcionária a pedir demissão, em situações caracterizadas como assédio moral. Pode-se dizer que a razão está orientada por emoções tristes, visto que de alguma forma “entram no jogo” da tirania, da política de afetividade da empresa: abrindo mão de direito ou pedindo demissão ou adoecendo ainda mais durante o período de estabilidade (como se pode também verificar em diversos casos de pessoas acompanhadas no Cerest); em qualquer das opções atende-se aos interesses do outro, o empregador.

Tanto é que eu não abri a CAT, pensei bem e não abri. Porque eu não quero ter estabilidade, não quero ter mais vínculo nenhum assim, se eles quiserem eles podem me mandar embora, eu não abri. Se eu tivesse aberto aí sim, né, eles iam ficar me pressionando durante um ano até eu pedir a conta; eu já vi por esse lado, eu sei porque eu já passei por isso já. [...] Coloca em serviço que você nunca fez e fica pedindo produção, você ficou três meses afastada, você vai produzir milhares de peças?, impossível, você tá, até você pegar a manha de novo, né. Eu sei que vai acontecer isso de novo, eu tenho certeza disso. Se eu começar a pensar eu já fico angustiada, porque eu sei que vai ser assim. Isso que eu não entendo, se eles querem tanto a produção, porque já não deixa a gente no que a gente sabe fazer. (Daniela)

Outro fator de sofrimento relatado é a falta de oportunidades dentro da empresa e para o futuro, num trabalho que não contribui para um aprendizado importante.

Lá não tem, ali não tem condição, é só aquilo mesmo. [...] não tem como subir ali. Isso que desanima mais ainda, porque meninas que não tem nem um ano lá põe pra ficar encarregada, a gente que faz tempo que tá lá, a gente tem mais conhecimento do que elas, de tudo na máquina assim, tem coisa que a gente vai mexer e é como os melhores mecânicos lá, né. Isso é o mais triste, não ser reconhecido, né. Por isso que a gente desanima, fala, nossa, a gente vem, dá o sangue, agüenta, vem trabalhar com dor e ninguém ta nem aí. (Daniela)

⁴⁹ Comunicação de Acidente do Trabalho ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social): documento que garante os benefícios previdenciários e a estabilidade de um ano no emprego, após retorno ao trabalho, nos casos de acidentes do trabalho (típico ou doença profissional).

Que não tem o que tirar nada, o que eu aprendo lá não é uma coisa de você vai levar pra casa para pensar, refletir. [...] Mesmo que eu subisse de cargo lá, também, nossa Senhora! A pressão delas é pior [das líderes de grupo] [...] Queria subir em outro lugar, ir melhorando, subir de cargo, mas não lá, lá não. Sei que elas passam pior. (Patrícia)

O trabalho tem o sentido de sofrimento para a maioria das entrevistadas, não só pelas doenças (problemas de infecção urinária, distúrbios osteomusculares, depressão), mas sobretudo pelo cotidiano de humilhações, correria, metas, produção.

Isso eu tenho medo, de perder a cabeça, porque eu já cheguei no meu limite já, eu não tenho mais paciência. (Daniela)

6.2.2 – Vida fora do trabalho

A vida fora do trabalho é bastante limitada e revela uma diminuição da força de vida e da capacidade imaginativa e criativa, muitas vezes como decorrência da situação de trabalho, como é o caso da questão de estudo. Essa dimensão da vida das jovens também revela o comprometimento da saúde.

a) RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS

a.1) Família

A família é revelada como fator de sofrimentos e deveres, raramente é referida com carinho e afeto.

A maioria das entrevistadas falam da família em relação à sua constituição, à situação sócio-econômica da mesma e ao trabalho que seus familiares realizam.

Quanto à constituição das famílias, apenas uma das entrevistadas é casada. A maioria delas têm irmãos – apenas uma é filha única, e moram com os pais.

Mais velhas que eu [as irmãs]. E atualmente, mora eu com a minha mãe, que ela separou do meu pai. Hoje ele tá com uma pessoa, minha irmã mais velha mora com ele, ela tem uma filha e é mãe solteira. E minha irmã do meio, hoje ela é amigada e tem uma filha também, de 5 meses. [...] E minha mãe, ela não trabalha, ela recebe a pensão do meu pai, e minha irmã também não trabalha. Das minhas irmãs, quem trabalha é eu, registrada. E minha mãe também nunca trabalhou registrada, ela sempre ajudou meu pai, sabe, que meu pai sempre gostou de plantar e tal, e ela sempre ajudou ele, sempre se dedicou a ele. (Viviane)

Tenho cinco [irmãos], todos começaram a trabalhar cedo. A minha irmã mais nova, acho que ela tá com 14 anos, ela já trabalha de costura também, com a minha irmã que costura em casa. Já trabalhou antes também, de cuidar de criança. (Vanessa)

[...] não, o outro filho de 8 anos não é filho do meu marido; eu tive ele mãe solteira ... com 15 anos... eu casei com 21. (Vanessa)

Comigo são seis [irmãos]. Vieram meus irmãos... tá tudo morando aí. (Patrícia)

Tenho dois irmãos. Um mais velho e um mais novo. [...] Os dois trabalham. (Denise)

As ocupações dos familiares são, na maioria, atividades de baixa qualificação e que proporcionam baixa renda. Um dos pais está também afastado do trabalho por motivo de doença.

Ela [a mãe] é empregada, doméstica [fala devagar, parece ter vergonha]. Você sabe que doméstica é meia, né ... até hoje é meio difícil o negócio, agora que tá caminhando um pouco as coisas, das exigências. (Daniela)

Meu pai, ele é mecânico e minha mãe, ela costura em casa. (Denise)

Ela [a mãe] cuidava das criações que meu pai tinha, plantava junto com ele, e ele nunca deixou ela trabalhar registrada. Que nem ... minha mãe ela sempre foi assim do sítio. Ela chegou do Norte, eu nem era nascida ainda, aí eles vieram pra cá e meu pai começou a trabalhar na F [indústria], até hoje ele trabalha lá, faz 23 anos que ele trabalha lá, graças à Deus. [...] Mas as condições financeiras dele [o pai] também não tá boa hoje. Ele também tá afastado e como ele tem que pagar a pensão pra minha mãe também, por ela ter trabalhado esse período todo com ele. (Viviane)

As entrevistadas falam, também, das atividades em família, nos serviços domésticos ou em outras atividades. A condição da mulher aparece aqui de forma mais clara, na qual a casa é local de mais trabalho e não só de repouso e aconchego. Essa situação é tomada como algo natural, tão cotidiana que as entrevistadas falam das atividades domésticas como parte de seus momentos de folga.

Quando eu não estou fazendo serviço em casa, nada, eu gosto de ficar no computador.[...] ajudo assim, quando ela [a mãe] termina de costurar eu arrumo pra colocar no saco pra levar pra mulher. (Denise)

Em casa, eu procuro ficar assim, ouvindo música, ajudo a minha mãe no serviço da casa, ... e leio bastante. (Patrícia)

[...] limpar a casa, cuidar dos filhos, né. [...] Eu tô vendendo roupa, pego roupa em São Paulo pra vender. Então, ontem a gente [ela e o marido] foi pra São Paulo, viemos hoje, então essa semana é bem corrido, que eu chego à noite e a gente já sai pra vender ... aí, depois a outra semana, que já vendeu tudo, já é mais sossegado. (Vanessa)

Outro ponto em que aparece a família no discurso das entrevistadas, diz respeito às questões financeiras, havendo aí um destaque para a figura do pai.

É, pra mim é manter, assim. Pra ajudar em casa, porque meu pai paga aluguel. Ele tem casa em Minas, mas ele alugou lá pra alugar uma aqui. Daí eu tenho que ajudar nas despesas de casa, também, que a família é grande, né, daí. ...por isso que eu tenho que ... nossa, se eu perder o emprego eu vou... [...] tem coisa que eu pago, pago a prestação lá em casa, ajudo meu pai em prestação. ... que ele veio pra cá, né, como a gente morava lá em Minas, lá a gente não tinha muita coisa, sabe, e quando nós viemos pra cá muita coisa ficou lá, os móveis. Daí meu pai comprou, as coisas pra casa, os móveis, tudo, daí, fez prestação, por isso eu gasto demais agora. (Patrícia)

Eu iria ficar numa situação difícil [se perdesse o emprego], mas meu pai, por ele ter uma outra família já, ele poderia me ajudar, como ele falou, mas a situação dele também é meia complicada, em relação a bens materiais, ele deve muito sabe. Mas ele falou que se um dia eu pedir demissão ele é capaz de me ajudar sim, como ele tá ajudando minhas irmãs, que estão desempregadas hoje. [...] (Viviane)

As relações afetivas familiares aparecem muitas vezes como relações frias, com a indicação de sofrimento, de raiva e tristeza. Vanessa é a que expressa afeto positivo, ao falar dos filhos.

Porque você chega na empresa é um inferno, você chega na sua casa é outro. Então, é como se você não tivesse um refúgio, é horrível isso, você ter que ficar na rua pra se sentir em paz, você não ter paz dentro da sua casa e nem no seu local de trabalho, então aquilo vai deixando a gente louca, né. (Daniela)

Porque a minha mãe eu acho que ela ... naquele envolvimento todo ela nunca foi minha amiga. As pessoas falam, né, a melhor amiga que a gente tem é a mãe. Só que eu nunca pude contar nada pra ela, “o mãe, conheci uma pessoa, essa pessoa é legal”, nunca. [...] a gente acabava, discutisse, ela ia lá pro meu pai e contava, sabe. E meu pai era muito rígido, falava que ele ia escolher namorado pra gente, sabe. [...] Minha mãe era [agressiva], só que depois que ela separou do meu pai a gente se tornou muito amiga, porque eu tava sempre ali, dando conselho pra ela. [...] Agora eu faço a unha dela, ela sai, ela dá risada, ela se diverte, entendeu. Eu acho que ela mudou muito depois que ela separou do meu pai, muito, muito mesmo. [...] Hoje ela é totalmente diferente, em vista da minha outra mãe. Hoje ela não ergue a mão pra mim, se eu tiver um problema ela tenta me ajudar no máximo. (Viviane)

Ela [a mãe] casou com ele tinha 16 anos, ela tem 38 anos, foram 19 anos de luta, entendeu, ela sempre se dedicou a ele. Só que foi uma separação muito constrangedora, porque minha mãe acabou entrando em depressão ... aí foi muito ruim. (Viviane)

Aproveita os momentos que tem pra ficar com eles ainda mais o Junior, né, um ano e cinco meses, tá crescendo agora, uma idade muito gostosa, então aproveita mais o tempo pros filhos, né. [...] ele [o filho mais velho] mora com a minha mãe ... minha mãe mora no S. Dimas [um bairro próximo ao que ela mora]. Mas eu vejo ele todo dia, né; eu vou lá na minha mãe, final de semana eu pego ele e ele fica comigo; porque se de repente a minha mãe faltar, né, ele tem que acostumar, saber que eu que sou a mãe... mas ele gosta muito, respeita meu marido... porque quando eu casei eu fui morar no S. Dimas, aí ele morava com a gente; aí quando eu vim pra cá e minha mãe é muito apegada a ele, não fica sem ele de jeito nenhum, nossa ela fica doente, ela trabalha pra dar as coisas pra ele e não fica sem ele. Ele até que se for pra ele ficar ele fica, um pouco ele vai estranhar, mas depois ele acostuma, mas minha mãe não fica sem ele. E eu tenho dó, né, ela que criou, né, aí eu tenho dó de tirar... (Vanessa)

Patrícia demonstra uma forte ligação com a família, a qual mudou de cidade indo ao encontro dela, mas o seu afeto pela família se expressa mais pela conduta moral e pela ajuda material.

Não, eu vim sozinha. Não, quer dizer, eu vim sozinha, eu vim com meu namorado. Daí eu fiquei morando na casa do meu irmão. Daí não deu muito certo eu morar com meu irmão, daí ele foi morar sozinho, alugou uma casa pra ele e eu aluguei uma casa pra mim morar sozinha também. Meus pais não queriam que eu morasse junto com ele [o namorado], sabe. [...] eu morei, sete, oito meses sozinha. Daí também foi um dos motivos, que eu tive de agüentar qualquer coisa lá na firma, lá, pra mim ... que eu pagava aluguel, e meus pais não podiam tá ajudando eu, que meu pai tinha o compromisso dele lá. Só que agora eles vieram, por causa de eu morar sozinha e ele [o pai] ficou muito preocupado e aí arrumou serviço aqui e veio morar aqui. Agora eu tô com minha família aqui. [...] Eu nunca na minha vida eu procuraria um caminho errado pra mim; eu queria tá bem com a família; eu faço qualquer coisa menos atrapalhar minha vida com outras coisas, tipo me prostituir. Nunca na minha vida eu faço, nossa. [...] que eles [os pais e irmãos solteiros] vieram morar aqui foi bom, porque eu sentia muita falta deles, né. Nossa, era muito ruim ficar sozinha no final de semana. [...] poder ficar mais sossegada, poder ajudar meus pais, nossa, poder ser motivo de orgulho para eles. (Patrícia)

a.2) Sociedade

Ao falar dos relacionamentos na sociedade as jovens revelam muito de seus valores morais e do sentimento de exclusão na inclusão e mostram ter uma rede social restrita, com poucos relacionamentos fora da família.

Patrícia fala de como se sente desrespeitada, humilhada, desvalorizada, envergonhada por não ser aquilo que acredita ser valorizado pelas pessoas. É como se não se sentisse incluída totalmente na sociedade. Acha que as pessoas tratam diferente quem está bem arrumado, quem faz faculdade, quem tem um bom emprego, quem tem um sobrenome importante. E esse sentimento de desvalorização acrescenta à vida de Patrícia a vergonha de seu trabalho.

A eu não sei, e às vezes eu saio, parece que as pessoas que têm mais condições, é mais bem, assim, ... é ... se você vai numa loja, você num, se tem uma pessoa importante dá mais atenção pra aquela pessoa do que pra gente, eles não liga muito, assim. Se tem a pessoa, num acho que é por essa parte, até por você falar um

sobrenome, vê que você é importante eles te trata melhor. Agora se uma pessoa simples assim, parece que não trata a gente bem. (Patrícia)

Poder ser alguém, assim, pra o pessoal me respeitar, sei lá. ... não achar que é uma pessoa mais, assim, importante. [...] Poder melhorar de vida, não precisar ficar passando por isso que eu passo. [...] E acho que, nossa, vai me beneficiar muito [estudar]. Poder ficar mais sossegada, poder ajudar meus pais, nossa, ... poder ser motivo de orgulho pra eles, nossa, pra mim ... ser respeitada, ... ser pessoa importante (Patrícia)

Que eu tenho vergonha, também, quando eu vou conversar, assim, conhece uma pessoa, daí a pessoa fala assim “a você estuda?”, falo, a eu terminei o segundo grau, mas eu não falo que não tô estudando faculdade. Aí eu fico com vergonha de falar. Eu queria tá falando, a eu faço faculdade. Então, um pouco eu tenho vergonha de ser costureira, mas é difícil eu conversar com os colegas, eles são mais assim, trabalha, tem um serviço melhor, faz faculdade e tal, e eu fico meia sentida de falar isso, que eu sou costureira. [...] É, eu acho assim, as pessoas, por mais que tá ganhando menos, mas só da pessoa falar, parece que já chama mais a atenção do que eu falar que eu sou costureira. Eu acho que, parece que não chama assim a atenção. Agora falar assim: a eu trabalho num escritório. Nossa, parece que já enche a boca pra falar. Agora, de falar “eu sou uma costureira”. Aí ... fico meio, ... meio sentida de falar isso. (Patrícia)

Viviane, ao contrário, fala da pobreza como dignidade e da necessidade de compartilhar a “riqueza”.

E eu tenho orgulho da minha pobreza porque meu dinheiro dá pra mim viver, entendeu, eu e minha família. E eu gosto de ser pobre. Se um dia Deus prevê na minha vida a riqueza, com certeza eu vou ajudar a todos. (Viviane)

Porque eu acho ruim dever pros outros. Tem que tá recebendo indireta e aí, sabe... esse tipo de cobrança eu não gosto, de dever pra ninguém. Dever é a pior coisa que tem. (Viviane)

Ela também mostra que há dificuldades nas relações sociais e é preciso tomar cuidado com as companhias, colocando suas ressalvas adultas nos relacionamentos. É o retrato do cotidiano em que é preciso ser identificado com o “lado bom” da sociedade e não com a marginalidade, que vive na casa vizinha. Ela procura mostrar sua inclusão social, ainda que viva em situação de

exclusão, por exemplo, pelo local em que mora. É preciso marcar que faz parte dos incluídos, diferenciar-se dos excluídos, mesmo convivendo com eles.

A gente mora no Peraltas [um bairro de periferia da cidade]. [...] Só que a gente tá querendo sair de lá, porque a gente tá correndo risco de vida também, porque lá tem muito drogado, traficante, sabe, lá é ponto de droga, entendeu, e a gente tá insegura ali, porque é só nós duas, à noite não tem iluminação, é ruim, entendeu. (Viviane)

Eu procuro sair com os amigos, sabe, me divertir [...] Mas assim, nada de beber bebida alcoólica, sabe, se eu bebo é muito pouco, socialmente ali, nunca pra encher a cara, pra sair fazendo barraco e nem baixaria, porque eu acho ridículo isso também. Eu também não me misturo com pessoas que usam droga, pessoas que gostam de beber demais e depois dar vexame, sabe. [...] Mas eu sempre procuro assim estar num círculo de amizade em que eu me sinta bem e que goste do que eu gosto também, de fazer o que eu gosto. Mas assim, em termos de sair com amigos que beba, que use drogas, esse tipo de coisa, eu to muito longe disso. (Viviane)

a.3) Relacionamentos Amorosos

Nos relacionamentos amorosos aparece desilusão e descontentamento, com afetos que deprimem o *conatus*, exceto para Vanessa que é casada há dois anos.

Faz quatro anos e meio já [que namora]. Então, agora ou casa ou larga de vez, porque ... não tem mais ... Não, eu tenho medo. [...] Não, de casar mesmo. Ele é muito cabeçudo. [...] Não, acho que tem que dar mais um tempo. Não pra se conhecer, porque a gente já, se conhecer a gente nunca vai conhecer realmente, a gente sempre tá aprendendo alguma coisa da pessoa no dia-a-dia, porque não adianta falar que conhece porque não conhece. Eu que moro com meus pais desde que eu nasci, eu não conheço eles totalmente, eu tô sempre aprendendo alguma coisa, sempre me surpreendendo, né, com coisas que eu nem imaginava, a gente vai conhecendo da pessoa. Imagina ele, então. [...] Ele tem ciúme da minha sombra, é uma coisa doentia, sabe, eu já tentei terminar com ele só que não, ele sempre fica atrás, é uma pessoa que persegue. [...] Eu gosto, gosto! Por isso que eu agüentei até hoje, ele tem os lados positivo dele, mas isso daí é o que atrapalha e muito, tá pesando mais do que o meu sentimento por ele. Porque eu fico imaginando, e se a gente casar? (Daniela)

Eu tô triste, ontem e hoje, porque ... faz pouco tempo que eu com ele [o namorado] largamo, sabe, daí vai indo, tem dia assim, eu vou levando minha vida assim sossegada, eu não vejo ele, o dia que eu

vejo sinto muita falta dele. ... Quando eu vim pra cá, pra Amparo, ele me ajudou muito, sabe, ele me deu muita força pra mim. Só que depois que ele começou a estudar, ele começou a ... , a, os amigos dele acho que começou a encher a cabeça dele aí ele seguiu outro rumo na vida dele. Ele mudou muito, sabe. Ele era muito legal comigo. ... daí eu vejo ele assim, sinto muita falta ...mas eu não quero voltar com ele que eu quero deixar ele sofrer um pouco. A gente fazia plano de casar, sabe. Ele construiu aqui (?) dei a maior força pra ele. Depois mudou tudo a minha vida. [...] Quando eu terminei, eu fiquei um bom tempo sem sair. Nossa, agora que eu comecei a sair. Porque fez um ano que nós largamos, mas nós já tivemos muita recaída, sabe. Mas eu procuro agora não ficar caindo mais na dele não. ... (Patrícia)

Assim, eu falo que esse não é o momento propício pra mim namorar, entendeu. Porque eu acho que os homens de hoje só querem aproveitar, não todos, de 100%, 50% ele querem aproveitar das pessoas. Eles podem ter a intenção de namorar mesmo, mas só pra aproveitar da pessoa. Eu já passei por vários sofrimentos em relação a namoro na minha vida. E até hoje eu só amo uma pessoa, só que essa pessoa não mora aqui, ela mora em São Paulo. Só que eu falo, eu espero por ele, porque a gente ama uma pessoa só, né. Paixões e ilusões tem vários, mas eu só amo ele realmente. [...] é porque eu me envolvi, fiquei 4 meses com essa pessoa. [...] Então a gente não era só namorado, como amigos, porque a gente dividia tudo. [...] Mas eu gosto dele e estou tentando achar meios pra me aproximar dele, porque eu acho que ele é uma pessoa boa e ele me fez uma pessoa feliz nesses quatro meses que a gente tava junto. (Viviane)

A condição de mulher revela-se novamente, oprimida na relação com o homem.

Já tô de saco cheio também, porque eu gostaria de ir num lugar, sabe, mais bagunça, agito assim, ele é muito parado e eu estou entrando na onde dele. Porque eu era terrível, você não queira nem saber... antes de namorar. [...] Eu acho que é por isso, eu me reprimi muito pra tentar agradar a todo mundo. Não soltei, não soltei a Daniela verdadeira. (Daniela)

Mas eu era muito presa dentro de casa, era do serviço pra casa, da casa pro serviço. (Patrícia)

b) ESTUDO

É no trabalho e no estudo que as jovens e suas famílias colocam sua esperança de alcançar um futuro mais promissor. Contudo, o esforço nem sempre compensa, quer dizer, a concomitância na realização das duas atividades compromete, muitas vezes, o aprendizado escolar com melhor qualidade e a possibilidade de desenvolvimento profissional.

Estudar é uma atividade que foi prejudicada em dois casos, nos quais a situação de trabalho dificultou os estudos por determinar uma clara diminuição da potência de ação.

Daniela terminou o ensino médio, com sacrifício, e não quer mais estudar; considera que existem outras alternativas na vida, como trabalhar por conta própria.

Tenho só o segundo grau. Não continuei, não fiz mais nada. [...] Eu não tenho vontade. [...] Nossa, detestava [estudar], né, ainda mais que saía do serviço e ia pra escola, não dava tempo nem de tomar banho e jantar. Por um lado era bom, uma coisa que não tem nada a ver, porque mantinha a forma, né, aquela correria, né [ri], então nem comia, nem parava dentro de casa. ... Não é questão de não gostar, eu não tenho paciência, né. É uma coisa que exige muita concentração, a gente que tem que trabalhar pra conseguir alguma coisa assim, você tem que tá ... chegar à noite ligada naquilo lá é fogo, né. Não sei se tem a ver, mas, que nem, como a gente se desgasta muito no trabalho, acho que nem por causa da produção, e também que a gente fica estressada porque tem uma meta pra atingir no dia e a gente tem que fazer aquilo lá, fica aquela pressão, né, então é difícil a gente se concentrar, até as onze horas da noite, entendeu. (Daniela)

Viviane interrompeu os estudos no primeiro ano do ensino médio, porque não conseguiu conciliar com o trabalho; a escola não foi capaz de motivá-la e operar como um espaço de relações propiciador da ampliação das capacidades e dos horizontes. Contudo, ela reconhece na educação formal uma forma de melhorar sua situação de trabalho e financeira; por influência familiar, o sonho está vinculado ao estudo.

Eu tava me abalando muito no meu trabalho, eu resolvi parar de estudar porque [...] chegava na escola eu não tinha capacidade pra ouvir o professor, entender o que ele estava falando, a forma como

ele falava pros alunos eu sentia incomodada com a voz dele, sabe, irritada, acabava até saindo da sala e nem voltava mais [...]. E assim ia, tinha dia que eu ia, tinha dia que eu não ia, isso foi virando um transtorno; e eu falei, não, acho melhor eu parar de estudar, porque eu vou acabar me prejudicando e prejudicando os outros alunos também, com a minha forma de estar ali dentro e o jeito que eu tratava as pessoas, entendeu. Aí eu acabei parando. Mas eu me arrependi, do fundo da minha alma. [...] E eu acho que a escola, você estudando, você terminando os estudos, você tem capacidade de fazer uma faculdade. E meu sonho sempre foi fazer administração. [...] Só que isso foi assim, imediato, sabe, essa opção de parar de estudar, foi assim espontâneo mesmo, mas agora eu me arrependo totalmente. [...] No ano que vem eu volto a estudar com certeza. Com certeza. E vou me dedicar ao máximo, vou entrar, vou fazer curso de computação, vou me dedicar ao máximo. Porque eu quero subir, eu quero dar uma vida melhor pra minha família, o que eles não puderam ter, esse é o meu sonho. [...] Que nem minha mãe falou pra mim: você parando de estudar você não vai chegar em lugar nenhum. (Viviane)

Para Patrícia e Denise, que já terminaram o ensino médio, o estudo parece ter relevância em suas vidas e fazer uma faculdade está nos sonhos de futuro.

Denise atualmente faz um curso complementar técnico, na área de administração, e não pretende parar nele, pensa em fazer um curso superior, que só será viabilizado quando estiver novamente empregada.

É Capacitação e Organização, é informática, é tudo, é administração. [...] Porque eu acho um curso completo, eu gosto de computação também, pelo gosto também, e pra aprender mais, pra ter uma coisa a mais, uma profissão a mais, sei lá, uma experiência a mais. É, eu tô fazendo esse curso, né, continuo estudando, mas eu quero fazer outras coisas mais, também. [...] Eu quero fazer enfermagem [...] faculdade ou outro curso, ou os dois. (Denise)

Patrícia sonha em ter uma situação melhor, para ser respeitada. Faz o que pode dentro de suas possibilidades: estuda em casa, já fez o ENEM duas vezes na esperança de conseguir cursar uma faculdade pelo Pró-Uni.

Nossa, é o que mais eu penso, sabe. Nossa! Quando der fazer uma faculdade. Nossa, o sonho meu é fazer uma faculdade. Poder melhorar de vida, não precisar ficar passando por isso que eu

passo. Tem dia que eu, tem hora que fico com raiva do serviço, aí eu penso: a meu Deus me dê força pra um dia conseguir o que eu quero, pra eu não passar por isso mais, sabe. Poder ser alguém, assim, pra o pessoal me respeitar, sei lá. ... não achar que é uma pessoa mais, assim, importante. [...] E acho que, nossa, vai me beneficiar muito. Poder ficar mais sossegada, poder ajudar meus pais, nossa, ... poder ser motivo de orgulho pra eles, nossa, pra mim ... ser respeitada, ... ser pessoa importante. [...] Eu queria fazer nutrição, acho que é uma área legal. ... porque ... tem alguma coisa a ver comigo, assim, sei lá. Eu gosto, é mais sossegada. [...]

Eu vou assim, fazendo ... estudo, assim, sabe, fim de semana que eu tô em casa. Às vezes procuro ver na internet alguma prova já. ... Eu quero prestar vestibular, eu fiz a prova do ENEM, agora eu quero ver se eu consigo entrar sem precisar pagar. Eu tô tentando. [...] Nutrição vai ter agora, na FIA [uma faculdade da cidade], vai sair agora. Falaram que vai ter esse próximo ano vai ter nutrição aí, vai ter mais curso. ... daí eu ... se Deus quiser, Deus ajudar que eu consigo ... conseguir pelo Pró-Unj. Prestar vestibular agora no fim de ano pra poder entrar. (Patrícia)

Aí, porque assim, estudar você está cada vez aprimorando mais, só tem a ganhar. Agora trabalhar também, mas depende do serviço que está fazendo, se você acha que vai crescer numa firma, aí é melhor, agora se você vê que numa firma você não tem como subir... então. Estudando ... eu prefiro mais estudar. (Patrícia)

Em todos os casos, o significado social do estudo, como requisito para melhores oportunidades profissionais, está presente, ainda que a experiência das jovens tenha revelado que a escola, ao contrário da sua missão, não contribuiu para o desenvolvimento.

Segundo Márcio Pochmann (2007), a orientação de políticas públicas para inserção do jovem no mercado de trabalho está equivocada; a educação é que pode dar oportunidades iguais aos jovens. Contudo, a condição para que os jovens pobres estudem é que trabalhem ao mesmo tempo, são trabalhadores que estudam e não estudantes que trabalham. O pesquisador, considera, ainda, que a educação tem sido utilizada de forma perversa como mecanismo de dominação, e o jovem sente-se culpado e subordinado à situação de não qualificação.

c) LAZER

A maioria das entrevistadas sai pouco de casa e as atividades de lazer são restritas, limitam-se a participar de festas e freqüentar “baladas”, não aparecendo qualquer anseio por outras oportunidades, como programas culturais. Há dificuldades no lazer em função do poder aquisitivo e também por limitadas relações sociais.

Denise revela ter pouca atividade mais por características suas, de não gostar muito de sair de casa, não gosta de “baladas”.

A, quando eu não estou fazendo serviço em casa, nada, eu gosto de ficar no computador. [ri] Eu gosto de ficar pesquisando alguma coisa, mesmo pelo curso que eu faço, eu faço as tarefas que tem pra fazer da apostila, eu treino no computador, então eu estudo também em casa. (Denise)

Não saio muito de casa, não sou de sair. [...] eu não saio muito de casa porque eu acho que não tem muita coisa pra fazer, sabe. De noite, assim, sei lá, não costumo sair muito, lá de vez em quando. [...] Vou pra casa da minha amiga ou quando tem alguma festinha eu vou também. Em balada, assim, eu não costumo ir. Aí, só ... em feira quando tem na praça, eu vou também, qualquer festinha que tiver assim eu vou. (Denise)

Em momentos de folga, Patrícia às vezes sai com amigas, mas revela ser muito caseira e não ter muito recurso financeiro para sair.

Eu procuro sair, me divertir com as colegas, dar uma volta na praça, dar umas paqueradas. [...] Em casa, ... eu procuro ficar assim, ouvindo música, ajudo a minha mãe no serviço de casa, assim, ... e leio bastante, estudo, assim. (Patrícia)

Também eu estava namorando, não saía de casa, agora já pra sair eu tenho que ficar comprando roupa, pra ficar mais assim, sair bem arrumada. Então, eu não gastava muito com essas coisas, agora eu já tenho que coisar, pra fica mais, poder sair as colegas eu gasto mais um pouco. [...] Às vezes saio no final de semana, já gasto um pouquinho a mais. (Patrícia)

Quem sabe, também, se eu tivesse mais condições, ai, sei lá, eu não ficava sofrendo também por causa do meu ex. Acho que eu ia ficar mais alegre. Ia poder sair, poder ir nos lugares diferentes. Eu quase não tenho dinheiro pra nada. Não tem como ir, pagar,... pra ir numa festa, assim, numa coisa, assim, melhor. (Patrícia)

Viviane quando sai vai a uma lanchonete, gosta muito de conversar com amigos. Em casa gosta de ler.

Eu procuro sair com os amigos, sabe, me divertir. Às vezes eu até prefiro sair sozinha, eu vou numa lanchonete e sento lá, sozinha, como meu lanche, tomo meu refrigerante e vou embora, às vezes eu saio com a minha mãe também. Mas eu sempre procuro assim estar num círculo de amizade em que eu me sinta bem e que goste do que eu gosto também, de fazer o que eu gosto. [...] Eu gosto de ler jornal, saber como está o mundo, sabe, revista de signo, livros, vários livros de história, eu gosto de pegar aqueles livros que tem bastante poesia de amor, eu adoro ler isso. (Viviane)

Daniela, que tem namorado, também não sai muito de casa, atualmente. A restrição, neste caso, parece ser o próprio namorado.

Normalmente, no final de semana eu saio com meu namorado, mas a gente fica por aqui mesmo, é o sair de dar uma volta na Treze [rua do comércio na cidade, é como ir a um shopping center]. [...] eu gostaria de ir num lugar, sabe, mais bagunça, agito assim, ele é muito parado e eu estou entrando na onda dele. Porque eu era terrível, você não queira nem saber, cada coisa assim, nossa. (Daniela)

A Internet aparece como lazer, para aquelas que têm acesso em casa, que a utilizam para pesquisas e também conversas em *chats* e com amigos.

Às vezes procuro ver na Internet alguma prova já. [...] Eu gosto, mas assim, em casa. Procuro emprego, assim, se aparece alguma coisa assim pra mim poder fazer. Também fico conversando com amigos, no bate papo ... eu gosto. (Patrícia)

Eu gosto de ficar pesquisando alguma coisa. [...] Entro bastante [na Internet], também em sala de bate papo. (Denise)

A cidade de Amparo oferece alguns espaços para os jovens, conforme apontado no capítulo anterior, mas todos no centro da cidade, o que dificulta um pouco para aqueles que moram nos bairros mais distantes. As alternativas mais baratas são as festas de rua (ou praça), promovidas tanto pela Prefeitura, como por igrejas e outras comunidades. Também existem salas de cinema, museu, centro esportivo, clubes privados. Para o divertimento noturno, além das festas

já citadas, existe uma *boate* e diversos bares, para o que se necessita do recurso financeiro.

d) PROJETO DE FUTURO

Projeto de futuro não aparece como algo bem delineado. Falta às jovens entrevistadas projetos de crescimento, que apontem para uma perspectiva de melhoria de vida.

A vida de trabalho e fora do trabalho não lhes tem proporcionado condições de desenvolvimento saudável, ao contrário, tem inibido a capacidade de imaginação e criatividade, essenciais para a elaboração de projetos de vida. Tendo o seu desenvolvimento prejudicado, as jovens estão amarradas pelo devaneio, numa posição de esperança passiva de melhores condições de vida.

Patrícia Sonha em “melhorar de vida” – estudar, ter um emprego melhor – para ser respeitada. É a única que mostra alguma ação em direção ao sonho, em relação aos estudos: estuda em casa sozinha, fez prova do ENEM, escolheu um curso superior para fazer, o de nutrição.

Quando der fazer uma faculdade. Nossa, o sonho meu é fazer uma faculdade. Poder melhorar de vida, não precisar ficar passando por isso que eu passo. ... Tem dia que eu, tem hora que fico com raiva do serviço, aí eu penso: a meu Deus me dê força pra um dia conseguir o que eu quero, pra eu não passar por isso mais, sabe. Poder ser alguém, assim, pra o pessoal me respeitar, sei lá. ... não achar que é uma pessoa mais, assim, importante. (Patrícia)

O projeto de Daniela está orientado para o trabalho e é bastante tímido, apenas uma forma de deixar o emprego atual que lhe traz muito sofrimento.

[...] acho que tem outros caminhos também. [...] Porque tem uma amiga minha que mora em outro país e tá juntando uma grana, que a gente já conversou sobre isso, sobre tentar abrir um negócio, eu vou ajudar ela, vou continuar trabalhando pra alguém, só que é outra coisa, outro sistema, né. Tentar ver o que dá pra fazer, né, ela não sabe ainda. (Daniela)

Na fala de Viviane o projeto de futuro aparece mais claramente como sonho, sem ação, e aquisição de bens materiais.

Eu sempre falei, um dia eu quero ter minha casa, eu quero ter meu carro, quero ter minha família, entendeu, não só por bens materiais. E que um dia eu possa também ajudar os pobres, também. (Viviane)

E agora eu pretendo pagar tudo pra no final do ano que vem eu tentar tirar minha moto. É meu sonho também. ... E eu quero ajudar meu pai assim, porque eu acho que eles merecem. (Viviane)

Para Denise o futuro está em estudar, mas seu projeto é vago, fala em estudar enfermagem, mas nem tem certeza se numa faculdade ou num curso técnico.

Eu to fazendo esse curso, né, continuo estudando, mas eu quero fazer outras coisas mais, também. [...] Eu quero fazer enfermagem. [...] É, faculdade ou outro curso, ou os dois. (Denise)

Finalmente, Vanessa nem faz referência a qualquer sonho ou projeto de futuro. A cotidianidade parece dominar ainda mais essa jovem, que estando casada e com filhos, resume seu projeto de vida a ser mãe, assim como uma das médicas entrevistadas percebe entre as jovens do bairro onde trabalha.

6.3 – ANÁLISE DO SUBTEXTO: O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO PRESENTE NA EXPERIÊNCIA DAS JOVENS

Após a análise das unidades temáticas, chega-se ao momento da análise do subtítulo que busca revelar os sentidos, conforme visto no capítulo do método.

As jovens entrevistadas estão incluídas, ou estiveram, no mercado de trabalho, com empregos formais, e apesar dessa situação, almejada por muitos na sociedade atual, revelam um sofrimento que pode ser entendido como decorrente da inclusão perversa que o trabalho medeia.

O emprego formal é como um atestado de capacidade na sociedade individualista e competitiva atual, na qual os indivíduos são responsabilizados, ou melhor, culpabilizados, por questões do sistema. Há uma crise mundial do trabalho, com drástica redução de postos de trabalho, como resultado de diversos aspectos do capitalismo avançado. Mas a ilusão da ascensão social e melhoria da qualidade de vida como consequência de um esforço individual no trabalho permanece no imaginário da maioria da população.

A história de Patrícia revela como o emprego é elemento central na família, uma vez que em função do seu emprego toda a sua família mudou-se do interior do estado de Minas Gerais para a cidade de Amparo. Essa situação demonstra uma mudança no padrão de conduta, pois não é mais o trabalho do chefe de família o mais importante, é o trabalho da jovem que dá sustentação à família. Essa condição fez com que Patrícia assumisse responsabilidades que a fazem suportar um trabalho que a entristece.

Viviane também revela esse valor ao dizer que preencheu ficha na empresa só para verificar se seria capaz de conseguir um emprego formal. Conseguiu, mas não era exatamente o que ela imaginava, o trabalho, assim como sua inserção social, são fontes de sofrimento.

Muitas das entrevistadas falam do trabalho atual como sendo o possível, aquele que conseguiram: *“que só tô lá porsei lá, não consegui outra coisa”*, como diz Patrícia.

O trabalho é necessário para a sobrevivência, para “pagar as despesas”, por isso “agüentam”, mas para “ir levando” o trabalho e a vida há uma adaptação que gera sofrimento, que às vezes se concretiza no desenvolvimento de doenças, mas que não se limita à dor. A dor física também tem que ser suportada até ultrapassando limites do próprio corpo, e caracteriza-se desta forma também como humilhação. Mas há o sofrimento também pela humilhação, direta nas relações interpessoais dentro da empresa, por exemplo na Vales, e a indireta, por ter um trabalho esvaziado de conteúdo - *“não tem o que tirar nada, o que eu aprendo lá não é uma coisa de você vai levar pra casa pra pensar, refletir”* -, por não ter um trabalho “digno”.

Os sentimentos de vergonha e humilhação levam a um sonho de inclusão digna, pelo trabalho e pelo estudo. Mas configura-se para a maioria das entrevistadas como esperança passiva, sem nenhum projeto ou ação para sua realização. Apenas duas das entrevistadas têm um projeto de futuro vagamente delineado quanto aos estudos, com ações concretas para alcançar o sonho, ainda que tímidas e talvez vinculadas a uma ilusão. Esse aspecto é um dos indicativos de que o desenvolvimento das jovens está inibido, pois os projetos de vida dependem também da fantasia, da imaginação, que permitem a antecipação do futuro e a aproximação criativa da sua realização, uma das características do desenvolvimento saudável.

A vivência do sofrimento não se restringe ao trabalho, mas a todo o contexto de vida, no qual o trabalho se insere. Revela-se na tristeza, na irritação, na doença, no medo das condições do local de moradia, na vergonha do tipo de emprego dos pais e os próprios, dos limites do consumo e do lazer, dos limites da educação formal, enfim do cotidiano de carências e privações. A família, a escola e o lazer podem ser elementos que contribuem para a resistência à inclusão perversa, mas não é o que ocorre com as jovens

entrevistadas. Há uma limitação da vida como um todo, então não há espaços de compensação ao trabalho gerador de sofrimento.

A dor física até justifica a desistência de um emprego que não agrada, como no caso de Denise. Se não tivesse desenvolvido uma doença no trabalho, talvez tivesse que suportar um trabalho que como ponto positivo tinha apenas o fato de que operava um computador para imprimir etiquetas. Mas a questão não é do acesso ao computador, que inclusive ela tem em casa. A questão é encontrar um motivo positivo que valorize o seu trabalho, para que ele não seja apenas um gerador de doença. Afinal ela sente que “já tem 19 anos” e o trabalho é o que dignifica o homem e o inclui na sociedade.

O trabalho pode proporcionar aprendizados pontuais, o aprender a fazer e os valores morais, mas não tem uma contribuição real para o desenvolvimento. O desenvolvimento da capacidade de sinalização, caracterizada principalmente pela capacidade de abstração e pensamento em conceitos, o qual ocorre na adolescência, como já visto, ao invés de ser estimulado é impedido pelo trabalho repetitivo e fragmentado que consiste em realizar operações, o que é reforçado pela escola, pela família e pela ausência de outros encontros.

O discurso das entrevistadas em sua construção, que recorre com frequência aos exemplos concretos e à fala das pessoas, ao invés de traduzir o evento em seu significado, pode ser exemplificativo de um pensamento que não atingiu a abstração, não domina o pensamento em conceitos. As falas são entremeadas de frases ditas nas situações ou de descrições de situações para expressar um sentimento ou uma opinião.

Para dizer que o pai ficou desempregado numa época e isso gerou uma situação difícil à família, conta toda a história em detalhes, com os pensamentos e falas do pai. Para dizer que o amigo sugeriu que o pai conversasse com o antigo patrão para empregar-se ali novamente, conta todo o diálogo entre os envolvidos. Para contar a sua reação e sentimento numa situação, coloca a sua fala no lugar da explicação. *Eu dei risada, falei: [...]*

E ela falou pra mim: [...] Só que como eu falei pra ela: [...] Aí eu falei pra ela: [...].
Foi que nem minha mãe falou: [...].
Ele falou: [...] Eu falei: [...] E ele falou: [...].
Minha mãe nunca falou pra mim: olha [...].
Porque ela falou que [...].
Então fala assim [...].
A mulher fala [...] Aí fala [...] Uma fala [...].

Obvio que esse desenvolvimento não dependeria somente do trabalho, e ele não teria essa função para um adulto, contudo, em se tratando de pessoas em desenvolvimento, o trabalho torna-se aspecto importante também nessa questão, visto que é uma das mediações que afeta o adolescente para o desenvolvimento do pensamento. No caso dos jovens trabalhadores a atividade profissional insere-se no seu meio social, mas ao invés de contribuir para o desenvolvimento, em verdade ela atua negativamente, ou seja, impede-o, com suas atividades empobrecidas pelo trabalho “taylorizado”. Como já visto, sem a liberdade interna do pensamento, da ação e do conhecimento, que é alcançada com o domínio do pensamento em conceitos, não há possibilidade da imaginação e criatividade, que permitem a conduta livre das situações concretas, a criação e a transformação das situações. O desenvolvimento minado na adolescência gerará adultos sem potência de ação.

As palavras de Vigotiski são claras nesse sentido:

Onde o meio não cria os problemas correspondentes, não apresenta novas exigências, não motiva nem estimula com novos objetivos o desenvolvimento do intelecto, o pensamento do adolescente não desenvolve todas as potencialidades que efetivamente contém, não atinge as formas superiores ou chega a elas com um extremo atraso. (1934/2001, p. 171).

Na mesma linha de argumentação poder-se-ia pensar, contudo, que o trabalho precoce possa trazer à vida do adolescente motivos que favoreçam o seu desenvolvimento, até mesmo acelerando-o, uma vez que oportunize uma experiência de vida com novas exigências e aprendizados. Esse, sem dúvida, é o argumento presente na ideologia do trabalho como elemento de formação dos indivíduos, dirigido às pessoas de classes sociais mais baixas.

Na contra-argumentação é inevitável lembrar qual trabalho é vivido pelas operárias: o trabalho repetitivo, fragmentado, rotinizado, instrumentalizado, isto é, desprovido do sentido genérico da atividade humana. Um trabalho que tem o sentido de sofrimento para elas. Esse trabalho pode levar no máximo a um aprendizado de habilidades especializadas, assim como ocorre no sistema escolar, segundo Vigotski (1931/2002; 1931/2002), e essa é uma condição que limita o desenvolvimento ao invés de estimulá-lo. Como bem explica Vigotski, aprendizagem e desenvolvimento inter-relacionam-se, mas não são um processo único e uma aprendizagem real deve conduzir ao desenvolvimento.

Nesse caso, os estímulos apresentados pelo trabalho não são favoráveis ao desenvolvimento do jovem e pode inclusive anular outros motivos positivos em sua formação, quando configura-se em sofrimento ético-político: um sofrimento singular que revela um sofrimento social.

Nessa investigação as entrevistadas vivem esse sofrimento ético-político, traduzido na potência de padecimento promovida pela dialética exclusão/inclusão, que é revelada no medo, na falta de projeto de futuro, nas doenças que apresentam – como LER/DORT e depressão.

Vanessa em seu discurso fala de um sofrimento passado, no emprego anterior, mas diz-se satisfeita com a sua profissão de costureira e sua vida atual, fala de prazer no trabalho. Mas a análise do subtexto de sua fala traz uma questão: tem o sentido de saúde a completa adaptação à situação de trabalho e de vida? Talvez as outras jovens respondam a esta questão.

Viviane, Daniela e Denise trazem o sofrimento no trabalho pela doença e pelas humilhações, mas em nenhum momento questionam o tipo de atividade que realizam em seus empregos. Almejam um emprego com menor grau de sofrimento, como Vanessa parece ter encontrado. O que querem é uma completa adaptação.

Patrícia na entrevista aparenta estar sem forças, sem potência, mas é a única das entrevistadas que questiona a sua atividade. Por um lado, porque

deseja uma inclusão mais digna, sente-se excluída, mas, por outro lado, pode indicar um incômodo, uma não adaptação, uma potência de ação. Ela é também a única que tem um projeto de vida, ainda que sua construção em ações seja talvez insuficiente para alcançar a meta.

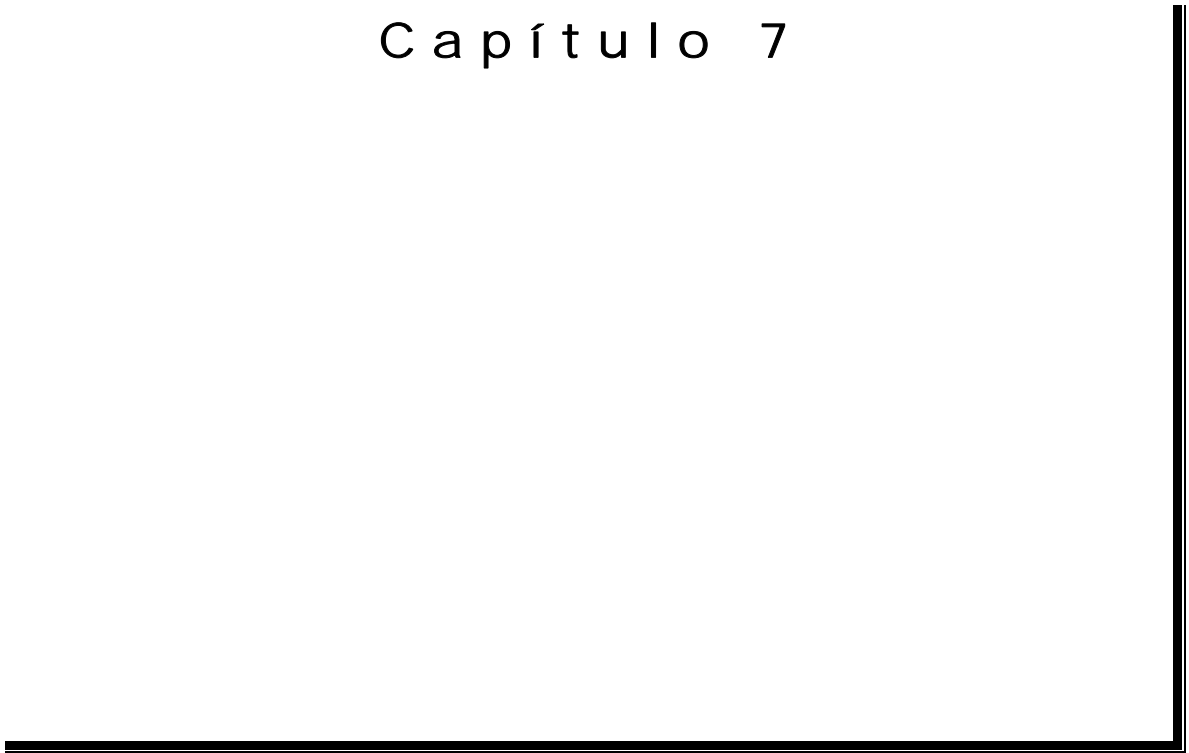
Por outro lado, pode-se fazer outra análise, a de que todas as jovens revelam na doença um sinal de sofrimento, mas ao mesmo tempo uma reação a ele, um sinal de não adaptação e submissão total, um sinal de que não suportaram, pelo menos em algum momento, o “não humano” que lhes é exigido no trabalho, o que indicaria a possibilidade de expansão e recuperação da potência de ação, mas essa possibilidade depende também das condições materiais e psicológicas necessárias ao surgimento da criatividade. Como diz Vigotiski (?/2003),

O ser que se encontre plenamente adaptado ao mundo que o rodeia, nada poderia desejar, não experimentaria nenhum afã e, certamente nada poderia criar. Por isso na base de toda ação criadora reside sempre a inadaptação, fonte de necessidades, anseios e desejos.⁵⁰

As duas linhas de pensamento, embora possam parecer excludentes, na verdade revelam possibilidades do momento de vida das entrevistadas e indicam a necessidade de acompanhamento posterior das mesmas, não simplesmente para verificação do desenvolvimento de suas vidas, mas para contribuir no sentido do desenvolvimento da potência de ação.

⁵⁰ Tradução da autora. Essa obra de Vigotski só foi acessível em versão digitalizada, razão pela qual não é possível indicar numeração de páginas.

Capítulo 7



CAPÍTULO 7

REFLEXÕES FINAIS

As jovens entrevistadas revelam que a sua inclusão no processo de produção tem o sentido de sofrimento ético-político, caracterizando-se como inclusão perversa, que lhes permite a inserção na produção e no consumo, mas que impede o desenvolvimento pleno do seu potencial humano, uma vez que não se trata de uma atividade de criação e sim uma atividade repetitiva e mecânica, que não lhes provê um meio de expansão da liberdade e da felicidade.

Apesar dos sujeitos da presente pesquisa serem mulheres, não se encontrou na análise global fatores que pudessem ser atribuídos à questão de gênero. Assim como não se encontrou referência a essa variável na literatura que discute a saúde de crianças e adolescentes trabalhadores, o que é compatível com a experiência profissional da autora dessa tese, na área de Saúde do Trabalhador. O sofrimento ético-político revelado pelas jovens entrevistadas, relacionado às condições de trabalho e as suas repercussões na vida, não são exclusivas da condição feminina. Encontrou-se, apenas, dois aspectos relacionados ao gênero feminino, como fatores adicionais geradores de sofrimento, referente ao trabalho doméstico, que invade o tempo de lazer, e à opressão em relacionamentos interpessoais.

Marx já dizia que o trabalho alienado torna o homem infeliz, mortificando seu corpo e seu espírito, pois é um “trabalho forçado”, uma vez que se torna apenas um meio de satisfazer as necessidades objetivas, não sendo realizado voluntariamente para satisfação da necessidade humana de criar e produzir. As atividades que constituem o trabalho das jovens são mecânicas e o que aprendem é a operar máquinas e a serem submissas ou agressivas, tem-se, portanto, a alienação dos sentidos e dos afetos.

O trabalho é mediação fundamental da inclusão perversa que afeta as pessoas de forma a deprimir a sua potência de ação, gerando um círculo vicioso, pois é uma inclusão de manutenção e reprodução da sua situação de pobreza, não só material.

A potência de ação é prejudicada à medida que a inserção dessas jovens no trabalho bloqueia o seu desenvolvimento na “fase de transição” ao prejudicar a sua capacidade de pensar por conceitos, que constitui a base da criatividade humana e, portanto, do desejo, do sonhar e do agir para transformar.

Pode-se dizer que há um feixe de potência de ação nessas jovens se a doença for considerada como reação ao sofrimento imposto pelo trabalho, como indicativo de não adaptação total, uma vez que a inadaptação é essencial à ação criadora, segundo Vigotski (?/2003). Mas essa forma de resistência revela também a existência de limitados recursos de enfrentamento e a ampliação do sofrimento.

A questão é, portanto, da qualidade da inserção social que o trabalho propicia.

Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalho realizado pelas jovens participantes do presente estudo não respeita “a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Infelizmente, a conclusão é que não há esse respeito, diante do sofrimento ético-político constatado na experiência das jovens trabalhadoras.

Retomando Vigotiski, verifica-se que o desenvolvimento na juventude é crucial para a vida adulta em termos de saúde mental e física, de habilidade cognitiva e de relação com a sociedade. Para que o processo de transição seja vivido de forma plena, garantindo o desenvolvimento do indivíduo, é necessário que haja condições de liberdade para a criação, imaginação e fantasia, para que ele possa desvincular-se do visual-concreto e assim ampliar seu entendimento do mundo e abrir-se à sua relação com ele. A fantasia é também crucial para que o jovem faça seus projetos de vida; e o desenvolvimento da atividade intelectual do adolescente possibilitará a ele estruturar sua concepção de mundo, personalidade, autoconsciência, pensamentos e afetos.

Dessa forma, o trabalho, a educação, a família e o lazer, que bloqueiam esse desenvolvimento são espaços geradores de sofrimento, o qual pode explicar o comportamento atual e futuro de jovens, como as rebeliões, o endividamento, a adesão incondicional ao modismo, a apatia, a inexistência de projeto de vida etc. Neles os sujeitos são impedidos de desenvolver a capacidade de criar e transformar a realidade, prendendo o jovem num círculo sem saída ao invés de colocá-lo numa espiral em movimentos de superação, em movimentos para a expansão, portanto, pode-se dizer que o trabalho afeta a saúde ético-política dos jovens, ao diminuir sua potência de ação.

Nesse contexto, o que se pode projetar para o futuro coletivo e individual nessa sociedade?

Essa pergunta suscita uma outra questão: é possível respeitar “a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” no trabalho de baixa qualificação em nossa sociedade? E qual seria a alternativa ao trabalho? A escola ou a família fazem parte da mesma rede de valores e ações.

O trabalho das jovens é necessário pois seus pais não têm condições de prover o seu sustento, é necessário à ampliação da população consumidora ou

à sua formação como consumidores e trabalhadores alienados, ou seja, para manter o sistema em funcionamento. O sistema escolar atende a esta necessidade da sociedade capitalista, onde a educação formal é também mercadoria, é meio para a empregabilidade, principalmente aquela oferecida à população mais pobre. A escola, com raras exceções, não tem sido uma instituição para o desenvolvimento, mas sim um local para a aquisição de habilidades especializadas, perigo já apontado por Vigotski, em 1931, na Rússia (2002).

Finalizar com essas questões, porém, é demasiado simplista. Pode-se, adotar uma posição rancorosa, uma visão pessimista ou, ainda, não tomar a situação como definida e não se posicionar numa espera passiva, aguardando que “alguém” faça alguma coisa, depositando no outro, concreto ou imaginário, a responsabilidade das ações ou no próprio movimento da história. Se o desejo é de uma sociedade mais justa é necessário ter ações para transformar essa e outras situações de impedimentos sociais no processo de exclusão/inclusão, utilizando a capacidade humana de criar e transformar. Aqui, entra-se no clássico debate entre os defensores de ações no cotidiano, nas bases, e aqueles que defendem mudanças e ações estruturais para superar a inclusão perversa no capitalismo. A posição da presente tese, inspirada na Psicologia Sócio-histórica de Vigotski, é a de que as ações no plano singular são tão fundamentais quanto as realizadas de formas mais amplas, no plano estrutural.

É imprescindível e urgente que as políticas públicas e as ações da sociedade civil voltem-se para a qualidade da inserção social, principalmente do jovem, propiciando condições para que a mediação do trabalho na dialética exclusão/inclusão não bloqueie, mas sim ofereça experiências fortalecedoras da resistência e da capacidade de transformação, de pleno desenvolvimento.

A tarefa de mudar a lógica de uma sociedade capitalista pelo fortalecimento da potência de ação pode ser utópica, mas a aproximação com o sofrimento das jovens trabalhadoras nessa pesquisa mostra que a utopia é necessária.

A tendência suicida das sociedades não é novidade, no campo ambiental os cientistas têm alertado de forma enfática o caminho para a destruição que as sociedades têm trilhado. Ocorre que a mentalidade dominante é do bem estar imediato de alguns, tanto no plano macro-político como nas vivências subjetivas. Contra esse significado, para que ele não se converta em sentidos e em base afetivo-volitiva das ações de nossos jovens, é preciso quebrar o círculo vicioso do sofrimento ético-político (Sawaia, 2006).

Numa sociedade composta por sujeitos sem potência de ação, é possível perder-se as esperanças. Mas, como diz Espinosa, não se pode destruir a potência de ação, só deprimi-la, também, como demonstram os estudos sociológicos, não há homogeneidade total na sociedade o que indica que há espaços que permitem a esperança de ação.

Quanto mais as experiências cotidianas puderem estimular a potência de ação dos jovens, maiores serão as condições para as transformações necessárias. É possível, então, micro-ações, no âmbito das relações intersubjetivas, que podem ocorrer nas escolas, nos serviços de saúde, nas empresas, em todos os lugares onde pessoas se encontrem. Para tanto, é necessário que hajam profissionais críticos, conscientes, com potência de ação, promovendo bons encontros nos diversos lugares de vida. Mas é necessário também as macro-ações, no âmbito de políticas públicas que viabilizem condições para a ocorrência dos bons encontros, como os sistemas escolar e de saúde, por exemplo.

No caso do sistema de saúde, conforme apontado no terceiro capítulo dessa tese, o SUS tem potencialidades para contribuir nesse sentido do desenvolvimento de potências de ação, mas carece de investimentos políticos e financeiros que o tornem realidade em todo o país, como um sistema nacional de fato e não apenas como experiências exitosas pontuais.

A presente tese mostrou como a contraditoriedade do trabalho é vivida por sujeitos concretos e com isso afirma a necessidade de incorporar indicadores psicossociais às questões sociais de modo a contribuir para o

planejamento de intervenções na realidade que afetem positivamente as vidas das Danielas, Denises, Patrícias, Vanessas e Vivianes que formam a nossa sociedade.

Acredita-se que a presente tese poderá contribuir para o aprimoramento de ações que já vem sendo desenvolvidas no âmbito do SUS, no município de Amparo, campo da pesquisa, no qual há demonstrações de já haver sensibilidade com ações dentro da temática aqui estudada. Mas também poderá contribuir para o aprimoramento de serviços em âmbito nacional, no SUS e em outras políticas públicas.

Bibliografia



BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. e MARTINS, S.T.F. (orgs.) (2005). *Método Histórico-Social na Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.

AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B.; OZELLA, S. (2001). A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M. e FURTADO, O. *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez.

AMPARO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMPARO (2005). *Plano Municipal de Saúde de Amparo, 2005 a 2008*. Amparo-SP. (mimeo).

AMPARO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMPARO/CEREST (2006). *Saúde do Trabalhador - Plano de Trabalho 2006*. Amparo-SP. (mimeo).

____ (2007). *Saúde do Trabalhador - Plano de Trabalho 2007*. Amparo-SP. (mimeo).

ANTUNES, Ricardo (1998). *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp.

____ (2002). *Os Sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Boi Tempo.

____ (2005). *O Caracol e Sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

ARENDT Hannah (1999). *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ASMUS, Carmen I. R. Fróes et al. (2005). Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Situação de Trabalho: lições aprendidas. *Ciência & Saúde Coletiva*. 10 (4): 953-960; Rio de Janeiro.

BAJOIT, Guy e FRANSEN, Abraham (1997). O Trabalho, Busca de Sentido. Trad. Denice Bárbara Catani. *Revista Brasileira de Educação*. nº 5/6, mai-dez: 76-95.

BARRETO, Margarida Maria Silveira (2003). *Violência, Saúde e Trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: EDUC.

____ (2005). *Assédio Moral: a violência sutil. Análise Epidemiológica e Psicossocial do Trabalho no Brasil*. Tese de doutorado em Psicologia Social. São Paulo: PUC-SP.

BERLINGUER, Giovanni (1988). *A Doença*. Tradução de Virgínia Gawruszewski. São Paulo: CEBES-HUCITEC.

BERNARDO, Márcia Hespanhol (2006). *Discurso Flexível, Trabalho Duro: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência dos trabalhadores*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: USP.

BERZIN, Juliana. *O Teatro e o Adolescente em Conflito com a Lei: Análise do sentido de uma proposta sócio-educativa*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: PUC-SP.

BRASIL - Ministério da Saúde (2005). *Trabalho Infantil: diretrizes para a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos*. Brasília.

BRASIL - Ministério do Trabalho e Emprego (2005a). *Primeiro Emprego: ações e legislação*. Brasília: MTE, SPPE.

____ (2005b). Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. <http://www.mte.gov.br/futurotrabalhador/primeiroemprego>, acessado em 16/07/2005.

____ (2007). Assédio Moral. http://www.mte.gov.br/trab_domestico/trab_domestico_assedio.asp, acessado em 10/02/2007.

CAMARANO, Ana Amélia *et al.* (2003). A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*. n. 21 fevereiro: 53-66. Rio de Janeiro: IPEA.

CARMO, Paulo Sérgio do (1998). *História e ética do trabalho no Brasil*. São Paulo: Moderna.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (2006). Clínica e Saúde Coletiva Compartilhadas: teoria Paidéia e reformulação ampliada do trabalho em saúde. In CAMPOS, G.W.S. *et al.* (orgs.) *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz.

____ (2007). *Um Método para Análise e Co-Gestão de Coletivos*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec.

CANGUILLEM, G. (1995). *O Normal e o Patológico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CARRETEIRO, Tereza C. (1999). "A doença como projeto" – uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In SAWAIA, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

CARVALHO, Gilson. *Saúde: o tudo para todos que sonhamos e o tudo que nos impingem os que lucram com ela*. Mimeo, s.d.

CATTANI, Antonio David. (2002). Taylorismo. In CATTANI, A. D. (org.) *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. 4ª ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. UFRGS.

CHAUÍ, Marilena de Souza (1995). *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna, (Coleção Logos).

_____. (2003). *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras.

CHIESI, Antonio e MARTINELLI, Alberto (1997). O Trabalho como Escolha e Oportunidade. Trad. Nilson Moulin. *Revista Brasileira de Educação*. nº 5/6, maio-dezembro: 110-125.

CLÍMACO, Adelia A. de S. (1991). *Repensando as Concepções de Adolescência*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação. São Paulo: PUC-SP

CRUZ NETO, Otávio e MOREIRA, Marcelo Rasga (1998). Trabalho Infanto-Juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. *Cadernos de Saúde Pública*, v.14, n. 2; Rio de Janeiro.

DEJOURS, Christophe (1986). "Por um Novo Conceito de Saúde". *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. n. 54 (14), abril/maio/junho:7-11. São Paulo: Fundacentro.

____ (1988). *A Loucura do Trabalho - Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. Trad. de Ana Isabel Paraguay e Lucia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez/Oboré.

____ (1999). *A Banalização da Injustiça Social*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

DELEUZE, Gilles. *Espinoza e os Signos*. Porto: Rés Ed., s.d. (Coleção Substância)

DIAS, Maria Dionísia do A. (1995). *Saúde do Trabalhador: uma questão de cidadania. Estudo de Caso com Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos (LER)*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: PUC-SP.

ESPINOSA, Benedictus de. (1983). *Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência*. Traduções de Marilena de S. Chauí et al. 3ª. ed. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).

FOUCAULT, M. (1996). *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

FRANKLIN, Rafael N. et. all. (2001). Trabalho Precoce e Riscos à Saúde. *Adolescência Latinoamericana*. V.2, n.2. Porto Alegre.

FREITAS, M. V. de e PAPA, F. de C. (orgs.). (2003). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert.

FRIGOTTO, Galdêncio (1989). Trabalho, Conhecimento, Cosciência e a Educação do Trabalhador: impasses teóricos e práticos. In GOMES, C. M. et al. *Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados.

FUNDAÇÃO SEADE. Perfil Municipal de Amparo. www.seade.gov.br, acessado em 07/setembro/2005.

_____. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. www.seade.gov.br, acessado em 09/julho/2006.

GALDINI, Veruska R. (2001). *Adolescentes mulheres em situação de pobreza*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: PUC-SP.

GARBIN, A. C.; SANTOS, S. A. (orgs.) (2004). *O Compromisso do SUS na Erradicação do Trabalho de Crianças e Controle do Trabalho de Adolescentes*. São Paulo: CEREST/SP-SES/SP; CEST; FINEP.

GOMES, C. M. et al. (1989). *Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados.

GONÇALVES FILHO, José Moura (1998). Humilhação Social – um problema político em psicologia. *Revista de Psicologia da USP*. [online]. 1998, vol.9, nº 2 [citado 08 setembro 2005], p.11-67. Disponível em www.scielo.br

GORZ, André (2003). *Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica*. Trad. Ana Montoia. São Paulo: Annablume.

GUARESCHI, Pedrinho A.(1999). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In SAWAIA, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca (s.d.). Educação e Trabalho: o lugar da educação formal na vida de jovens trabalhadores brasileiros. Disponível em www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/doc/not/li bro98. Acessado em 17/07/2005

JACQUES, M. da Graça e CODO, Wanderley (orgs.) (2002). *Saúde Mental & Trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes.

JINKINGS, Isabella e AMORIM, Elaine R. Aguiar (2006). Produção e Desregulamentação na Indústria Têxtil e de Confecção. In ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

JODELET, Denise (1999). Os processos psicossociais da exclusão. In SAWAIA, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

LANE, Silvia T. M. (1992). "Linguagem, pensamento e representações sociais". In LANE, S.T.M. e CODO, W. (orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

LAURELL, Asa Cristina e NORIEGA, Mariano (1989). *Processo de Produção e Saúde: Trabalho e Desgaste Operário*. Trad. Amélia Cohn, Ana Pitta-Hoisel, Ana Isabel Paraguay e Lucia Helena Barbosa. São Paulo: Hucitec.

LEITE, Elenice Moreira (2003). Juventude e Trabalho: criando chances, construindo cidadania. In FREITAS, M. V. de e PAPA, F. de C. (orgs.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert.

LIEDKE, Elida Rubini. (2002). Trabalho. In CATTANI, A. D. (org.) *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. 4^a ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. UFRGS.

LINHART, D. (2000). O Indivíduo no Centro da Modernização das Empresas: um reconhecimento esperado, mas perigoso. *Trabalho e Educação*, jul/dez, nº 7, p. 24-36.

MARTINS, José de Souza. (1997). *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus.

MARX, Kart (1970). *Manuscritos: economia y filosofía*. 3^a ed. Madrid: Alianza Editorial.

___ (1971). *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,. (Livro I, vol. 1).

MARX, Roberto (1998). *Trabalho em Grupos e Autonomia como Instrumentos de Competição*. São Paulo: Atlas; Fundação Vanzolini.

MELLO, Sylvia Leser de (2005). Estatuto da Criança e do Adolescente: é possível torna-lo uma realidade psicológica? *Psicologia USP*, v.10, n.2; São Paulo.

MERCURE, Daniel e SPURK, Jan (orgs.) (2005). *O Trabalho na História do Pensamento Ocidental*. Trad. Patrícia C. R. Reuillard e Sonia G. Taborda. Petrópolis: Vozes.

MERHY, Emerson Elias. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MINAYO-GOMEZ, Carlos e MEIRELLES, Zilah Vieira (1997). Crianças e Adolescentes Trabalhadores: um compromisso para a Saúde Coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v.13, supl.2; Rio de Janeiro.

MÜLLER, Hans-Peter (2005). Trabalho, profissão e “vocação” – o conceito de trabalho em Max Weber. In MERCURE, Daniel e SPURK, Jan (orgs.). *O Trabalho na História do Pensamento Ocidental*. Trad. Patrícia C. R. Reuillard e Sonia G. Taborda. Petrópolis: Vozes.

NARDI, Henrique Caetano (2002). Ética do Trabalho. In CATTANI, A. D. (org.) *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4ª ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. UFRGS.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael (2002). *Império*. Trad. Berilo Vargas. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record.

NERI, Marcelo (2005). Entrevista. *PrimaPagina*. Rio de Janeiro: PNUD. Acesso www.pnud.org.br/noticias, em 22/03/2006.

NEWMAN, Fred e HOLZMAN, Lois (2002). *Lev Vygotsky: cientista revolucionário*. São Paulo: Loyola.

NOVAES, Regina (2003). Juventude, Exclusão e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In FREITAS, M. V. de e PAPA, F. de C. (orgs.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert.

OFFE, Claus (1989). *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho” – a crise*. Trad. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

OIT (1980). *El Trabajo de los Niños*. Ginebra (SZ).

OIT (1987). Children at Work: special health risks. *Technical Report Series*, 765:5-47.

OIT (2005). A OIT e o Emprego de Jovens. Em www.oitbrasil.org.br, acessado em 12/01/2006.

OLIVEIRA, Denize Cristina de; FISCHER, Frida Marina; AMARAL, Mariana Almeida; TEIXEIRA, M. Cristina T. Veloz; SÁ, Celso Pereira (2005). A Positividade e a Negatividade do Trabalho nas Representações Sociais de Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. V. 18, n.1; Porto Alegre.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana G.; ROBASSI, M. Lúcia do C. Cruz (2001). O Trabalho na vida dos Adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Rev. Latino-Americana de Enfermagem*. 9 (3), 83-89, maio.

PAPARELLI, Renata (2004). Trabalho Precoce e Escolarização: problematizando uma relação. In GARBIN, A. C. e SANTOS, S. A. (orgs.) *O Compromisso do SUS na Erradicação do Trabalho de Crianças e Controle do Trabalho de Adolescente*. São Paulo: CEREST/SP-SES/SP; CEST; FINEP.

PAUGAM, Serge (1999). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In SAWAIA, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

PIRES, J. M. (1988). *Trabalho Infantil: a necessidade e a persistência*. Dissertação de mestrado da FEA; São Paulo: USP.

POCHMANN, Márcio (2007). Geração na Estaca Zero. Entrevista ao Jornal *O Estado de São Paulo*, publicada em 18 de março de 2007, p. J6.

RAGO, Luzia M. e MOREIRA, Eduardo F. P. (1986). *O que é Taylorismo*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).

ROCHA, E. G.; FREITAS, V. P. A. (2004). Proteção Legal do Jovem Trabalhador. *Revista da UFG*, vol. 6, nº 1, junho on line. (<http://www.proec.ufg.br>).

SAWAIA, Bader Burihan (1995a). Psicologia Social: Aspectos Epistemológicos e Éticos. In LANE, S.T.M. e SAWAIA, B.B. (orgs.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

____ (1995b). Dimensão Ético-Afetiva do Adoecer da Classe Trabalhadora. In LANE, S.T.M. e SAWAIA, B.B. (orgs.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

____ (1999a). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In SAWAIA, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

____ (1999b). Introdução: exclusão ou inclusão perversa?. In SAWAIA, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

____ (1999c). Afectividade y Temporalidade em el Cuerpo Teórico Metodológico de La Psicologia Social: una reflexión sobre el proceso de salud y enfermedad. *Revista da AVEPSO*, v. XXI, p.53-64. Caracas-VE.

____ (2003). O Sentido Ético-Político da Saúde na Era do Triunfo da Tecnobiologia e do Relativismo. In GOLDENBERG, P., MARSIGLIA, Regina M. G. e GOMES, Mara H. A. (orgs.) *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

____ (2004) Affectivity as an ethical-political phenomenon and locus for critical epistemological reflection in Social Psychology. *International Journal of Psychology*, v.9. Inglaterra.

____ (2006). *A Terapêutica das Paixões: uma prática psicossocial de enfrentamento da desigualdade social*. São Paulo. Mimeo.

SELIGMANN-SILVA, Edith (1994). *Desgaste Mental no Trabalho Dominado*. Rio de Janeiro: UFRJ/Cortez.

SILVA, Cristiane A. Fernandes (2003). *Trabalho e Quimeras: dilema vivido pelo jovem operário*. Dissertação de mestrado em Sociologia, FFLCH da USP. São Paulo.

SILVEIRA, Renata Cristina da Penha (2003). *As Crianças e os Adolescentes Acidentados no Trabalho e Atendidos em uma Unidade Distrital de Saúde em Ribeirão Preto (SP)*. Dissertação de mestrado em Enfermagem. USP, Ribeirão Preto.

SOUZA, M. Inês Fontana Pereira (2001) *O Trabalho Juvenil em Perspectiva*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. UNESP, Franca.

SPINK, Mary J. P. Psicologia da Saúde: a estruturação de um novo campo de saber. In CAMPOS, Florianita C. B. (org.) *Psicologia e Saúde: Repensando Práticas*. São Paulo: Hucitec.

SPOSITO, Marília Pontes. (2003). *Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa.

SPURK, Jan (2005). A noção de trabalho em Karl Marx. In MERCURE, Daniel e SPURK, Jan (orgs.). *O Trabalho na História do Pensamento Ocidental*. Trad. Patrícia C. R. Reuillard e Sonia G. Taborda. Petrópolis: Vozes.

TODESCHINI, Remígio (2003). Combate ao Desemprego Juvenil no Brasil: a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego. *Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*. nº 21, fevereiro, 21-23. Rio de Janeiro: IPEA.

VENTURA, S.C. et al. Síndrome del niño maltratado: a proposito de trabajadores infantiles en la industria azucarera. *Acta Medica Dominicana* [s.l.], v.1, n.11, p.47-51.

VIGOTSKI, L. S. (1931/1987). *Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores*. Tradução Luis Oliva Ruíz. Habana: Editorial Científico Técnica.

___ (1931/1996). *Paidología del Adolescente*. Obras Escogidas. Vol. IV. Madrid: Visor.

___ (1934/1998). *Pensamento e Linguagem*. Tradução Jefferson Luiz Carmargo. São Paulo: Martins Fontes.

___ (1934/2001). *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.

___ (1931/2002). *A Formação Social da Mente*. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Organizadores Michael Cole et al. Tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira M. Barreto e Solange C. Afeche. 6^a ed. São Paulo: Martins Fontes.

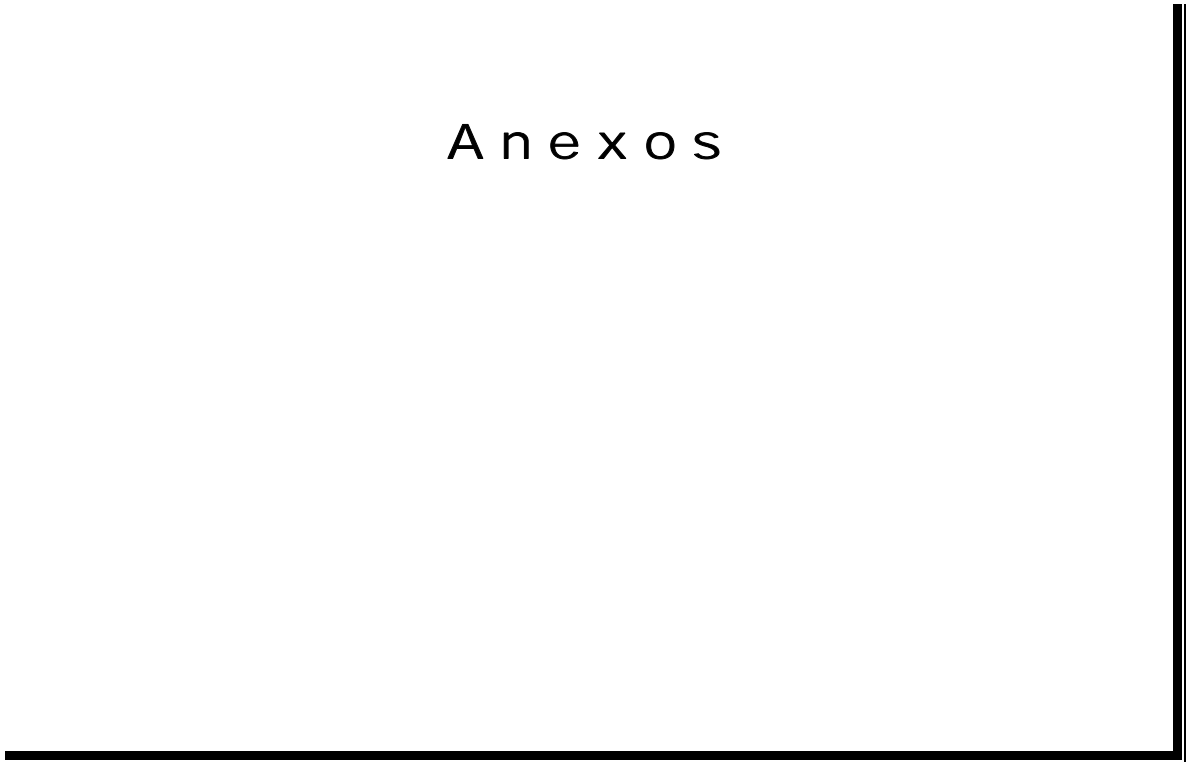
___ (?/2003). *La Imaginación y el Arte em la Infancia*. Madrid: Akal.

___ (?/2004). *Psicologia Pedagógica*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (2002). Modelo Japonês. In CATTANI, A. D. (org.) *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. 4ª ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. UFRGS.

YIN, ROBERT K. (2005). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. São Paulo: Bookman Cia. Ed.

A n e x o s



ANEXO 1

Modelo do

Termo de Consentimento de Participação em Pesquisa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes – 05014-901 – São Paulo – SP – Brasil

(11) 3670.8520

pesquisadora: Maria Dionísia do Amaral Dias

(19) 3817.3755 / 9228.8344

dionisia@tci.art.br**TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

Eu, _____, declaro participar da pesquisa de doutoramento intitulada “Saúde de Trabalhadores Jovens”, desenvolvida por Maria Dionísia do Amaral Dias, de livre e espontânea vontade, estando ciente e de acordo com os termos abaixo:

- 1) todas as informações obtidas serão utilizadas de forma a proteger a identidade e privacidade dos sujeitos participantes;
- 2) no texto da tese e em quaisquer outros documentos escritos serão utilizados nomes fictícios para referir-se a sujeitos da pesquisa;
- 3) as informações não serão utilizadas em prejuízo das pessoas e grupos;
- 4) a qualquer momento do processo de pesquisa o participante poderá recusar-se a continuar ou a participar de alguma etapa em particular, sem qualquer prejuízo ou penalização;
- 5) ao final da pesquisa os resultados serão informados a todos os participantes;
- 6) os resultados da pesquisa serão publicados e apresentados em órgãos acadêmicos/científicos e poderão subsidiar ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e de empresas, em prol dos trabalhadores.

_____/_____/_____.

Assinatura do participante

ANEXO 2

Modelo da

Carta Convite para Participação na Pesquisa

Amparo, 07 de outubro de 2006.

Prezado (a) Jovem.

Estou realizando uma pesquisa científica, do meu doutorado em Psicologia Social (*), cujo tema está relacionado com trabalhadores jovens.

Como parte da coleta de dados para a pesquisa, estou entrevistando trabalhadores que tenham idade entre 16 e 24 anos.

Gostaria de contar com a sua participação nesta pesquisa, concedendo-me uma entrevista.

Esclareço que, seguindo as regras de ética em pesquisa, garanto que:

- 7) todas as informações obtidas serão utilizadas de forma a proteger a identidade e privacidade dos sujeitos participantes;
- 8) no texto da tese e em quaisquer outros documentos escritos serão utilizados nomes fictícios para referir-se a sujeitos da pesquisa;
- 9) as informações não serão utilizadas em prejuízo das pessoas e grupos;
- 10) a qualquer momento do processo de pesquisa o participante poderá recusar-se a continuar ou a participar de alguma etapa em particular, sem qualquer prejuízo ou penalização;
- 11) ao final da pesquisa os resultados serão informados a todos os participantes.

Se você puder participar, peço que entre em contato comigo para marcarmos a entrevista. Você poderá me ligar a cobrar nos telefones indicados abaixo.

Muito obrigada pela sua atenção.

Maria Dionísia do Amaral Dias
(19) 3817.3755 / 9228.8344
dionisia@tci.art.br

(*) Instituição onde faço o doutorado:
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL
Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes – 05014-901 – São Paulo – SP – Brasil
Tel. (11) 3670.8520
Profa. Orientadora da pesquisa: Dra. Bader Burihan Sawaia